



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ILZE ARDUINI DE ARAÚJO

**O NEGRO NA “CIDADE JARDIM”: MODERNIDADE, EDUCAÇÃO E
SEGREGAÇÃO NA SOCIEDADE UBERLANDENSE/MG (1889-1960)**

UBERLÂNDIA

2019

ILZE ARDUINI DE ARAÚJO

**O NEGRO NA “CIDADE JARDIM”: MODERNIDADE, EDUCAÇÃO E
SEGREGAÇÃO NA SOCIEDADE UBERLANDENSE/MG (1889-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

UBERLÂNDIA

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A663 Araújo, Ilze Arduini de, 1972-
2019 O negro na "cidade jardim" [recurso eletrônico] : modernidade,
educação e segregação na sociedade uberlandense/MG (1889-
1960) / Ilze Arduini de Araújo. - 2019.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2324>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira, 1963-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

ILZE ARDUINI DE ARAÚJO

O NEGRO NA “CIDADE JARDIM”: modernidade, educação e segregação na sociedade
uberlandense/MG (1889-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação.

Uberlândia, 23 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido, UFU/MG (orientador)

Prof.^a Dr.^a Sandra Mara Dantas, UFTM/MG

Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza, UFU/MG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 27/2019/697, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED				
Data:	Vinte e três de agosto de dois mil e dezenove	Hora de início:	16:40	Hora de término	18:20
Matrícula do Discente:	11712EDU025				
Nome do Discente:	ILZE ARDUINI DE ARAÚJO				
Título do Trabalho:	"O Negro na "Cidade Jardim": modernidade, educação e segregação na sociedade uberlandense/MG (1889-1960)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A ética como filosofia prática na perspectiva do conceito de inumano, uma abordagem estética-política das obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala Multiuso Biblioteca Santa Mônica - Bloco 3C, térreo, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Sandra Mara Dantas - UFTM; Sauloéber Tarsio de Souza - UFU e Humberto Aparecido de Oliveira Guido orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Humberto Aparecido de Oliveira Guido, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos,

conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/08/2019, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/08/2019, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Mara Dantas, Usuário Externo**, em 27/08/2019, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1474567** e o código CRC **9DE3B35C**.

Este trabalho é dedicado ao meu irmão João Carlos, a minha mãe adotiva Maria de Lurdes, ao colega Denílson e ao amigo Rony, que partiram enquanto eu me dedicava a esta pesquisa. Cada um de vocês deixou uma lição de vida e jamais será esquecido! Gratidão pela amizade, pelo amor, pelo companheirismo e, principalmente, pelos conselhos diários que tentarei praticar por toda a vida. Saudades eternas!

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Rodrigo Arduini e Júlia Caroline Arduini, por compreenderem os momentos em que estive ausente.

Aos meus irmãos e irmãs, de sangue ou de consideração, que sempre me apoiaram, em todos os sentidos, durante a caminhada acadêmica.

Aos professores, Dr. Sauloéber Tarsio de Souza e à professora Dr.^a Sandra Mara Dantas, que tão prontamente se dispuseram a participar da Banca de Qualificação, deram valiosíssimos conselhos e direcionamentos ao meu trabalho e pela participação na Banca de Defesa. Mais uma vez, ao professor Dr. Sauloéber Tarsio de Souza, por sugerir à FACED, que inserisse a temática sobre etnias e por incentivar e ampliar trabalhos nessa área.

Ao meu orientador, Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido, por aceitar orientar este trabalho e pela dedicação demonstrada ao longo do processo de orientação.

Aos colegas de trabalho da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, pela paciência em ouvir, por quase dois anos, minhas exacerbadas narrativas de empolgação durante o processo de descobrimento das fontes. Em especial, a Patrícia, Yara e Victor, pelas dicas e explicações diárias sobre normalização.

Ao Senhor Pizzignacco, que por tantas vezes ouviu com paciência minha lamúria e com sua palavra amiga me animava nos momentos de cansaço e comemorava comigo, apesar da distância, cada etapa vencida.

Aos vários amigos e amigas, primos, primas, irmãos, irmãs, colegas de trabalho, tios, tias, filha, filho, nora, cunhada, cunhados que estiveram comigo nesses dois anos em diversos e inesquecíveis momentos de descontração, regados com muita música, risadas, vinhos e deliciosas refeições.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, pela presteza e pela atenção dispensadas a mim e à minha pesquisa.

Ao CDHIS que, com tanta responsabilidade e profissionalismo, organiza e disponibiliza o acervo do Centro de Documentação e pesquisa em História para melhor atender aos pesquisadores.

Aos meus pais, Maria Júlia (Baía) e José Paulino (Galego) que, apesar de não estarem mais nesse mundo, são meu refúgio onde busco a paz e o equilíbrio para seguir em frente.

A todos vocês, muito obrigada!

Crianças Negras [...]

*Para cantar a angústia das crianças!
Não das crianças de cor de ouro e rosa,
Mas dessas que o vergel das esperanças
Viram secar, na idade luminosa.*

*Das crianças que vêm da negra noite,
Dum leite de venenos e de treva,
Entre os dantescos círculos do açoite,
Filhas malditas da desgraça de Eva.[...]*

*Das crianças vergôntes dos escravos
Desamparadas, sobre o caos, à toa
E a cujo pranto, de mil peitos bravos,
A harpa das emoções palpita e soa.*

*Ó bronze feito carne e nervos, dentro
Do peito, como em jaulas soberanas,
Ó coração! és o supremo centro
Das avalanches das paixões humanas.*

*Como um clarim a gargalhada vibra,
Vibra também eternamente o pranto
E entre o riso e o pranto te equilibras
De forma tal que a tudo dás encanto. [...]*

*Te abres em largos braços protetores,
Em braços de carinho que as amparam,
A elas, crianças, tenebrosas flores,
Tórridas urzes que petrificaram.*

*As pequeninas, tristes criaturas
Ei-las, caminham por desertos vagos,
Sob o agulhão de todas as torturas,
Na sede atroz de todos os afagos.*

*Vai, coração! na imensa cordilheira
Da Dor, florindo como um loiro fruto
Partindo toda a horrível gargalheira
Da chorosa falange cor do luto.*

*As crianças negras, vermes da matéria,
Colhidas do suplício a estranha rede,
Arranca-as do presídio da miséria
E com teu sangue mata-lhes a sede!*

(Cruz e Sousa)

RESUMO

ARAÚJO, Ilze Arduini de. O NEGRO NA "CIDADE JARDIM: modernidade, educação e segregação na sociedade Uberlandense-MG (1889-1960). Dissertação. Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

A essência desta dissertação foi refletir sobre o processo de integração do negro recém-liberto da condição de escravizado, na cidade de Uberabinha/Uberlândia MG, no final do século XIX e início do século XX. Isto é, os espaços de lazer, de trabalho e de educação que eles frequentavam ou nos quais lhes era “permitido” conviver. Nosso intuito foi investigar a forma pela qual esses indivíduos foram apresentados na imprensa local por meio dos jornais, revistas e fotografias. Material esse que, em significativa maioria, possuía sua publicação e seleção organizada pela elite local. Procuramos entender qual o papel destinado à população negra dentro de uma cidade ufanista, que se dizia estar disposta a impulsionar o progresso e a tornar, a todo custo, a cidade e sua população modernas. Sabemos que a educação teve expressiva atenção dos líderes republicanos e foi considerada um dos fatores fundamentais para que o novo regime fosse consolidado. Sendo assim, cabe indagar quais eram os discursos e os projetos de inclusão ou de segregação destinados à população negra na sociedade uberlandense em prol do “bem da Nação”.

Palavras-chave: Negro. Segregação. Racismo. Uberlândia. Educação.

ABSTRACT

ARAÚJO, Ilze Arduini de. Black People in the "GARDEN CITY": modernity, education and segregation in the society of Uberlândia-MG (1889-1960). Dissertation. Mastership. Federal University of Uberlândia. Education Sciences College Post-Graduate Programme in Education. Advisor: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

The essence of this dissertation was to reflect on the process of integration of the black people recently free from the condition of enslaved in the city of Uberabinha/ Uberlândia MG. in the late nineteenth and early twentieth centuries. That is, the spaces of leisure, work and education that they attended or were “allowed” to attend. Our intention was to investigate how these individuals were presented in the local press through newspapers, magazines and photographs. Material that, in the great majority, had its publication and selection organized by the local elite. We tried to understand the role of the black population within a proud city, which was said to be willing to leverage progress, making the city and its population modern at all costs. We know that education has had significant attention of the republican leaders and was considered one of the fundamental factors for the new regime to be consolidated. So, it is necessary to ask which speeches and projects inclusion or segregation were destined to Uberlândia society's black people for the "good of the Nation".

Keywords: Black people. Segregation. Racism. Uberlândia. Education.

SOMMARIO

ARAÚJO, Ilze Arduini de. **IL NERO NELLA “CITTÀ DEL GIARDINO**: modernità, istruzione e segregazione nella società di Uberlândia-MG (1889-1960). Dissertazione. Master. Università Federale dell'Uberlândia. Facoltà di Scienze della Formazione. Programma di laurea in educazione. Consigliere: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

L'essenza di questa dissertazione era di riflettere sul processo di integrazione del nero recentemente liberato dalla condizione di schiavo nella città di Uberabinha / Uberlândia MG. tra la fine del diciannovesimo e l'inizio del ventesimo secolo. Gli spazi del tempo libero, del lavoro e dell'educazione a cui hanno partecipato o sono stati "autorizzati" a convivere. La nostra intenzione era di indagare come questi individui sono stati presentati sulla stampa locale attraverso giornali, riviste e fotografie. Materiale che nella grande maggioranza ha avuto la sua pubblicazione e selezione organizzata dall'élite locale. Abbiamo cercato di capire il ruolo della popolazione nera all'interno di una città orgogliosa, che si dice fosse disposta a sfruttare i progressi, rendendo la città e la sua popolazione moderne a tutti i costi. Sappiamo che l'educazione ha avuto un'attenzione significativa dei leader repubblicani ed è stata considerata uno dei fattori fondamentali per il consolidamento del nuovo regime, quindi è necessario chiedere: quali sono stati i discorsi e i progetti di inclusione o segregazione destinati alla popolazione nera nella società uberlandiana in per il "bene della Nazione"?

Parole chiave: Nero. La segregazione. Razzismo. Uberlândia. Istruzione.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Fotografia da Maquete de São Pedro de Uberabinha no Século XIX.	16
Figura 2 Mapa de Minas Gerais, 1927.	33
Figura 3 Cine Theatro Uberlândia, de 1937.	38
Figura 4 Carnaval no Praia Clube.	40
Figura 5 Comercial Teixeira Costa & Cia. 1920.	42
Figura 6 Detalhe da Figura 5.	43
Figura 7 Sr. Máximo da Silva e família: Chefe da Estação Ferroviária Mogiana, 1916.	44
Figura 8 Interior Frigorífico Caiapó [195?].	46
Figura 9 Cerealista Rezende.	47
Figura 10 Mapa dos bairros periféricos de Uberlândia – MG.	51
Figura 11 Capa Revista Uberlândia Ilustrada, n° 21, 1956.	56
Figura 12 Frederico, o Pretinho da vila. [19??].	59
Figura 13 Sala de aula Patronato Burity, [194-].	62
Figura 14 Natal Patronato Rio das Pedras, [195-].	63
Figura 15 Lenhadores. [193?].	65
Figura 16 Crianças puxando carrinho de animal. [192?].	66
Figura 17 Casa Comercial Tônico Rezende, Praça Dr. Duarte – 1910.	67
Figura 18 Descendente de escravos, Fazenda Tenda, de Felisberto Carrejo. [192-].	68
Figura 19 Grupo de pessoas. [19??]	69
Figura 20 Carnaval de rua – 1952.	70

Figura 21 Carnaval no Salão de festas Praia Clube. [195?].	71
Figura 22 Tela “A Redenção de Cam” de Modesto Brocos, 1895.	78
Figura 23 Prova de exame do 3º ano. 1926.	81
Figura 24 Alunos e professores do Colégio Nossa Senhora [194-].	84
Figura 25 Professores e alunos do Liceu de Uberlândia, 1937.	85
Figura 26 Professoras das Escolas Municipais. [194?].	86
Figura 27 Alunos e diretora Alice Paes. Colégio Nª. Sª. da Conceição, 1922.	87
Figura 28 Alunos e professores do Ginásio Mineiro. (Escola Estadual de Uberlândia).	88
Figura 29 Grupo Escolar Bueno Brandão, 1935.	89
Figura 30 Escola Rural Alvorada, 1930.	90
Figura 31 Escola Municipal Rural Pontal [19??].	91
Figura 32 Grupo Escolar Noturno Municipal Augusto César 1938.	92
Figura 33 Grupo Escolar Noturno Municipal Augusto César [194-].	93
Figura 34 Escola Noturna Benedito Valadares, [195?]. Turma feminina.	95
Figura 35 Escola Noturna Benedito Valadares, [195?]. Turma Masculina.	95
Figura 36 A histórica casa da Escola da Tenda em “Carrejos”, 1840	97
Figura 37 Escola Pública de Uberabinha, 1892.	98
Figura 38 Arantes e alunos do “Colégio Amor às Letras”, 1919.	100
Figura 39 Arantes em seu escritório, aos 73 anos de idade.	102

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ArPU	Arquivo Público de Uberlândia
CDHIS	Centro de Documentação em História
CJA	Coleção Jerônimo Arantes
CJQ	Coleção João Quituba
CON	Coleção Oswaldo Naghettini
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INHIS	Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROJETOS DE MODERNIDADE EM UMA CIDADE UFANISTA	28
2.1 Segregação na “Cidade Ideal”	35
2.2 Condições de vida e disputas em torno do progresso de Uberlândia	45
3 O NEGRO NA IMPRENSA UBERLANDENSE: EM BUSCA DE VESTÍGIOS	55
3.1 Crianças negras trabalhadoras	64
3.2 Imagens e Personagens negros no cotidiano da cidade	68
3.3 Eugenia e Branqueamento: em busca da “regeneração” da Nação	73
4 O NEGRO E A EDUCAÇÃO DE UBERABINHA/UBERLÂNDIA	81
4.1 Professoras negras e a Construção da Pátria	84
4.2 A presença/ausência do aluno negro nas escolas uberlandenses	87
4.3 O legado do Professor Jerônimo Arantes para a Educação de Uberlândia	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como objetivo refletir sobre o processo de integração do negro recém-liberto da condição de escravizado na sociedade de Uberlândia, cidade do Triângulo Mineiro. Para esta finalidade, foram analisados os espaços de lazer, de trabalho e de educação onde eles frequentavam ou nos quais lhes era “permitido” conviver durante as primeiras décadas da República. Nosso intuito foi investigar, ainda, a forma pela qual esses indivíduos foram, durante anos (1889-1960), apresentados na imprensa local por meio de jornais, revistas e fotografias. O recorte cronológico se deu a partir da emancipação da cidade até a década de 1960, período em que encontramos boa parte das fontes documentais sobre o tema pesquisado. Material esse que, em significativa maioria, foi organizado pela elite¹ da cidade. Portanto, a partir do levantamento desses documentos históricos produzidos em Uberabinha/Uberlândia, procuramos trazer à tona que tipo de imagem a população local nutria a respeito do negro e qual o papel lhe foi delegado/destinado dentro de uma cidade que se dizia estar disposta a impulsionar o progresso e a modernidade a todo custo.

Durante o processo de elaboração deste trabalho, algumas indagações foram sempre (re)memorizadas a fim de nortear nossa pesquisa. Entre elas estão: qual a visão dos moradores da cidade de Uberabinha/Uberlândia, a respeito do negro recém-liberto da condição de escravizado, que tentava ocupar os diferentes espaços sociais da cidade e competia com o restante da população? Quais eram as formas e os locais de lazer dos quais lhes eram permitidos participar e que podiam frequentar? Em quais profissões de trabalho mais se destacavam? E, finalmente, quais os locais de ensino (escolas rurais ou urbanas, turnos noturnos ou diurnos, nos bairros periféricos ou centrais) o aluno e a aluna negra estavam mais presentes?

Sabemos que a Educação teve significativa atenção dos líderes republicanos, principalmente a partir da Constituição de 1891, e que foi considerada um dos fatores fundamentais para que o novo regime fosse consolidado. Em assim sendo, cabe indagar: que

¹ Ao usarmos o termo “elite” no decorrer deste trabalho, consideramos as classes sociais que tentavam articular o projeto de desenvolvimento de Uberabinha/Uberlândia que seriam, basicamente, os grupos econômicos ligados ao comércio, à imprensa, aos latifundiários e aos políticos locais, entre outros.

tipo de Educação estaria disponível no início da República e para quem ela era destinada? Seria o negro, recém-liberto, incluído nos projetos educacionais e nessa nova sociedade?

Isso posto, a investigação procurou perceber quais foram os discursos e os projetos de inclusão ou de exclusão destinados à população negra em prol do “bem da Nação”. Buscou também entender de que forma o racismo no Brasil foi historicamente construído e impregnado na vida de brancos e negros, e quais as possíveis consequências essa situação acarretou ao ensino brasileiro.

O *locus* da pesquisa foi a cidade Uberabinha²/Uberlândia, região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. É praticamente impossível, para quem pesquisa a história desse município, não mencionar seu discurso ufanista e progressista, pois essas características estiveram presentes na maioria dos documentos produzidos durante o final do século XIX e início do século XX, que estão disponíveis no Arquivo Público de Uberlândia (artigos de jornais, de revistas e fotografias); na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia (principalmente nas obras dos memorialistas e na produção da Pós-Graduação dos discentes dessa instituição que abordam temas relacionados à história desse município).

Antes de se chamar Uberabinha, o município de Uberlândia teve o nome de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha e, por fim, Uberlândia. Praticamente desde sua emancipação no final da década de 1880, do Século XIX, é evidente seu discurso inflamado pela busca constante do progresso e de modernidade. Aos poucos, a região foi agregando novos moradores, com diferentes hábitos, novas perspectivas e, juntamente com os nativos, contribuíram para que o acanhado povoado fosse se desenvolvendo e se tornasse primeiramente arraial, depois freguesia, em seguida vila e, finalmente, cidade.

Nos primeiros anos de seu surgimento, Uberabinha, assim como a maioria das jovens cidades, não possuía infraestrutura nem organização do espaço urbano bem definidos. Além disso, os hábitos rústicos da maioria de seus habitantes não se assemelhavam em nada com cidadãos “modernos”. Mesmo com essa aparência inicial nada moderna da cidade e de grande parte de sua população, certos políticos influentes da elite da cidade já a declamavam vocacionada ao progresso, elogiavam sua população como “ordeira e trabalhadora”.

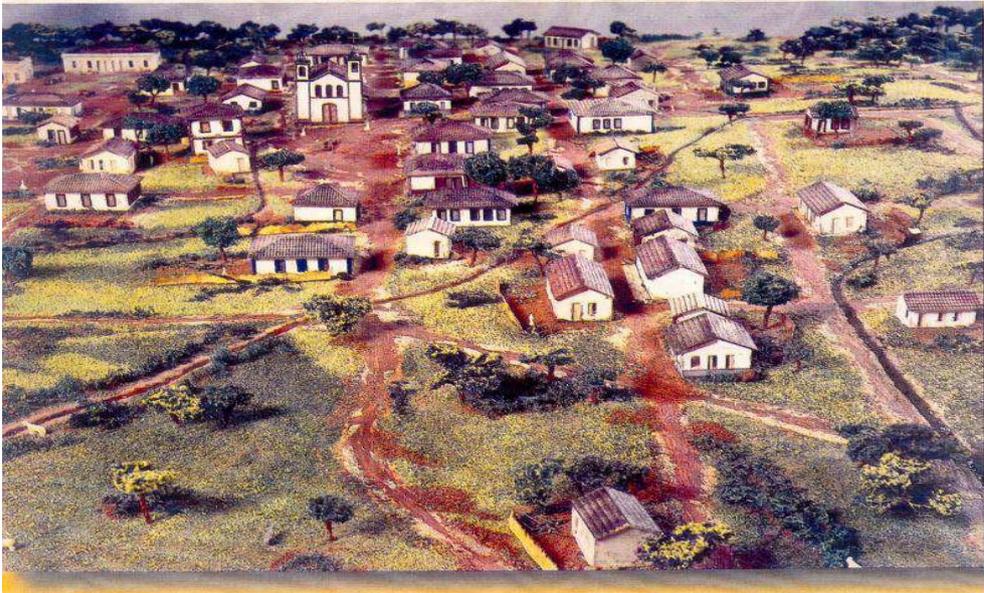
² A partir de 1929, conforme a Lei Estadual n.º 1126, de 19/10/1929, a cidade São Pedro do Uberabinha passou a chamar-se Uberlândia. Assim, à medida que formos citando os fatos e os anos nesse trabalho relativos a esta cidade, utilizaremos ora Uberlândia, ora Uberabinha.

Para entendermos o conceito de modernidade³ aqui tratado, voltemos ao século XIX. Nesse período, os pensadores encontram uma diferente forma de pensar o tempo, alteraram a ordem do mundo em que viviam, concedendo à *razão* um papel importante para sua compreensão. Essa característica veio por meio da Ciência, acompanhada de incessante procura pela verdade e atribuiu à Modernidade uma eterna negação de si mesmo, buscando sempre revisar suas “verdades”.

A modernidade é sinônimo de crítica e se identifica com mudança; não é a afirmação de um princípio intemporal, mas o desdobramento da razão crítica que, sem cessar, se interroga, se examina e se destrói para renascer novamente. [...] O princípio em que se fundamenta o nosso tempo não é uma verdade eterna, mas a verdade da mudança (PAZ, 1984, p. 47).

Podemos pensar a “verdade da mudança”, termo utilizado por Octavio Paz, como o fundamento da ideia moderna de progresso. Ou seja, seguir em frente e procurar sempre o aperfeiçoamento tornam-se possível graças à certeza de que a capacidade racional do homem traria a melhoria da vida tanto do indivíduo quanto da sociedade.

Figura 1 - Fotografia da Maquete de São Pedro de Uberabinha no Século XIX.



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Uberlândia. Nota: Reconstrução (baseada em documentos históricos) dos aspectos urbanos de Uberabinha no início do século XX (1908). Maquete que compõe a exposição Nossas Raízes, do Museu Municipal de Uberlândia (ARANTES, 2011, p.22).

³ Modernidade, segundo o Dicionário Básico de Filosofia, é a característica daquilo que é moderno. Em um sentido geral, a Modernidade se opõe ao Classicismo, ao apego aos valores tradicionais e identifica-se com o Racionalismo, especialmente quanto ao espírito crítico, e com as ideias de progresso e renovação, prega a libertação do indivíduo do obscurantismo e da ignorância por intermédio da difusão da ciência e da cultura em geral (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 185).

O núcleo da nossa origem: Lutador incansável e destemido, o velho Mestre⁴ – em parceria com outros idealistas do progresso do sertão, destacando-se a valiosíssima cooperação do seu amigo e companheiro, Francisco Alves Pereira [...] escolheu o local, na Fazenda do Salto, onde se formou a povoação de nossa origem, que foi o Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra (1846-1863). (ARANTES, 2011, p. 18-19).

Assim, já desde a emancipação de Uberabinha (1889), seus os governantes prestavam especial atenção à busca pela modernização e pelo progresso, apesar de o discurso nem sempre condizer com a realidade do cotidiano da cidade. Para alguns políticos, fazendeiros, comerciantes, ser moderno era abandonar o antigo para construir o novo. Intencionavam a modificação não somente no âmbito institucional, idealizavam também uma mudança cultural, nos hábitos de sua população, de “brutos” para “modernos”, ou seja, acreditavam no progresso como verdade a ser almejada.

Oliveira (2000), ao relatar sobre o modo de administrar a cidade, fala do “Trinômio”: Beleza, Ordem e Limpeza, que tanto a elite como a imprensa local conclamavam e, ao mesmo tempo, impunham à sociedade em geral, por meio do poder público, medidas saneadoras, como obrigar os donos de imóveis a pintar as fachadas de seus prédios privados anualmente e proibir que se jogasse lixo nas ruas, uma vez que desordem ou sujeira nas praças e nas ruas eram sinônimo de epidemias, de doenças e de atraso. Havia a determinação de que os imóveis velhos ou sem conservação deveriam ser demolidos ou estar em constante reforma.

A preocupação em demonstrar progresso e modernidade não esteve circunscrita ao material e visível, o refinamento dos hábitos e costumes dos moradores foi incentivado. [...]. Aparentemente universalista, o projeto civilizador em Uberabinha era excludente e não abarcou todos os grupos sociais. A educação dos sentidos é parte importante para formar o *ethos* do moderno. A entrada na modernidade, em meio às ideias de progresso e de civilidade como sinônimas, exige a transformação dos hábitos, dos comportamentos e dos costumes (DANTAS, 2017, p. 222).

Resta-nos saber: de que forma o sujeito negro estaria incluído nesse “projeto modernizador” de Uberabinha/Uberlândia, ou ainda, seria a população negra detentora de hábitos, de comportamentos e de costumes que pudessem ser utilizados na construção de uma cidade que dizia estar em busca do progresso?

⁴ “Velho Mestre”, o autor se refere a Felisberto Alves Carrejo, considerado o fundador da cidade de Uberlândia.

A partir da Proclamação da República (1889), tivemos um período de grandes acontecimentos, tanto políticos, quanto econômicos, culturais e sociais, momento em que o país saía de um regime imperial e escravista para iniciar, com a República, um contexto cujas diretrizes apontavam para os projetos eugenistas⁵ e para a maciça imigração europeia; elas foram algumas das ações destinadas a fomentar o entusiasmo e a esperança de uma sociedade mais desenvolvida e moderna, em busca de possibilidades de progresso.

Nesse ideário ufanista, a imagem de Uberabinha era geralmente ostentada pelos memorialistas, pelas revistas e pelos jornais locais como sendo uma cidade “fascinante”. Apresentavam uma cidade que tinha um desenvolvimento econômico e populacional excepcional, como sendo uma urbe progressista, moderna e ordeira, diferenciando-a das demais cidades da região.

De acordo com Dantas (2009), os trabalhos dos memorialistas Pedro Pezzuti, Jerônimo Arantes, Tito Teixeira, Antônio Pereira da Silva são referências na recuperação histórica do município, principalmente por [...] terem constituído um discurso que auxiliou na consolidação das representações dos grupos sociais e políticos dominantes em Uberabinha/Uberlândia, na tentativa de construir uma história positiva, que justificasse a trajetória seguida (DANTAS, 2009, p. 24-25).

Para nos auxiliar a pensar e desenvolver o tema deste trabalho, *O Negro na “Cidade Jardim”*, buscamos autores como Além (1991); Dantas (2001); Lopes (2002); Machado (1990); Nunes (1993); Soares (1995); Barbosa (2008); Santos (2005); Carmo (2000); Oliveira e Inácio Filho (2008); Justino (2016), entre outros que também tiveram a cidade de Uberabinha/Uberlândia MG como objeto de pesquisa. Juntamente com os documentos históricos encontradas nos ArPU e CDHIS, (fotografias e, principalmente, artigos de jornais) e por meio das obras e dos diversos materiais de memorialistas⁶ (TEIXEIRA, 1970;

⁵ Eugenia é tida como o estudo que utiliza a seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias com objetivo de melhorar as gerações futuras. Em 1865, o cientista inglês Francis Galton defendeu que as qualidades mentais seriam herdadas, tal como as físicas; em 1869, ele acentuaria a necessidade e a possibilidade do melhoramento das qualidades naturais da espécie humana. Em 1883, formou-se a palavra eugenia que individualizou essa parte da higiene, que também pode ser chamada “higiene da raça” (MOTA, 2003).

⁶ Entre os memorialistas que se dedicaram a escrever sobre a cidade Uberabinha/Uberlândia, destacamos Jerônimo Arantes, pela preocupação e pelo cuidado em preservar diversos materiais que hoje temos à disposição para serem utilizados na pesquisa, como fotografias, jornais, revistas, livros e outros materiais sobre diferentes setores da cidade. Ele fundou a revista *Uberlândia Ilustrada*, durante os anos 1935 a 1961, com 28 números publicados, trabalhou como promotor Público (1915-1917), foi Inspetor de Ensino Municipal (1931-1959). Apesar de ser conhecido hoje como Memorialista, Jerônimo era visto pelos moradores da cidade em sua época como historiador por ter hábito de colecionar documentos, fotografias da história local e regional. Jerônimo Arantes ainda publicou diversas obras literárias, como peças teatrais, livros de cunho didático e da história da

ARANTES, 2003) que serão expostos neste trabalho, possamos compreender algumas questões que tanto nos incomodam. Os vestígios encontrados, sejam eles forjados ou não, puderam dar-nos suporte para observar a atuação da camada dominante de Uberabinha/Uberlândia em fazer com que a cidade fosse ao mesmo tempo tão atrativa para alguns, e tão excludente para outros.

No momento em que foram manuseados os registros pictóricos e fotográficos disponíveis nos arquivos pesquisados, encontramos vestígios que evidenciavam certa antipatia pelo negro morador de Uberabinha/Uberlândia, pois sentimos falta da presença deles em determinados locais de lazer, de trabalho e em alguns estabelecimentos de ensino. Apesar do preconceito contra a pessoa de cor dificilmente ser assumido publicamente, podemos observá-lo diariamente entranhado nos gestos, nos olhares e até mesmo nos discursos dos racistas.

Com isso, surgiu o fascínio em aprender sobre a vida da população negra (a criança, principalmente). O desejo de pesquisar as vivências do negro se deu também pelo fato de testemunhar, diariamente, pessoas que fazem parte do nosso cotidiano (amigos, família, colegas de trabalho) depreciar, diminuir, desmerecer, inferiorizar, rebaixar, menosprezar, ridicularizar, subestimar, difamar, humilhar, segregar alguém ou desconfiar do seu caráter, só por ela possuir maior quantidade de melanina na pele. Esse racismo que parece estar inerente na sociedade uberlandense⁷ é algo que me incomoda desde a tenra idade.

Contudo, sendo uma pesquisadora branca, tenho consciência dos privilégios que a sociedade me oferece, privilégios esses que uma mulher negra talvez não receba. Grande parte dos homens e das mulheres negros que conseguem destacar-se na sociedade brasileira, seja profissional ou intelectualmente, em algum momento de sua trajetória, precisaram esforçar-se muito mais do que o homem e a mulher branca, para alcançar seus objetivos e para provar sua competência.

região. Foi professor em várias escolas locais, além de fundar sua própria escola “Colégio Amor às Letras” na qual era diretor e professor, entre 1919 a 1933, lecionando as aulas em sua própria residência. Sua coleção está disponível no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Apesar do cuidado em guardar materiais sobre a história da cidade, pouca ou quase nenhuma referência foi feita nas fotografias da população negra. Apesar da escassez de informação sobre as fotografias, por exemplo, de que data ou de quem se tratava, foi desta Coleção Jerônimo Arantes a maior quantidade de fontes documentais utilizadas na confecção deste trabalho.

⁷ Entendemos que o racismo e o preconceito contra a população negra está presente em diferentes espaços da sociedade não só a brasileira, como também em vários outros países do mundo, todavia, nesse trabalho em específico, concentramo-nos, prioritariamente, em evidências de exclusão e de segregação do negro na sociedade uberlandense.

Temos também a consciência de que, ao redigir um texto sobre racismo e humilhação contra a pessoa negra, a nossa fala será sempre a de testemunha desse crime, e não a de vítima. Por isso usamos neste trabalho o afro-brasileiro como sujeito de sua própria história, utilizando suas experiências, angústias e anseios como representantes de uma população em uma época na qual ela foi deixada às margens da sociedade.

Sobre nosso trabalho de pesquisador(a), historiador(a), pensamos ser uma tarefa bastante instigante e, ao mesmo tempo, relevante pelo simples fato de trazer à tona acontecimentos do passado que poderiam se perder no esquecimento.

Acreditamos que caberá a nós, pesquisadores, estarmos conscientes de que, ao buscarmos determinado tema de estudo, além de contribuir para a pesquisa acadêmica, ele deverá nos proporcionar algum tipo de satisfação e de interesse. A apuração e o levantamento dos fatos terão, pois, o propósito de abrandar os anseios de nossas indagações e inquietações. Este trabalho nasce então, a partir de nossas próprias experiências particulares, à luz do presente. Entendemos ainda, que existe um elo entre os acontecimentos do passado com a atualidade. Mesmo que os fatos tenham ocorrido em tempos remotos, é a partir do presente ou do contexto histórico atual, no qual se encontra o pesquisador, que surgem os questionamentos e os anseios por desvendar o passado.

Segundo Marc Bloch (2001), a História é uma ciência dos vestígios, pois é impossível compreender os acontecimentos em seus mais variados ângulos, em sua totalidade. O que nos foi delegado pelas gerações anteriores são apenas os resquícios ou fragmentos da humanidade que serão interpretados e constituídos os fatos históricos. (BLOCH, 2001, p. 72,73).

Na profissão do historiador/pesquisador, o documento (fotografia, correspondência, artigo de jornal, depoimento oral, lei etc.) é seu principal instrumento de trabalho, pois é ele que irá direcionar os resultados e condicionar os limites da investigação propriamente dita. De acordo com Bloch (2001, p. 79): “[...] A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”. Por isso, apesar de utilizarmos da reflexão e da crítica em nossas análises, os documentos sempre serão o cerne de qualquer pesquisa.

Nossa trajetória para compor esse trabalho teve início com o levantamento bibliográfico dos temas: História da cidade de Uberabinha/Uberlândia; o Brasil na Primeira

República; modernidade e progresso; a eugenia da Europa para o Brasil; sobre eurocentrismo⁸ e teorias do branqueamento⁹ por meio do incentivo à imigração europeia; a educação do negro no Brasil e, ainda, sobre segregação, racismo¹⁰ e estigmas.

Em outras palavras, após a leitura e a organização de uma extensa bibliografia contida não só no acervo físico da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia como também trabalhos eletrônicos (artigos, teses e dissertações digitais), dirigimo-nos ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia, com a intenção de localizar documentos que nos auxiliassem a dar sustentação à pesquisa. Nesse local, encontramos uma infinidade de jornais, de revistas, de fotografias e de outros materiais organizados por coleção, por tema e por data.

Entretanto, a maior dificuldade foi ter disponibilidade de tempo para selecionar aquilo que seria pertinente e interessante para nossa pesquisa. Apesar de achar que o período dedicado ao ArPU nunca era o bastante, tamanha empolgação e admiração com os materiais que lá se encontravam, tivemos que estabelecer um prazo para encerrar essa parte que, particularmente, achamos tão enriquecedora.

Com o auxílio dos funcionários do arquivo, conseguimos localizar uma quantidade razoável de material (fotografias, jornais, revistas, redações etc.). Durante quase dois meses de visitas diárias ao ArPU, foram pesquisadas mais de 1200 fotografias, mais de 50 exemplares de jornais e revistas, entre outros materiais que pudessem, de alguma forma, tratar da figura do negro na sociedade uberlandense no período de 1889 a 1960.

Outro local que fomos procurar registros do negro em Uberlândia foi o Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS). Lá tivemos contato com algumas coleções de fotografias, entre elas a de João Quituba¹¹ foi de grande auxílio para nosso trabalho.

⁸ Atitude que toma a Europa como referencial de avaliação e julgamento dos outros continentes (LOPES, 2004, p, 265).

⁹ De acordo com Nei Lopes (2004), os adeptos da “teoria do branqueamento” tendiam a diminuir a participação do negro na formação da população brasileira. No Brasil, assim como em quase todas as Américas, as raças negras da população sempre constituíram ameaça para as classes dominantes. Antes eram os senhores, temendo aquilombamentos e insurreições; em seguida, temiam perder os privilégios senhoriais. Para se proteger desse “perigo” iminente, as classes dominantes arquitetaram uma estratégia racista, a partir da hipótese de que o mestiçamento da população brasileira iria fatalmente levá-la a um desejado “branqueamento”. Essa artimanha, difundida pela propaganda oficial, teve como proposta principal o favorecimento à imigração europeia.

¹⁰ Doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos etc., sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade (LOPES, 2004, p. 557).

¹¹ João Martins de Oliveira, popularmente conhecido como “João Quituba”, nasceu em 1907. Trabalhou como balconista até se aposentar, tornou-se conhecido como historiador da cidade e ajudou a criar e organizar o Arquivo São Pedro. Ele mesmo decidiu doar seu arquivo para o Centro de Documentação e Pesquisa em História

Após os encontros de orientação com o professor Dr. Humberto Guido e suas indicações de leitura e depois de participar do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as ocorrido em 2018 na cidade de Uberlândia, no qual pudemos ouvir e fazer parte de profícuos debates a respeito do negro e a educação passamos a dialogar com as fontes e com uma intensa bibliografia com o intuito de compor este trabalho.

Sabemos que, inicialmente, na Historiografia, os documentos textuais eram tidos como as fontes principais, para não dizer exclusivas, da disciplina. As imagens, e mesmo as poucas fotografias que começavam a ser produzidas, não recebiam a sua devida importância como documentos históricos pelos pesquisadores.

Todavia, com a Revolução Industrial no início do século XIX, temos um significativo aumento no desenvolver das ciências: começou a surgir, naquele momento, uma série de invenções que influenciaram e deram novos rumos à História Moderna.

[...] A fotografia, uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística (KOSSOY, 2001, p. 25).

Mais de um século após seu surgimento, por volta da década de 1990, a fotografia passou a ser alvo de intenso interesse de historiadores, de sociólogos e de antropólogos. Esse tipo de documento histórico é encontrado com certa facilidade pelos pesquisadores, pois são diariamente produzidos pela mídia impressa de notícias, em publicações escolares e nos arquivos privados, com presença marcante nos álbuns de fotografia familiar.

No que toca à imagem fotográfica, uma série de dados poderão ser reveladores, posto que jamais mencionados pela linguagem escrita da História. Por outro lado, apesar de sua aparente credibilidade, nelas também ocorrem omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda ordem. (KOSSOY, 2001, p. 154).

Apesar de as fotografias terem, com seu surgimento, integrado coleções e arquivos pessoais (juntamente com as correspondências, os diplomas, diários e diversos documentos textuais), não existia, na maioria das vezes, a preocupação de prestar-lhes quaisquer

tratamentos especiais, como anotações sobre datas, locais, tipo de coleção, origem, arquivamentos etc. e muito menos, métodos de conservação e de prevenção.

Seria simplista justificar tal situação como fruto do descaso ou incompetência dos profissionais dos museus. Ela é fruto do estatuto que a fotografia gozava no âmbito das ciências humanas, que viam a imagem como expressão periférica de fenômenos sociais (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 39).

É comum, mas lamentável, haver casos de acervos fotográficos que foram separados e perdidos de seus arquivos originais e tiveram, assim, suas referências e procedências prejudicadas. O pesquisador, ao esmiuçar nos arquivos em busca desses documentos, precisa estar preparado, pois poderá deparar-se com diversos problemas de identificação dos conteúdos ou até mesmo de deterioração e de má conservação do material.

Essa foi uma das dificuldades que tivemos, ao entrar em contato com o acervo do professor Jerônimo Arantes, que se encontra no ArPU. Na maioria das fotografias não consta data e, em muitas sobre homens, mulheres e crianças negros, não havia a identificação de quem se tratava na imagem. Com isso, tivemos que colocar uma data aproximada ao utilizá-las no texto, mas, com relação aos modelos, na maioria não foi possível fazer essa identificação.

Sobretudo, o pesquisador que pretende utilizar a fotografia como documento histórico deverá procurar entender, segundo Kossoy (2001), que, apesar de a câmera fotográfica aparentar neutralidade, a fotografia será sempre uma interpretação. Mesmo com a extensa quantidade de informações que podemos identificar em uma única imagem, ela não substitui o fato tal como ocorreu no passado. Ela conterà, no máximo, informações visuais que refletem fragmentos desse real. Ou seja, a fotografia não reconstitui os fatos passados, ela apenas congela momentos desconectados de um instante de vida das pessoas, dos objetos, da natureza, dos animais. Assim, devemos buscar interpretar e compreender a fotografia como informação desatrelada desse passado “real”, ou de uma “verdade” que jamais será alcançada. De acordo com o autor,

Toda fotografia representa em seu conteúdo uma *interrupção* do tempo. E, portanto, da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre *interrompido e isolado* na bidimensão da superfície sensível. [...]. A partir do momento em que o processo se completa, a fotografia carregará em si aquele fragmento congelado da cena passada materializado iconograficamente (KOSSOY, 2001, p. 44).

Escolhemos trabalhar com a fotografia, em especial neste estudo sobre a presença do negro na sociedade e na educação uberabinhense, pois acreditamos que ela se torna um suporte documental de grande relevância. “Nelas se visualizam rastros do passado, enfatiza-se o presente, instante do registro, e uma expectativa de futuro” (DANTAS, 2009, p. 12).

A possibilidade de usar outros tipos de fontes além da escrita em uma investigação acadêmica ampliou o conceito de documento histórico nos últimos anos. Além disso, acarretou um rompimento com a Historiografia utilizada até então, pois a partir dessa ruptura surgiram novos conceitos de sociedade, de sujeitos históricos e para o que entendíamos sobre História.

Outro tipo de ferramenta que nos deu sustentação como documento histórico foram os artigos dos jornais e revistas produzidos pela imprensa de Uberlândia. Imprensa essa que, apesar de ter sido majoritariamente produzida pela elite local, deu-nos certo suporte para entender como a população negra era vista durante o período (1889-1960) pelos demais habitantes da cidade. Assim, “Usar o jornal como fonte supõe leitura crítico-analítica e interpretativa de sua conexão e dimensão externa e interna mediante um diálogo entre pesquisador e fonte motivado por um problema de pesquisa e aguçado pela indagação.” (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 219). Ainda segundo as mesmas autoras:

O jornal como fonte histórica potencial é um lugar-espço social onde ocorreram e ocorrem relações diversas alimentadas pela ação social de quem, direta e indiretamente, está presente na notícia e na produção do jornal — apuração dos fatos, redação do texto e materialização gráfica (edição, ilustração e diagramação na página). Como tal, imprime o cotidiano de uma cidade, de um país, do globo (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 228).

Essas fontes (fotografias, artigos de jornais e revistas, depoimentos), juntamente com uma extensa bibliografia composta por livros, artigos, produções dos memorialistas, teses e dissertações relacionadas ao tema, deram-nos embasamento para pensar a respeito dos caminhos que a pesquisa tomaria. Com isso, a produção do nosso trabalho foi guiada pela leitura que fizemos dos diversos testemunhos históricos disponíveis e eleitos para a análise.

Para tentar responder às nossas inquietações sobre o modo pelo qual se deu a inserção do sujeito negro na escola e na sociedade uberabinhense no final do século XIX e início do século XX, iniciamos nossa investigação nos espaços já mencionados (ArPU, CDHIS, biblioteca), onde tivemos a oportunidade de encontrar diferentes registros da memória da cidade de Uberlândia. Entretanto, não podemos esquecer-nos de averiguar qual foi a camada

da sociedade que mais contribuiu com os arquivos encontrados, quem os produziu, para qual finalidade, ou ainda, quem os selecionou e os elegeu para serem preservados e lembrados. Ou seja, qual a intenção de velar e ignorar ou explicitar e destacar determinados documentos como registros para a sociedade futura.

Cabe ao pesquisador/historiador estar em alerta, atento para interpretar esses vestígios históricos e conseguir enxergar não só o que está escancarado, mas também o que ficou em oculto. Por ser nosso objeto de estudo o sujeito negro, ao longo do trabalho veremos se os registros sobre essa parcela da população tiveram seus feitos omissos ou destacados pela imprensa local.

Em todas as épocas existem especialistas que definem o que é ou não memorável. Estas pessoas selecionam e preservam uma única versão da História “necessária” e documentável, ao mesmo tempo em que a utilizam como parâmetro de medida e julgamento. Os conflitos sociais, os códigos culturais, as experiências coletivas ou pessoal, as memórias diversas, apesar de suprimidas da dimensão histórica oficial continuam permeando as entrelinhas da escrita. Assim, cabe ao historiador o esforço de não deixar essa memória escapar, mas de zelar pela sua conservação, de contribuir na reapropriação desse fragmento de História esquecida pela Historiografia dominante. [...]. O pesquisador tece um trabalho de filigrana, no qual os fios que compõem a trama do tecido social vão sendo trabalhados entrelaçados e soldados, sustentando histórias que foram silenciadas ao longo do tempo. (LOPES, 2005. p. 13-14).

A partir do momento em que optamos por trabalhar com pesquisa, precisamos exercer um processo de esvaziamento dos preceitos da família, da religião, para conseguirmos colocar para fora nosso cientificismo, pois, do contrário, corremos o risco de deixar passar muita coisa por causa desses “enchimentos”, dos valores pré-determinados, pré-concebidos que recebemos e carregamos conosco desde o nosso nascimento.

Fica extremamente difícil prosseguirmos com o processo de pesquisa e de produção se não nos desfizemos de atitudes e de pensamentos que já estão encravados em nós. E como devemos proceder para nos desfazer desse nosso “eu” racista, homofóbico, xenófilo, fascista? Acreditamos que esse deverá ser um exercício árduo e diário para não cairmos nessas armadilhas e tentar, ao reproduzirmos algo, fazer com que nosso trabalho seja contaminado o mínimo possível de julgamentos e discursos fascistas.

O pesquisador deve também aprender a praticar a abstração, pois ela possibilita uma imaginação criativa. Ou seja, a partir do momento em que o modelo *ideal* cai por terra, as pessoas partem em busca de novas respostas. A ausência de respostas nos instiga a fazer novas perguntas e temos a oportunidade de desenvolver respostas mais inteligentes. A

ausência de respostas e de entendimento sobre o cerne do racismo na sociedade brasileira é, para esta pesquisadora, a angústia e o interesse maior.

Com isso, acreditamos que esses são alguns conceitos que fazem parte do processo de pesquisa, processo esse que vem desde os questionamentos e das inquietações iniciais que deram origem à escolha do objeto de estudo, passam pelo rastreamento dos documentos, sua compreensão e análise e partem para a redação final. Todavia, deixa claro que a pesquisa jamais estará pronta e acabada, nem mesmo se pretende dar conta de trazer a verdade absoluta sobre o tema, pois segundo Bachelard (1996, p. 14), “[...] Para confirmar cientificamente a verdade, é preciso confrontá-la com vários e diferentes pontos de vista. Pensar uma experiência é, assim, mostrar a coerência de um pluralismo inicial”. Para ele, o pesquisador é a própria Educação, pois qualquer ambiente em que esteja atuando é propício a ela.

Nosso papel de pesquisadora/historiadora/educadora é tentar descortinar o que, à primeira vista, parecia ser indiscutível, pronto e acabado. Resgatando aspectos da história de Uberabinha, principalmente aquilo que não está explícito ou aclamado na mídia e no discurso dos dominantes, nesse caso as experiências do sujeito negro na sociedade uberabinhense, fizemos uso de “ler nas entrelinhas” dos documentos históricos de que dispomos e, a partir daí, (re)significarmos a história do negro nessa sociedade.

Contudo, essa é mais uma versão do estudo do negro na cidade de Uberabinha/Uberlândia, agora vista por meio do viés dessa pesquisadora, diferenciada dos demais estudos mediante nossa subjetividade. Com isso, a pesquisa estará aberta para novas descobertas e novas discussões, em prol de uma sociedade mais justa e menos excludente.

Para atingir seus objetivos, esta dissertação está estruturada em quatro seções, cada qual subdividido em subseções assim dispostas:

Na seção 1 Introdução, além da apresentação geral do trabalho, falamos sobre a importância da profissão do pesquisador/historiador em trazer à tona temas muitas vezes esquecidos ou pouco trabalhado sobre diferentes sujeitos e fatos do passado, e ainda sobre a importância das fontes documentais, (fotografias, jornais e testemunhos) para quem atua nessa profissão.

Em seguida com a seção 2, denominada “Projetos de modernidade em uma cidade ufanista”, abordamos a propaganda ufanista de Uberabinha/Uberlândia, cidade aclamada como predestinada ao progresso e em quais momentos o sujeito negro é inserido (ou excluído) nesse ideal de “cidade modelo”, cuja população é tida como “ordeira e trabalhadora”.

Na seção 3, “O negro na imprensa uberlandense: em busca de vestígios”, apresentamos os documentos encontrados no ArPU e CDHIS sobre a figura do negro em Uberabinha/Uberlândia. Inicialmente, nos jornais e nas revistas locais e, em seguida, as imagens registradas dos negros por meio de fotografias das coleções de Jerônimo Arantes e Oswaldo Naghettini, entre outros. Esses documentos subsidiaram nosso estudo ao ser analisado não só o que está explícito, mas também o que se tentou ocultar nessas fontes documentais.

Já na seção 4, “O negro e a educação de Uberabinha/Uberlândia”, realizamos uma análise, a partir da seleção de fotografias que traziam imagens de escolas, alunos e professores na cidade de Uberlândia, a presença ou ausência do negro em determinados locais de ensino, seja na condição de docente ou discente. Ainda nessa seção abordamos um pouco sobre o legado do Professor Jerônimo Arantes para a educação de Uberlândia. Sua contribuição através de seu acervo doado ao ArPU para pesquisadores que estudaram ou ainda pretendem estudar sobre a história da cidade e sobre a população uberlandense.

Nas considerações finais buscamos falar sobre o desejo de tentar, por meio do trabalho *O Negro na “Cidade Jardim”: modernidade, educação e segregação na sociedade uberlandense/MG (1889-1960)*, apresentar tratamentos e experiências vividas pela população negra local. Esmiuçar o passado, resgatar vestígios da trajetória do sujeito negro na sociedade e na educação de Uberabinha/Uberlândia foi o propósito e o desafio deste trabalho.

2 PROJETOS DE MODERNIDADE EM UMA CIDADE UFANISTA

São raros os resquícios e os documentos históricos que tratam do surgimento da cidade de Uberabinha no final do século XIX. A maior parte da documentação de que dispomos dessa formação urbana são fotografias, muitas vezes sem referências do que se trata a imagem, sem data, e alguns relatos deixados pelos memorialistas que escreveram sobre a cidade logo após sua emancipação.

Nesses trabalhos, geralmente encomendados por políticos dirigentes dos municípios, encontramos tanto descrições do cotidiano dos primeiros habitantes como a chegada de novos moradores *forasteiros*, bem como as tensões e os anseios de uma parcela da população uberabinhense. De acordo com Souza (2014, p.55), “[...] boa parte da história que se conhece sobre os municípios brasileiros foi produzida por memorialistas cujo perfil (formação) e produção (percepção da história e métodos) sabemos pouco”.

A Academia considera os trabalhos feitos pelos memorialistas como obras, fontes para escrever a história de determinada cidade. Ou seja, essas obras seriam:

[...] (um ponto de partida), já que elas fazem referência aos seus moradores e quase sempre informam sobre a atuação dos poderes locais. Os memorialistas, portanto, não produziram história (fruto de operação racional), e sim memórias (SOUZA, 2014, p. 55).

Em grande parte dessa documentação, o cidadão uberabinhense é visto como hospitaleiro, ordeiro, educado e progressista, o que reafirma e justifica o discurso de *cidade ideal*, não somente para os nativos, mas também para os migrantes que aqui chegavam, desejosos de ver a cidade prosperar e se reforça a imagem que a elite pretendia transmitir sobre o local.

Índole do povo: A população é hospitaleira, franca e activa, concorrendo tudo isso para o seu engrandecimento. O povo é laborioso e inteligente. Enquanto os homens trabalham nas roças, as mulheres dos agregados fiam e tecem. Todos cuidam com amôr de sua obrigação. Aqui não se conhece ociosidade. (CAPRI, *apud* DÂNGELO, 2005, p. 37).

Ao lado do discurso escrito e verbalizado nas ruas e nos arredores, a respeito da condição desenvolvimentista que a cidade alcançava, há um discurso veiculado em linguagem visual, expresso nas fotografias produzidas nas primeiras décadas do século XX. Privilegiando o espaço urbano e construído, os logradouros, as praças, as fotografias parecem querer convencer o espectador, como um atestado de verdade sobre o que se divulga em belas (e

pomposas) palavras. Contudo, em meio aos discursos grandiloquentes (escritos e visuais), divulgados pelos grupos dirigentes, para validar seus projetos é possível identificar contradições que maculam a aparente homogeneidade existente no interior da urbe, indicando que o ideal de cidade moderna não abrangia todos os habitantes e não era compartilhado por eles; porém, se fez dominante à custa de outros (DANTAS, 2009, p. 15).

Entretanto, existia uma parcela da população que parecia se “esgueirar” do discurso grandiloquente e de uma aparente homogeneidade dos moradores da cidade: eram eles os negros e os pobres oriundos majoritariamente das zonas rurais. Segundo Dângelo (2005, p. 35), apesar do conjunto de imagens relacionadas a uma cidade em desenvolvimento, notava-se a presença ainda incômoda de traços e de modos rurais.

O autor cita o exemplo do primeiro carro Ford Bigode que começou a percorrer as ruas de Uberabinha, “[...] sendo empurrado por populares, em vias sem nenhuma pavimentação, em uma cidade sem água potável ou esgotos e alusões a vacas pastando em praças públicas”.

De acordo com o autor, essas experiências vindas de diferentes origens não seriam uma sinalização de que o próprio discurso do progresso, proposto pela elite política/econômica, estaria sofrendo resistências por parte da cultura popular local, “[...] onde o homem do interior, excluído cotidianamente do crescimento da cidade e de seus benefícios e riquezas, demonstrava seu estranhamento aos sonhos de uma cultura civilizada, urbanizada e higienizada?” (DÂNGELO, 2005, p. 36).

Os grupos detentores dos meios de produção da cidade e que, conseqüentemente, controlavam os locais de trabalho, de moradia e de lazer da população pobre e negra uberlandense, criavam situações que tentavam suavizar a relação de exploração do trabalho e da discriminação dessa população.

Segundo Carmo (2000, p. 118), “[...] essa tentativa constituía-se num conjunto de atividades que procuravam desmerecer, desqualificar atos de grupos donos de comportamentos ‘pouco adequados’ às intenções dos setores hegemônicos”.

Assim, por meio das matérias jornalísticas do período (1889 a 1960), encontramos o pensamento desses grupos hegemônicos que expunham nos tabloides os espaços ocupados e o modo de vida da população negra de Uberabinha/Uberlândia. Essas matérias “[...] aparecem, implicitamente pontuadas com os valores, desejos, incompreensões características do complexo relacionamento entre negros e brancos, ou mesmo explicitamente se referindo às populações ali radicadas” (CARMO, 2000, p. 119).

[...] Antro de vadiagem... Além da pobreza que impera em ‘Tabocas’, a vadiagem fez lá o seu reino. Homens fortes (não constituem regra, felizmente) tocam viola o dia inteiro, enquanto mulheres magras macilentas e esqueléticas mendigam tostões que eles mesmos vão gastar em farras e cachaçadas ao rebolar dos sambas no chão batido – Rara é a semana em eu não ocorre cena de sangue nas ‘Tabocas’ (ANTRO, 1955, capa).

Apesar de não ser citada a população negra no retro mencionado artigo, o bairro Tabocas¹² do qual se trata a reportagem era, segundo Carmo (2000), uma região da cidade caracterizada pela presença de uma população bastante pobre, destituída de atenção dos poderes públicos.

Esse local abrigava grande parte dos trabalhadores negros da Uberlândia, trabalhadores esses que tiravam seu sustento trabalhando nas máquinas de beneficiar arroz, como “chapas”¹³ avulsos; as mulheres negras como lavadeiras e empregadas domésticas e outras atividades. “O bairro Tabocas era também um local onde a cultura, o modo de vida desse grupo fazia-se presente. Assim, o samba referido na reportagem convivia com a religiosidade afro, [...] com os valores desse grupo em uma lógica forjada na experiência da vida diária” (CARMO, 2000, p.120).

Não foi possível identificar o autor dessa matéria. Todavia, ela reflete o julgamento de quem a escreveu, demonstra ainda os valores que imperavam em um determinado segmento da população de Uberlândia que desejava o progresso da cidade acima de tudo (CARMO, 2000, p. 121).

Segundo a autora, o “[...] progresso [...] não poderia conviver em harmonia com um conjunto de pessoas que [...] expressava uma conduta de despreocupação com o progresso, [...] que contradiziam a perspectiva objetivada pelos empreendedores locais”. Ou seja, tocar viola o dia todo e tomar cachaça em vez de trabalhar ia contra o ideal de progresso, pois essas pessoas não contribuía por meio da sua força de trabalho para o crescimento e o desenvolvimento econômico da cidade.

[...] Tipos mais diferentes vivem na periferia, unidos todos por uma grande miséria. E essa miséria não é apenas de corpo. Muitas vezes reflete-se nas ações dos homens e das mulheres, a realidade é eu por lá, quase todos são

¹² Córrego das Tabocas: o nome vem do fato de haver grandes moitas de TABOCA à margem esquerda da sua nascente, cujo taquaral foi conhecido ainda em 1903. Também era chamado Córrego do Vau, porque desaguava no vau do Rio Uberabinha e do Córrego das Galinhas, porque um dos seus primeiros moradores criava galinhas d’Angola (TEIXEIRA, 1970, p. 66).

¹³ Chapa era e ainda é a denominação popular de trabalhadores que carregam e descarregam mercadorias em caminhões e/ou em vagões de trem de ferro, geralmente como trabalhadores temporários, nem sempre cadastrados pelas empresas.

infelizes e revoltados contra a civilização do asfalto e das avenidas arborizadas [...] aquela população trabalha pouco. A malandragem é indústria mais rendosa e menos cansativa é uma sociedade bem estranha [sic]. (TIPOS, 1956, p. 06)

Ainda sobre a reportagem anteriormente mencionada, podemos observar a insatisfação do repórter com relação ao comportamento das pessoas desses bairros, que contrariavam a perspectiva do progresso.

No entanto, o repórter não demonstra interesse em averiguar sobre os possíveis motivos de esses homens e mulheres estarem “infelizes e revoltados” e decidiu apresentá-los como “diferentes” e “estranhos”. “O comportamento das pessoas desses bairros, com suas práticas, seus hábitos, não deixa de contrariar a perspectiva de progresso e de civilização que transparece nas afirmações do jornalista” (CARMO, 2000, p. 128).

Grande parte dos grupos dominantes que aqui viviam (sobretudo os políticos, os comerciantes e os fazendeiros) procurou, no seu cotidiano, criar projetos concretos que vislumbrassem o progresso, a modernização e a disciplinarização da cidade. Com isso, foi-se formando, aos poucos, um modelo utópico de cidade “ideal” para se viver. Segundo a historiadora Maria Clara Tomaz Machado:

A modernidade é parte constitutiva desse pressuposto e significa, em termos amplos, estar aberta a todas as conquistas tecnológicas que pudessem trazer benefícios à sociedade. Aplicada à sua história cotidiana, pode ser traduzida por medidas concretas que vão desde a luta política por condições que favoreçam o seu desenvolvimento econômico até o planejamento e disciplinarização do seu espaço urbano, aliando o gosto estético à ordem. (MACHADO, 1990, p. 17).

Com base na crença de que a cidade tinha um destino a cumprir, o discurso que inicialmente foi forjado e planejado materializou-se à sua maneira, compondo um cenário com realizações promissoras. Para isso, inicialmente foram disponibilizados, com ajuda da elite local, projetos que facilitassem o acesso ao município para que a cidade pudesse se integrar à região.

A partir desse propósito foi inaugurada, em dezembro de 1895, a Estação Ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que teve significativa participação do ingresso de Uberabinha no ideário de cidade moderna. A ferrovia trouxe um novo impulso para o crescimento da cidade e proporcionou, entre outras melhorias, agilidade e facilidade na circulação das mercadorias.

A inauguração da ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba, em 1909, teve sua contribuição para que se efetivasse esse desenvolvimento, pois o ponto final da ferrovia era a cidade de Araguari, MG. Sua construção garantiu, assim, o acesso entre a cidade de Uberabinha e o estado de Goiás, permitindo a extensão do mercado consumidor, as transações comerciais e possibilitou o escoamento dos bens produzidos aqui para além das fronteiras municipais.

Também a criação, por iniciativa privada, da Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal no município de Uberlândia, a partir de 1912, foi de grande importância para os projetos políticos de desenvolvimento da cidade porque abriu estradas rodoviárias que ligavam Uberabinha a outras cidades próximas e facilitou a migração para a cidade. Essa Companhia, segundo Machado (1990), foi um empreendimento de lucro, porque explorava, além do transporte, a cobrança de pedágio.

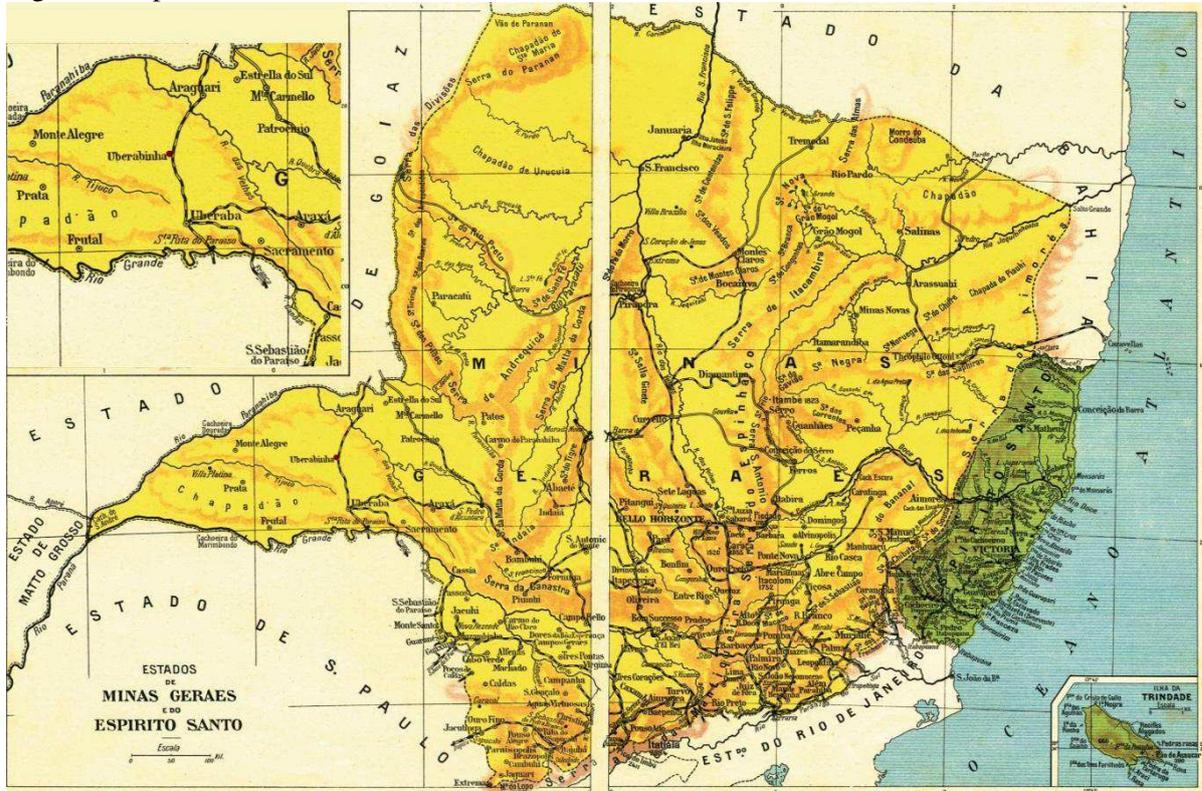
Pode-se observar que Uberabinha teve não somente um, mas diferentes fatores que possibilitaram denominá-la uma “cidade ideal”. De acordo com a pesquisa de Dantas (2009), no período entre os anos 1888-1929, que marca o início da emancipação política até a mudança do nome “Uberabinha” para “Uberlândia”, foram criadas as bases que possibilitaram o projeto de *cidade ideal*, consolidado nas obras de modernização e na internalização dos princípios de civilidade, pela adoção de ações de regulamentação e educação dos cidadãos.

Os resultados desse projeto contribuíram para que Uberabinha/Uberlândia fosse conhecida como uma das principais cidades do atual Triângulo Mineiro.

Além desses projetos políticos que foram planejados e executados com a finalidade de se confirmar o discurso de cidade “predestinada ao desenvolvimento”, as características naturais indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer região também foram identificadas em Uberabinha: ter um bom reservatório de água; topografia plana; clima agradável e solo fértil.

Todos esses adjetivos serviram como propaganda positiva para exaltar ainda mais a cidade. A seguir apresenta-se, na Figura 2, o mapa do estado de Minas Gerais, em destaque o Triângulo Mineiro, a localização de Uberabinha juntamente com as principais cidades do período. Pela localização no mapa, nota-se que a região fazia fronteira com os estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, o que propiciava o fluxo não só de mercadorias como também de pessoas.

Figura 2 Mapa de Minas Gerais, 1927.



Fonte: Adaptado de Monteiro e d' Oliveira (1927). Nota: Em destaque Uberabinha no Triângulo Mineiro. Adaptado pela pesquisadora.

Segundo Soares (1997), desde as primeiras décadas do Século XX, o espaço urbano de Uberabinha foi sendo ordenado de acordo com os parâmetros do progresso e da ordem, de forma que os valores políticos e sociais da elite dominante local fossem reproduzidos à sua imagem urbana, uma vez que demonstravam a sua “superioridade” e suas ideias de ordem e de eficiência.

Ou seja, buscavam reproduziam a cidade e as suas obras à sua imagem e semelhança. Resta-nos saber: estaria a população negra incluída nesse discurso “grandiloquente” e nos projetos de Uberabinha/Uberlândia que intencionava torná-la uma cidade moderna? É o que vamos tentar descobrir no decorrer deste trabalho.

Segundo Machado (1990), na década de 1940 Uberlândia ficou popularmente conhecida como *Cidade Jardim*, principalmente pelo extenso rigor com que zelavam pelas praças e avenidas centrais. É grande a quantidade de artigos que enaltecem a cidade como limpa, ordeira, moderna nos jornais locais. De acordo com Jornal Correio de Uberlândia, Uberabinha era:

Uma cidade famosa pela beleza de suas praças arborizadas e ajardinadas, cujos canteiros floridos encantavam, sobretudo, pelas flores perfumosas. Os jardins que eram verdadeiros recantos e que convidavam a um descanso, numa tarde quente ou numa noite enluarada. Tudo nela era admirado. Ruas limpas, passeios em estado perfeito, avenidas bem cuidadas. Dava gosto passear, mesmo sem destino, só pelo prazer de contemplar-lhe a beleza e o que mais saltava aos olhos, a limpeza (UMA CIDADE, 1953, p. 03).

Esse excerto traz uma cidade carregada de bons adjetivos. Entretanto, no decorrer do estudo encontramos uma versão diferente dessa cidade utópica. Como a maioria das cidades da época, Uberabinha/Uberlândia estava repleta de problemas e de dificuldades. Em Uberabinha, especificamente, notamos em diferentes momentos e locais a existência de atitudes de racismo e de segregação relacionados à população negra. “Os jardins que eram verdadeiros recantos e que convidavam a um descanso” não pareciam tão convidativos para esses moradores da cidade. As reproduções erigidas pela imprensa local tentavam destituí-los da condição de sujeito social:

O nosso amigo Torres, que tão bons serviços vem prestando à causa pública, como delegado de polícia, quer reprimindo a vagabundagem, quer policiando enfim a cidade, podia ver se dava um geitinho à negrada desenfreada que invade tudo sem preceito, impestando...queremos dizer, infectando todos os logares daquele perfume jaratataico¹⁴, que nem todos apreciam. Não queremos ser palmatória do mundo e nem darmos regras de bom tom. Mas em todos os logares, até no céu, há distinções, classes e herachia. Em todas as cidades adiantadas as decahidas teém residências determinadas pela pólicia [sic]; nas repartições e passeios públicos tem logares determinados para cada classe. Só aqui, em Uberabinha, não se observa isso. Na Igreja é uma lastima. No jardim, então, nem se fala. A negrada faz roda nos passeios e as senhoras, se quiserem passar, têm que desviar descendo do passeio para sujeitar-se ao perfume, roçando numa ou noutra jaratataico. Dirá Ella, a negrada, que o jardim é público é para todos. Não é assim. Que formem a sua roda, deixando, porém livres espaços onde possam outras classes também formar a sua roda. Lé com lé, cré com cré. A continuar assim, veremos breve desaparecerem de lá as famílias da elite uberabinhense. A questão não é da cor, mas da qualidade do odor. (LÉ COM LÉ, 1916, p. 04).

¹⁴ Jaratataico: referente à jaratataca, do tupi mbiaratáka. Possui vários sinônimos: cangambá, jaguacacaca, jaguaritaca, jaratacaca, jaratataca, jaritacaca, jeratataca, jeritataca, maratataca, maritacaca, maritafede, maritataca, tacaca. Refere-se a um animal mamífero carnívoro da família dos mustelídeos (*Conepatus semistriatus*), encontrado do México ao Norte do Peru e no Leste do Brasil, especialmente em áreas não florestais; com cerca de 40 cm de comprimento, corpo e pelagem negros com a cauda e duas faixas dorsais brancas [Esguicha um líquido fétido, secretado por glândulas anais, em atitude de defesa] (HOUAISS, Dicionário da língua Portuguesa, versão eletrônica, 2010). Por extensão, a linguagem popular associa esse termo ao cheiro da fêmea no cio, que se espalha por quilômetros. Nesse sentido, a palavra usada no excerto é altamente pejorativa, pois além de associar o cheiro do negro ao de um animal, confirma o preconceito de que o negro é um objeto sexual.

Com a convivência “próxima” dos habitantes de Uberabinha que, por diversas vezes, confundiam os espaços públicos e privados, “[...] tornava latente o conflito envolvendo o tipo de cidade que a elite política, letrada e econômica procurava imprimir à cidade, captado em vários poemas e artigos preconceituosos sobre o negro [...] reclamando e exigindo providências dos poderes públicos” (DANGELO, 2005, p. 78).

Ou seja, o cosmopolitismo desejado para Uberabinha seria aquele em que as diferenças “precisavam” ser segregadas (como no artigo acima, *Lé Com Lé*) e higienizadas com o intuito de deixar o espaço público das ruas e praças à imagem de e disponíveis para as “boas famílias uberabinhenses”.

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino deitada sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 1978, p. 20).

Segundo Carmo (2000), a prática cruel da segregação étnica, a desqualificação das práticas culturais dos negros, o perverso desrespeito às diferenças, não deixa de transparecer cada vez que os jornais se referem a esses locais de moradia dessas pessoas ou às atividades que as envolvem. Abordamos sobre esse assunto na próxima subseção.

2.1 Segregação na “Cidade Ideal”

Para enriquecer o trabalho, tomamos “emprestados” depoimentos colhidos por outros autores que também tiveram a cidade de Uberabinha/Uberlândia como objeto de pesquisa. Apesar de não termos optado por trabalhar com história oral, entendemos que esses depoimentos de antigos moradores da cidade nos ajudaram a entender melhor os acontecimentos vividos nesta cidade. Geralmente nos contam acontecimentos de uma época remota que não vivenciamos.

A partir dos depoimentos desses antigos moradores da cidade, juntamente com os artigos da imprensa local, pode-se notar como o discurso de *cidade ideal* não condizia totalmente com a realidade da cidade, muito menos seus habitantes conviviam harmoniosamente. As praças, jardins, calçadas, clubes, cinemas, escolas e diversos locais públicos e privados da cidade sofreram algum tipo de segregação/exclusão.

Durante a década de 1920, a Avenida Afonso Pena, no centro de Uberabinha, passou a concentrar as principais atividades de comércio e de lazer e, conseqüentemente, se tornou um dos locais mais movimentados da cidade. No perímetro entre as Ruas Goiás e Olegário Maciel desenvolveu-se o fenômeno *footing*¹⁵, pelo qual as pessoas vestiam suas melhores roupas para “desfilar” ao longo da avenida, exibindo-se em um “jogo de ver e ser visto”.

A partir da década de 1950, devido ao aumento do fluxo de automóveis, esse movimento passou para a antiga Praça da República. Nesse *footing*, de acordo com as autoras Andrade e Fonseca (2008), já se notava a existência de preconceito racial e de certa hierarquização de classes que foi se alastrando fortemente na cidade. O lado esquerdo da Avenida Afonso Pena (no sentido Praça Ismene Mendes, antiga Praça da República/Tubal Vilela – Praça Sérgio Pacheco), onde estavam os cinemas e os serviços mais requintados, era usado quase que exclusivamente pelos brancos ricos.

Do outro lado da calçada era o espaço destinado aos negros e brancos pobres, sendo que esses últimos, algumas vezes, atreviam-se a atravessar para o outro lado, mas logo se sentiam oprimidos e retornavam para a calçada pela qual tinham “permissão” de transitar. Não era uma demarcação oficial, mas um tipo de coerção que refletia bem os valores sociais locais da época.

A imprensa local trazia, por diversas vezes em suas edições, reclamações da “população de boa índole” contra determinados frequentadores “indesejáveis”, sujos ou maltrapilhos da praça e da avenida onde acontecia o *footing*.

Os frequentadores do “*footing*” [...] reclamam com muita justeza, contra uma malta de moleques atrevidos e pedilhões. Há dias um distinto cavalheiro envergando um níveo terno (120) sentiu-se preso pela jaqueta por um desses impertinentes garotos e ao se linear, verificou que o mesmo lhe deixara, na peça do vestuário, a impressão digital da mão inteiramente suja. Além desse inconveniente, existe ainda o espetáculo pouco recomendável para a beleza do meio (OS FREQUENTADORES, 1940, p. 02).

Além da imprensa local, depoimentos dos próprios moradores da cidade reafirmam essa segregação:

¹⁵ Footing é expressão uma da língua inglesa derivada do substantivo *foot* (pé), era um hábito que ainda existe em algumas cidades pequenas: na praça principal, os rapazes se alinhavam aos dois lados a avenida e as moças, geralmente em grupinhos de três, de braços dados, passeavam ao longo da avenida, subindo-a e descendo-a, para serem vistas pelos rapazes e também para vê-los. Iniciava-se, desse modo, o “*flirt*”, palavra também derivada do inglês e que se aportuguesou no verbo flertar (fazer a corte a, namorar) (HOUAISS, 2012, verbete flertar).

As próprias pessoas faziam um processo de seleção. Acho que as pessoas menos favorecidas não se misturavam não que fossem discriminadas, mas não se misturavam. Então, havia um processo meio seletivo sim, havia! Dentro da própria praça, do lado da Afonso Pena, geralmente ficavam as pessoas mais avançadas, as pessoas de nível social mais elevado. Do lado de cima, geralmente as pessoas menos favorecidas. Como aqui, a calçada do lado esquerdo, que é do lado, onde era o cine Bristol, era o passeio, a calçada dos brancos, você passava de cá, era a calçada dos pretos (ALVES, 2004, p.188)¹⁶.

Outro local em que se nota a segregação entre a “gente de cor” e a branca foi nos espaços públicos fechados, como o Cine Teatro Uberlândia. Nesse estabelecimento, existia um *mezanino* superior apelidado de “poleiro”. Era nesse local que os negros assistiam à exibição dos filmes. Nos artigos da imprensa local aparece a insatisfação da elite em ter que conviver no mesmo espaço de divertimento com negros e pobres.

Ouvimos diversas reclamações contra o comportamento de certos indivíduos no cinema Central. É que o pessoal do “gallinheiro” durante as exibições, por qualquer coisa – um simples transe de drama, ou entoa – um berro, grita, solta gracejos e piadas bobas. Há noites em que a sessão se torna um verdadeiro inferno. É de toda conviência, para seus interesses, que o empresário daquela casa de diversão proíba estas cousas indecorosas (OUVIMOS, 1920, p. 01).

Igualmente como ocorria no *footing*, nas praças, em algumas calçadas, bares e prostíbulos da cidade, também no cinema não havia uma lei que proibisse as pessoas negras de frequentar a parte baixa do estabelecimento, mas a pressão em ter que pagar mais caro por um ingresso, estar trajando roupas sofisticadas como terno e gravata, receber olhares “enviesados” da classe mais abastada já eram agravantes que dificultavam e constrangiam as pessoas negras e de baixa renda de frequentar essa parte do cinema. “Assim, existia uma hierarquia interna em que os pobres sentavam-se no nível superior, mais distantes da tela, e os ricos no inferior, usufruindo das melhores perspectivas da projeção” (ANDRADE; FONSECA 2008, p. 12).

[...] as calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do próprio grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais do caráter imprestável que lhe é atribuído, bem como a paralisia da capacidade de revide que costumam acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes e superiores mantêm sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores. Há sempre uma suposição de que cada membro do grupo inferior está marcado pela mesma mácula. Eles não conseguem escapar individualmente da estigmatização

¹⁶ Entrevista de Nunes concedida à Josefa Aparecida Alves em 28 de novembro de 2001.

grupal, assim como não conseguem escapar individualmente do status inferior de seu grupo. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131).

Figura 3 – Cine Theatro Uberlândia, de 1937.



Fonte: Coleção João Quituba. (CDHIS-UFU).

Na Figura 3 pode-se observar que o cinema era constituído de dois espaços distintos. De alguma forma essa divisão acontecia não somente no espaço físico propriamente dito, mas, acima de tudo, representava uma divisão social, pois na parte superior, conhecida por “poleiro”, ficavam negros e pobres, vestidos, geralmente, com seus trajes mais humildes e menos sofisticados. Já as poltronas da parte de baixo do cinema eram frequentadas pelas “famílias” da cidade, os homens trajando ternos, gravatas e as moças com os vestidos longos. Pode-se perceber que, apesar de o cinema ser frequentado por diferentes agentes sociais, isso não significava que eles se misturavam, nem mesmo garantia a igualdade social entre eles.

Por meio do depoimento de Dona Vanilda Silva¹⁷, que relata fatos ocorridos no Cine Uberlândia, pode-se refletir como se dava a segregação racial na cidade também em locais privados.

Eu vivi uma parte disso. Tinha um lanterninha lá no no Cine Uberlândia, então ele ficava nas filas né, ou, ou, cê enum é dessa fila aqui não. [...] cê passa para aquela lá, de lá é docêis [...]. Tinha o guichê de comprá o ingresso

¹⁷ Depoimento de Vanilda Silva, concedido em 02 de fevereiro de 1999 a Luis Carlos do Carmo, 2000.

para sessão dos brancos em baixo e os nego já comprava po puleiro tinha entrada diferente, duas entrada, Num era entrada misturada não. Os preto comprava po puleiro. num tinha, que às veiz tinha algum assim, sabe? Sempre tem um que banca o bobo demais, né? Aí o lanterninha já vinha: não ó, naquela fila de lá [...] vai passando pra lá, naquela maió falta de Educação (CARMO, 2000, p. 133).

Além do cinema, pode-se observar a discriminação racial presente igualmente nos bares e nos clubes da cidade. Lotinho¹⁸, um dos entrevistados de Oliveira (2000), ouvia diariamente de tios mais velhos histórias sobre casos acontecidos nos territórios boêmios de Uberlândia durante os anos 1930 e 1940. “[...] Esses fatos lembrados, narrados, vividos entre uma música e outra, ensinavam ao jovem que a cidade, além de cortar por latitudes, meridianos, ruas e avenidas, também era fragmentada social e racialmente” (OLIVEIRA, 2000, p. 71).

Também por meio de conversas intermináveis com os mais velhos, Sr. Anísio¹⁹ aprendeu que os territórios boêmios localizados entre as Ruas Santos Dumont e Guarany estavam proibidos aos pobres e aos negros. Havia a exceção feita para os músicos, os cozinheiros e os garçons, cuja função era frequentar esses espaços com o intuito de trabalhar e não de gozar dos prazeres ali disponíveis, como prostitutas, jogos, danças, comidas, bebidas e demais tipos de diversão.

O Uberlândia Clube sempre selecionou o seu quadro social da mesma forma que seus dirigentes exercem com vigor o controle das pessoas estranhas que frequentam os seus salões ocasionalmente por se tratar de um clube de elite, onde devem ter entrada indivíduos de tratamento e de moralidade comprovada (UMA TAXA EXTRA. Uberlândia, 1947).

Nessa matéria, pode-se notar como os clubes privados da cidade também continham fortes indícios de segregação e de preconceito racial. Escolhemos citar, ainda como exemplo dessa discriminação contra a população negra na cidade, o relato feito por Pato²⁰, sobre o caso ocorrido com a cantora negra Elza Soares quando ela veio até a cidade de Uberlândia para se apresentar no *Uberlândia Clube*²¹.

¹⁸ Lotinho, 64 anos de idade, cor negra, aposentado e residente em Uberlândia. Entrevista concedida no dia 20 de novembro de 1997 a Júlio César de Oliveira (2000).

¹⁹ Sr. Anísio, 75 anos de idade, cor branca, aposentado, residente em Uberlândia, concedeu depoimento a Júlio César de Oliveira (2000) em sua residência, no dia 12 de fevereiro de 1998.

²⁰ Pato, 61 anos de idade, cor negra. Aposentado, residente em Brasília. Entrevista realizada na residência de seu irmão, Lotinho, em Uberlândia, no dia 20 de novembro de 1997, concedida a Oliveira (2000).

²¹ Esse clube foi fundado em 22 de março de 1937. Em 26 de janeiro de 1957, foi inaugurada a sua sede definitiva, localizada na av. Santos Dumont em Uberlândia.

A Elza Soares estava com um calo no dedo. Então eu e o Conceição a ajudamos a subir a escada. Quando terminou o show, ela desceu do palco e sentou na mesa com o baterista, que era namorado dela, e pediu um whisky. Logo depois, ela começou a dançar com ele. Foi aí que um cara da diretoria foi falar com o empresário dela, alegando que não era por ela ser negra mas que ela era uma artista e que foi contratada para cantar e que não tinha o direito de dançar. [...] a Elza Soares, que não tem papa na língua, foi logo dizendo: - Eu vou chegar no Rio e vou falar para os meus amigos não fecharem nenhum contrato com esse clube cheio de preconceito e racismo (OLIVEIRA, 2000, pp. 72-73).

Assim como o *Uberlândia Clube*, o *Praia Clube*²² foi outro recinto bastante segregacionista, criado e frequentado pela elite uberlandense. Na fotografia que se segue pode-se notar que a presença dos negros dentro do clube era admitida na condição de trabalhadores, fossem como músicos, cozinheiras, garçons, segurança etc. Tinham permissão para trabalhar, mas não para se divertir.

Figura 4 – Carnaval no Praia Clube.



Fonte: Coleção Oswaldo Naghettini, ArPU. Década (1950).

²² “O Praia Clube foi fundado em 10 de julho de 1935, por um grupo de doze amigos, que frequentavam as margens do rio Uberabinha, com o intuito da prática da natação. No início, os fundadores eram praticantes de natação no Rio Uberabinha, nas terras do ‘coronel’ Constantino Rodrigues da Cunha, que permitia a prática de natação no local. Mas, com sua morte, seu genro começou a proibir a prática dessa atividade. Então os amigos decidiram unir-se para cotizar o valor para compra da área às margens do Uberabinha” (MORAES, 2010, p. 28.).

Por meio do depoimento concedido a Mário Moraes (2010), o senhor Abel Silva Santos, antigo morador de Uberlândia, ajuda-nos a pensar como a sociedade uberlandense segregava a população pobre e negra, criando determinados códigos de conduta. Por exemplo, o modo de se trajar seria o passaporte de entrada em determinados locais de lazer que estavam em sintonia com a conjuntura política, econômica e cultural. Um desses locais era o *Bar da Mineira*, citado pelo entrevistado. Ele menciona que nesse local, para participar do jogo de sinuca, era preciso estar trajado formalmente, incluindo o uso de gravatas: “O Bar da Mineira era um bar, confeitaria, sorveteria e tinha um salão de bilhar no fundo. E uma coisa que marcou época era: o cidadão que fosse jogar sinuca tinha que estar de gravata”. (MORAES, 2010, p. 30).

A segregação racial nos espaços públicos e privados da cidade se dava a partir de discretas expressões de conteúdo racial. No entanto, essas atitudes surtiam forte coerção à população pobre e negra. Era bem provável não haver afixado no Bar da Mineira nenhum cartaz dizendo que ali não se atendiam negros. Entretanto, as atitudes adotadas pelos garçons desse bar (provavelmente obedecendo a ordens do proprietário do estabelecimento) de não atender ou mesmo de não servir as mesas em que se encontravam os negros já era motivo para que eles não frequentassem o local.

Nesse recinto era permitida a entrada de pobres e negros apenas na função de empregados, exercendo funções subalternas. Com isso nota-se como determinados grupos sociais poderiam ser incluídos ou excluídos dentro de uma hierarquia social, conforme o interesse da oligarquia. Nas palavras de Moraes (2010),

Para buscar impor valores, as camadas hegemônicas construíam uma hierarquização social para os locais de lazer, estes bares da região central servem para discutir política, os bons costumes da sociedade “Uberlandense”, onde estaria o ápice da “moralidade”. (MORAES, 2010, p. 51).

Também como o Senhor Abel, Anísio²³, um dos depoentes a OLIVEIRA (2000), fala de acontecimentos que os negros, especialmente os mais velhos, não esqueceram. Além do fato de terem que caminhar do lado direito da Avenida Afonso Pena e os brancos do lado esquerdo como já relatado por outros moradores da cidade, ele relata também sobre a segregação que ocorria no Bar da Mineira: “O Bar da Mineira, por exemplo, era superracista, não aceitava preto, não serviam os pretos. Se um preto ali entrasse, ficava sentado e o garçom

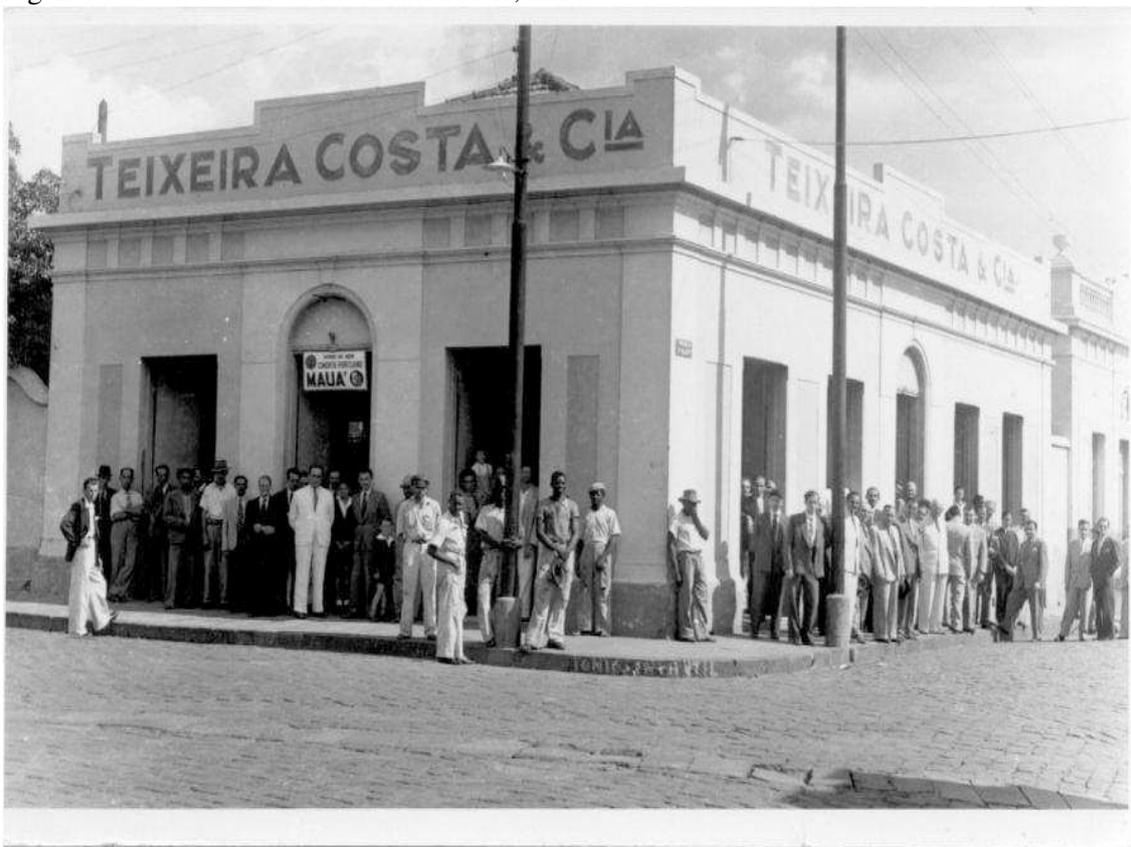
²³ Entrevista concedida a Oliveira (2000) no dia 12 de fevereiro em 1998.

não ia servi-lo”. (OLIVEIRA, 2000, p. 72). De acordo com o estudo de Carlos José dos Santos sobre São Paulo no início do século XX,

A aparência física e as vestimentas dessas pessoas [...] faziam com que fossem consideradas naturalmente suspeitas e discriminadas nos espaços públicos e privados. Suspeitos não só pela ausência dos meios mínimos para uma sobrevivência apropriada, mas em decorrência de serem encarados como possuidores ou sujeitos a uma conduta nociva, imoral, indolente e criminosa, perigoso à ordem que se constituía. (SANTOS, 1998, p. 168).

A partir dos trajés que vestiam, era possível distinguir a qual classe social determinado grupo de pessoas pertencia, o que se tornava uma forma de segregar os “indesejados”. O modo de se vestir, dentro desse processo histórico, distinguia a elite Uberlandense dos demais habitantes, pobres e negros. Por meio das roupas se pronunciava uma das formas (mas não a única) de se conseguir respeitabilidade, criando assim uma distinção moral entre os grupos sociais.

Figura 5 – Comercial Teixeira Costa & Cia, 1920.



Fonte: Arquivo particular Rogério Motta, Uberlândia. (MORAES, 2010, p 31).

Na fotografia da Figura 5, tirada em frente ao comércio Teixeira Costa e Cia., pode-se notar um grupo de trabalhadores negros vestidos com roupas humildes. Na mesma fotografia,

entretanto, separados do primeiro grupo, estão alguns homens bem-vestidos com terno e gravata, que demonstram certa respeitabilidade e altivez.

Apesar de negros e brancos aparecerem na mesma fotografia, os dois grupos aparentemente não se misturam. “O lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse”. (SILVA, 2006, p. 70).

Ou seja, a convivência entre eles parece ser suportada, de acordo com a necessidade de utilização da mão de obra e serviços prestados pela população negra, serviços esse que, muitas vezes, a população branca se recusava a executar, por serem vistas como “função de preto”²⁴.

Figura 6 – Detalhe da Figura 5.



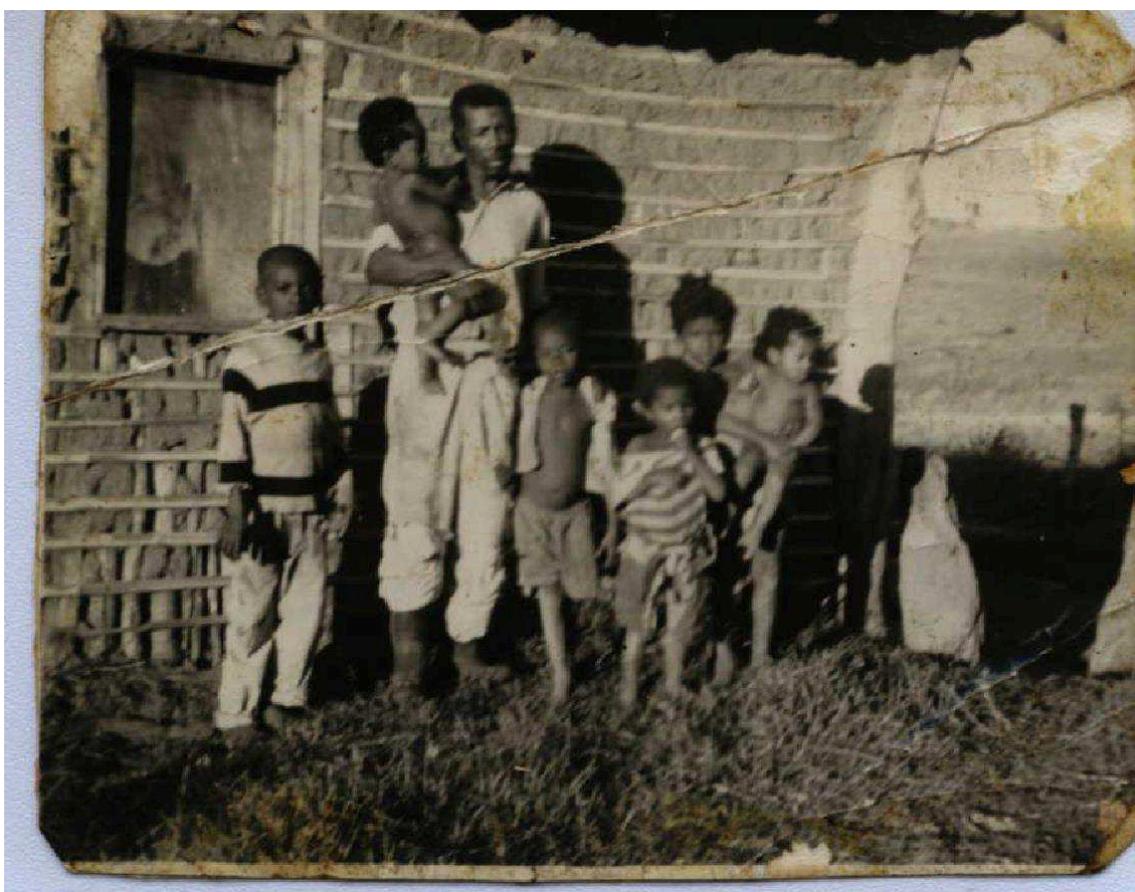
Fonte: Arquivo particular Rogério Motta, Uberlândia (MORAES, 2010, p 31).

²⁴ Ver mais sobre esse assunto em Carmo (2000).

No detalhe da Figura 6, pode-se perceber as condições sociais dos negros por meio dos seus trajés, alguns até sem calçados. Ter um emprego parecia não garantir a essa camada da população conseguir viver com mais dignidade.

Talvez pela baixa remuneração que recebiam pelos serviços prestados, ou pela falta de reconhecimento dos trabalhos por eles executados, muitos, com algumas exceções, pareciam viver em constante dificuldade financeira. No entanto, ter cargo mais importante também não era garantia de melhores condições de vida como se pode observar na Figura 7:

Figura 7 – Sr. Máximo da Silva e família: Chefe da Estação Ferroviária Mogiana, 1916.



Fonte: Acervo Coleção João Quituba. Centro de Documentação e Pesquisa em História. Universidade Federal de Uberlândia. (CDHIS-UFU).

Ao se analisar a fotográfica do Sr. Máximo e seus filhos (Figura 7), pode-se perceber que, apesar de ele possuir um emprego de expressiva importância (chefe da Estação Ferroviária Mogiana em Uberabinha) em uma instituição que representava o progresso da cidade, ele e sua família viviam em condições precárias, com moradia paupérrima, as crianças se cobriam com roupas esfarrapadas, algumas até desprovidas delas, pés descalços, sujas,

provavelmente, por falta de instalações mínimas para se manterem os hábitos de higiene diário, como banheiro, água e esgoto encanado.

Ou seja, apesar do esforço para ter uma profissão, no caso do Sr. Máximo bastante qualificada, isso não significava receber um salário adequado, ou pelo menos suficiente para que ele pudesse sair da condição de miséria visível na fotografia. “[...] a população pobre e negra, além de ter sua vida pautada pelas dificuldades impostas pela pobreza, tem ainda de lidar com as manifestações objetivas e subjetivas do racismo”. (SILVA; PANTA, 2014, p.01)

Seria essa dificuldade econômica uma característica da maioria das famílias pobres trabalhadoras de Uberabinha/Uberlândia ou mais expressivamente das famílias pobres e negras? Ou, ainda, a qualificação da população negra lhes garantiria salários justos compatíveis com a profissão sendo suficiente para terem uma vida digna? Trabalhadores negros recebiam os mesmos valores salariais que os trabalhadores brancos ao exercerem a mesma função? Essas são algumas questões a serem pensadas.

2.2 Condições de vida e disputas em torno do progresso de Uberlândia

Com relação às condições vividas por mulheres, homens e crianças negros em 1945-1960²⁵ Carmo (2000, p. 108) diz que não eram nem um pouco tranquilas. De acordo com o autor, “O separatismo a segregação e a discriminação racial eram elementos intrínsecos ao conjunto de condutas e normas sociais desta cidade”. Todavia, não só naquela época, mas também no presente, os negros a todo instante buscam estratégias para encontrar saídas para transformar situações (de segregação, de humilhação, de exclusão) que lhes são diariamente impostas. “Utilizando-se de [...] possibilidades herdadas ou construídas, essas pessoas acabam por construir a história de suas possibilidades frente às condições que viveram.” (CARMO, 2000, p. 109).

Ao serem excluídos de grande parte dos espaços de lazer da cidade, local de representação social das elites, a comunidade negra uberlandense buscou criar espaços próprios e alternativos que pudessem atendê-la. “[...] Nesse sentido, as manifestações culturais, muitas delas ligadas à religião, constituíam-se também em estratégias de afirmação da identidade individual e do grupo, ao mesmo tempo em que engendravam uma rede de apoio social” (ANDRADE; FONSECA, 2008, p. 18).

²⁵ Esse período se refere ao recorte temporal feito pelo autor em sua dissertação “Função de preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia, MG. 1945/1960” (CARMO, 2000), porém, não excluímos os demais anos de também dificultarem a convivência da população negra nesta cidade.

Sendo assim, no ano de 1930 foi inaugurado o primeiro clube negro na cidade por meio da fundação do *Clube Flor de Maio* (posteriormente *Sal Tropeiro*) localizado na Avenida João Pinheiro. Depois vieram o *Clube Independente*; o *Trianom*; o *Tenentes Negros*; o *Marabá*, localizado na Avenida Afonso Pena, no Bairro Vila Operária; o *Clube José do Patrocínio*, conhecido como *Caba-roupa*, localizado na Avenida Engenheiro Azeli; O *Rainha*, funcionava na Rua Princesa Isabel, e o *Zanz Bar*, na Rua Melo Viana.

Ao improvisarem esses locais que possibilitaram oportunidade de lazer, de religiosidade, de educação e de trabalho, os sujeitos negros marginalizados procuraram dar continuidade e sentido à vida. Vão construindo nesses novos espaços novas formas de convivência, ressignificando-os em um processo constante de construção coletiva.

Com isso foram surgindo também nos bairros periféricos da cidade, principalmente aqueles com concentração da população negra, os ternos de *Catupé*, *Congos*, *Moçambique*, e os grupos de Folia de Reis e que hoje representam o que há de mais autêntico e importante quando se fala das manifestações culturais de Uberlândia.

A segregação no trabalho também foi algo expressivo, vivido pelo morador negro uberlandense. Esse assunto foi detalhadamente pesquisado na dissertação: “*Função de preto*”: *trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945/1960*” de Carmo (2000). De acordo com o autor, as “funções de preto” foram atividades desenvolvidas em Uberlândia entre as décadas de 1940 a 1960 quase que exclusivamente por trabalhadores negros, “[..] sinalizando para uma complexa inserção e para atuação desses homens no interior de uma sociedade historicamente marcada pelo preconceito e pela exclusão” (CARMO, 2000, p. 31).

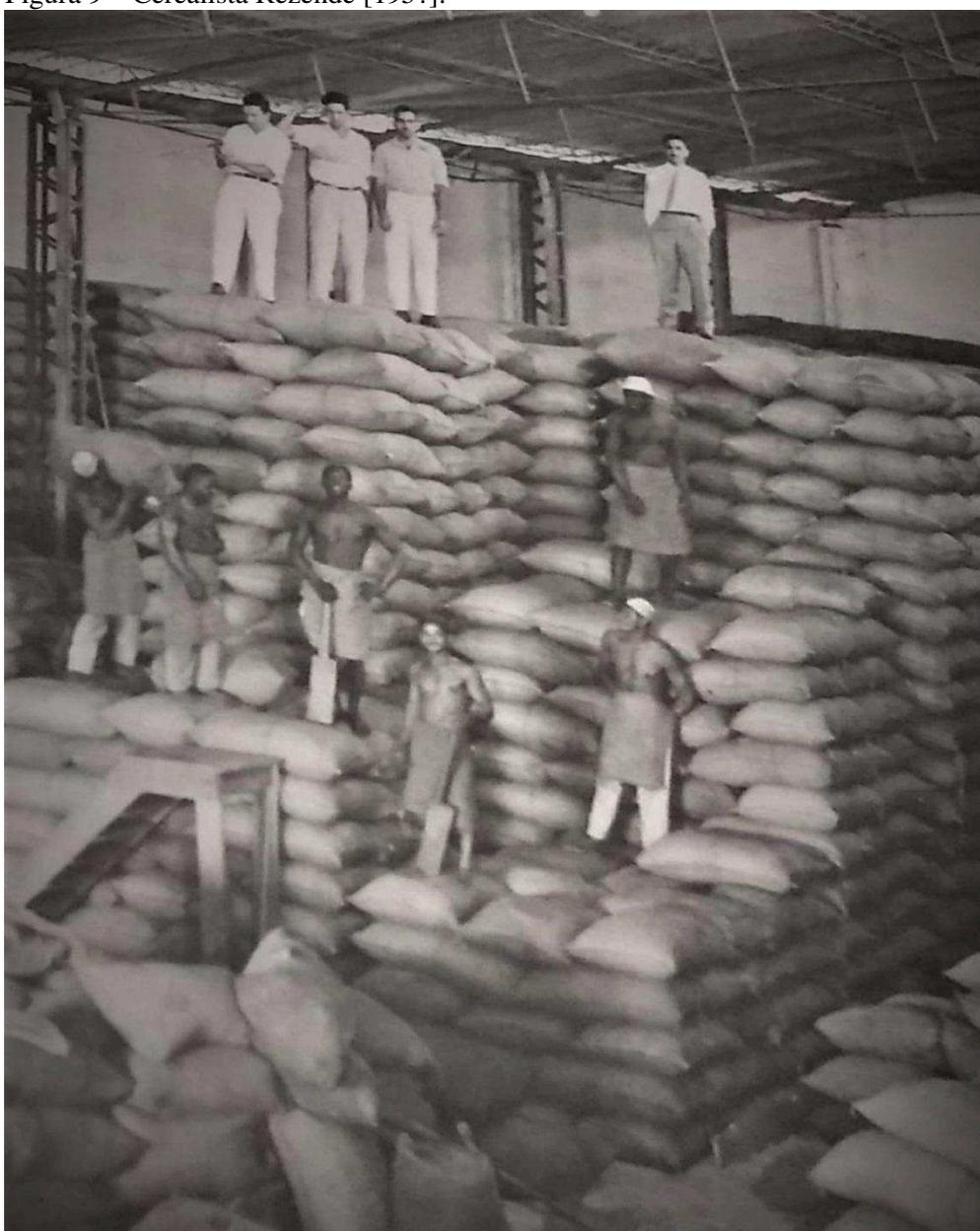
Figura 8 – Interior Frigorífico Caiapó [195?].



Fonte: Coleção Oswaldo Naghettini, ArPU.

As atividades de trabalho exercidas quase que exclusivamente por negros, principalmente devido à recusa do trabalhador branco em realizá-la, eram, em sua maioria, nos setores das charqueadas, frigoríficos, nos curtumes, nas máquinas de beneficiar arroz, nas sacarias, na fábrica de banha, nas pedreiras e nos calçamentos da cidade. “Essa era uma atividade [...] que poderia encerrar elementos históricos, em que os trabalhadores não negros enxergassem na sua execução a desqualificação profissional e étnica e isso poderia ajudar a compreender a ausência desses trabalhadores nesses setores”. (CARMO, 2000, p. 65).

Figura 9 – Cerealista Rezende [195?].



Fonte: Coleção Oswaldo Naghettini, ArPU. Av. Nicomedes, atual Caldo e Cia.

Nas fotografias “Interior do frigorífico Caiapó” e “Cerealista Rezende” notamos a grande proporção de trabalhadores negros no frigorífico e também como trabalhadores “chapa”, os carregadores de sacas nas cerealistas da cidade. Confirmando assim, através das imagens, o estudo do professor Carmo (2000) e de seus depoentes. Como declara o depoente Sr. Adão “e não tinha um branco sequer, esse era um serviço de nego.., era uma função de preto”. (CARMO, 2000, p. 73).

Por meio desses depoimentos de trabalhadores negros, visualiza-se melhor como foram essas experiências de executar determinadas funções que, de alguma forma, eram vistas como penosas, rudes, difíceis, brutas e sofridas. Fica evidente a indignação, o constrangimento e até mesmo a insatisfação dessas pessoas de não terem muita opção de escolher o próprio trabalho, sobrando-lhes as “funções de preto” praticamente como as únicas formas de se conseguir o sustento da família.

[...] o serviço era penoso, num tinha, assim era muito difícil ocê vê assim, uma pessoa gente da nossa cor tê um serviço assim, ainda até hoje é difícil cê vê, na época de quarenta e cinco, cinquenta, até sessenta era difícil. Então o serviço que tinha era esse, serviço penoso, quando num era charqueada, era fábrica de banha, era cum pedras, fazê calçamento... e não tinha um branco sequer, esse era um serviço de nego.., era uma função de preto. (CARMO, 2000, p. 73).²⁶

De acordo com Carmo (2000), apesar de o depoente possuir uma formação escolar privilegiada para a maioria dos trabalhadores (ginásio), não foi possível superar a difícil segregação étnica do mercado de trabalho da época. Ou seja, apesar de ser uma pessoa instruída, mesmo sendo algo raro para o momento, o fato de ser negro o impediu de alcançar outros postos de trabalho, que não fossem aqueles destinados a esse grupo populacional.

Nesse sentido, entendemos que, apesar de alguns desses trabalhadores terem qualificação para serem inseridos no mercado de trabalho mais “distinto”, ou menos braçal, havia a barreira do quesito “cor da pele”, pois, muitas vezes, por estarem inseridos numa sociedade racista, perdiam a concorrência para o branco.

A segregação na cidade de Uberabinha/Uberlândia também é sentida por meio dos bairros, locais de moradia. Seguindo o exemplo do Governo do Rio de Janeiro no início do Século XX, de modificar a estrutura das ruas, alargando avenidas e embelezando sua metrópole, destruindo os casebres e expulsando a população pobre para fora do centro urbano,

²⁶ Depoimento do Sr. Adão Rodrigues, concedido em 12 de julho 1997 a Carmo (2000).

também os dirigentes da cidade buscaram modernizá-la: ampliaram seu sistema viário com intenção de facilitar e aumentar a circulação de mercadorias e pessoas.

Essa modificação na estrutura central da cidade provocaria o despejo gradativo das *gentes indesejáveis* (pobres, negros, mendigos, prostitutas) para os locais mais periféricos da cidade, em uma política higienista e saneadora. Com isso, associavam embelezamento e segregação territorial em um contínuo processo de modernização e de exclusão. *Cidade jardim* para uns e cidade precária para outros.

Observou-se que a denominação de *Cidade Jardim*²⁷ não se estendia aos bairros periféricos, esses locais onde se concentrava grande parte dos trabalhadores pobres de baixa renda, a população negra e aqueles com pouca escolarização.

Pela falta de saneamento básico, como rede de esgoto, iluminação e calçamento, esses bairros eram mantidos “escondidos” das vistas dos visitantes, além de serem considerados, pela imprensa e pela elite, locais onde só existia “[...] a baderna, o barulho e a sujeira.” (SOARES, 2008, 158).

Era como se existissem duas cidades em Uberabinha, a primeira localizada na região central, frequentada pela elite, local onde foram construídos seus palacetes, local que possuía ruas pavimentadas, iluminação pública, água e esgoto encanado, ou seja, com toda infraestrutura. Nela se encontravam as belas praças e jardins, escolas, os maiores comércios, locais de lazer e de diversão destinados principalmente para a classe mais abastada. E a outra Uberabinha, da qual os políticos e a elite se envergonhavam e pretendiam esconder.

A história da população negra no Brasil mostra que não houve preocupação com o seu processo de integração na sociedade de classes e nem com seu desenvolvimento socioeconômico no período pós-abolição. Como consequência, o contingente negro, em sua maioria, historicamente tem ocupado as periferias mais distantes e pobres das cidades brasileiras. (SILVA; PANTA, 2014, p. 01)

Os bairros mais periféricos, habitados majoritariamente pela população com menor poder aquisitivo, ficavam “Abaixo da Rua da Chapada, acima do córrego Cajubá, área em que

²⁷ Segundo Soares (2008) este codinome surgiu de um representante da revista Noite Ilustrada que foi convidado a fazer um relatório sobre a cidade com intenção de fazer propaganda do município naquela revista. Após visitar Uberlândia, o repórter escreveu sobre “a bela paisagem urbana”, principalmente sobre suas praças públicas apelidando-a de Cidade Jardim. Esta denominação durou várias décadas como sendo o principal referencial de identificação da cidade. Ainda com intenção de assegurar o lugar de Uberlândia como centro regional, a administração Municipal buscava manter o lema, a partir dos anos 1940, como: Cidade Jardim – ordem, progresso e beleza.

também estavam reclusos os doentes e leprosos; e no Patrimônio²⁸, habitado principalmente pela população negra. Nesses locais, a falta de infraestrutura era flagrante e as vantagens da modernidade não chegavam” (DANTAS, 2009, p. 59). Essa segunda Uberabinha, na qual o acesso à escola era difícil e quase não se via nenhum tipo de infraestrutura e locais de lazer, dificultava ainda mais a árdua vida de seus moradores. Esses bairros não faziam parte dos projetos de *Cidade Ideal*, muito menos do progresso.

A noção de periferia refere-se a um lugar longe, afastado de algum ponto central. Todavia, esse entendimento meramente geométrico não representa a verdadeira relação entre o centro e a periferia das cidades. Nesse caso, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre os dois, mas sim, revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam a nítida desigualdade entre os moradores dessas regiões da cidade. (MOURA; ULTRAMARI, 1996 *apud* MOURA, SOARES, 2009, p.24).

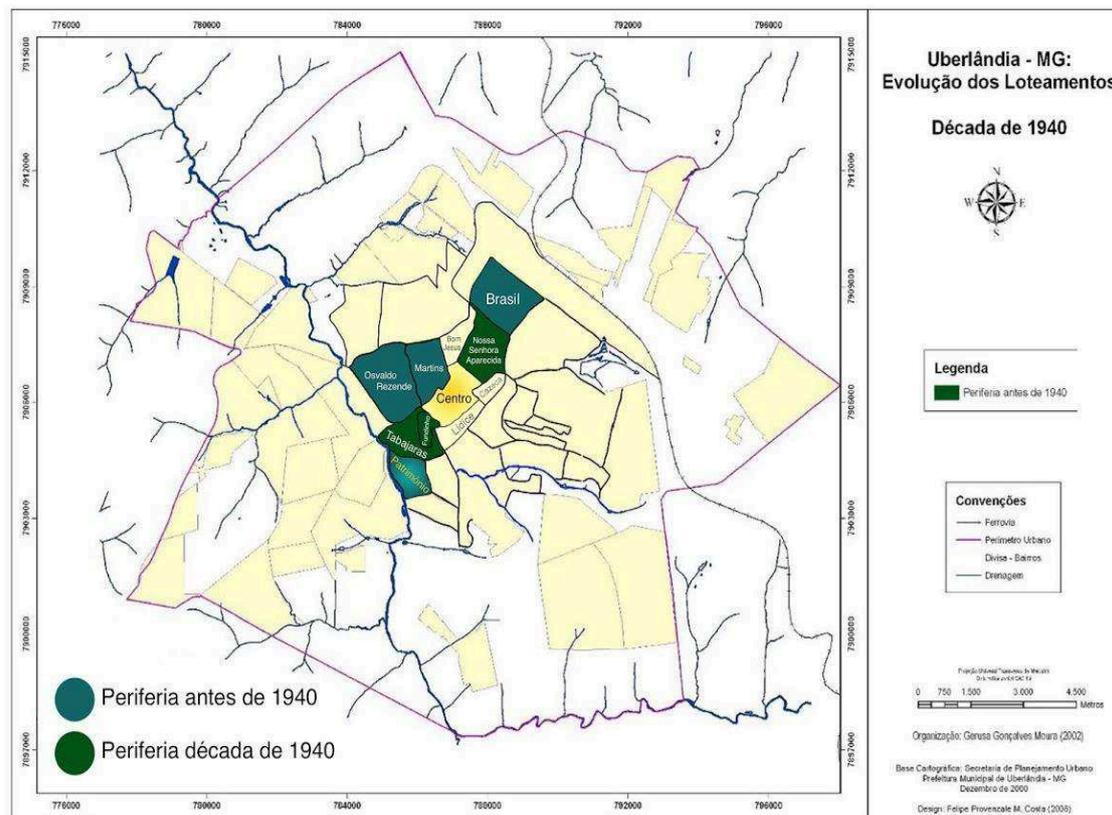
Segundo Antônio de Pádua Bosi, a maioria dos trabalhadores negros vivia, desde meados de 1883, no Bairro Patrimônio. “[...] O lugar ficava afastado do núcleo populacional aproximadamente dois quilômetros. Dezesseis anos antes da abolição, Uberabinha (então freguesia de Uberaba/MG) contava com 545 escravos frente a 3483 livres” (BOSI, 2004, p. 107). O primeiro nome do bairro era Nossa Senhora da Abadia. A área foi uma doação de D. Jacinta Francisca da Silva.

Bosi acredita que o nome “Patrimônio” tenha surgido nessa época, haja vista que o local onde moravam era uma parte do “patrimônio”, doado em 1883, por isso ficou conhecido como “Bairro do Patrimônio”. Depois de 1888, instalaram-se em definitivo naquele espaço. O Bairro Patrimônio ficou praticamente durante todo o século XX conhecido como sendo um bairro predominantemente de moradores negros.

O mapa da Figura 10, a seguir, ilustra a expansão dos bairros tidos como periféricos da cidade de Uberlândia. Foram eles: antes de 1940 os bairros Brasil, Martins, Osvaldo Resende, Patrimônio; até a década de 1940 os bairros Tabajaras, Nossa Senhora Aparecida e Fundinho.

²⁸ Patrimônio da Abadia: esse bairro situado na fazenda de Campo Alegre foi doado a Nossa Senhora da Abadia em 8 de julho de 1883 por José Machado Rodrigue e sua senhora D. Jacinta Francisca da Silva (TEIXEIRA, 1970, p. 65).

Figura 10 – Mapa dos bairros periféricos de Uberlândia, MG.



Fonte: Moura e Soares (2009, p. 26). Adaptado pela pesquisadora.

Com a instalação de indústrias na cidade, a procura por moradias era alta e forçava as indústrias a construírem casas para alugar aos operários, também com intuito de facilitar o acesso até o local de trabalho. Surgiram, então, as *vilas operárias*, construções que proporcionaram a expansão da periferia da cidade. “Assim, até 1940, a periferia de Uberlândia era formada pelo Bairro Patrimônio e pelas vilas Operária (1925), Martins (1925), Osvaldo (1938), Carneiro (1938), Santa Teresinha (1936) e Brasil (1936)”. (MOURA, SOARES, 2009, p.25).

O Bairro Patrimônio foi também um exemplo de Vila Operária, pois surgiu a partir da construção de casas para os trabalhadores do Frigorífico Omega e somente alguns anos depois, quando a mão de obra operária já era abundante, é que o Conjunto Habitacional Patrimônio foi construído. Assim como as demais vilas, o Patrimônio não possuía infraestrutur (água, esgoto, iluminação elétrica, calçamento nas ruas), permanecendo dessa forma durante muito tempo, de acordo com seus moradores, que sempre reivindicaram por melhorias, mas eram deixados ao acaso pelo Poder Público local (MOURA, SOARES, 2009, p. 27).

O Bairro Patrimônio, de acordo com Carmo (2000), é visto como um local eminentemente negro. Assim como o alto do Bairro Martins, parte do Bairro Cazeca, Bom

Jesus, além dos bairros Fundinho e Taboca, já mencionados neste trabalho. Esses bairros aparecem em grande parte dos depoimentos de antigos moradores da cidade como sendo lugares em que concentravam as residências de muitas famílias negras.

Dentre os muitos problemas que assolam a vida da população negra no Brasil, chama atenção a intensa ocupação de áreas periféricas, pobres e estigmatizadas de diversas cidades do país, o que acaba por acarretar condições limitadas de acesso a bens e serviços essenciais oferecidos pelas cidades, a consolidação de preconceitos e estigmas, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, maior exposição à violência e à criminalidade, entre outras consequências. Viver em locais estigmatizados e marcados por contínuas referências negativas pode interferir até mesmo nas interações mais íntimas, como é o caso das relações afetivas, de amizade e de namoro. (SILVA; PANTA, 2014, p. 02).

Nesses bairros periféricos, existiam muitas dificuldades para seus moradores, entre elas a dificuldade de locomoção para as partes centrais da cidade, onde geralmente se encontrava grande parte do comércio, do lazer e das escolas. Em dias de chuva, o barro e o transbordar do Ribeirão dificultavam ainda mais a vida dos moradores desse bairro. “O Bairro Patrimônio [...] contava ainda com o Ribeirão São Pedro, que, ao transbordar das suas águas, dificultavam a comunicação das pessoas ali residente com o restante da cidade” (CARMO, 2000, p. 117). No início do período estudado por Carmo (2000) na década de 1940, a população negra na cidade de Uberlândia, MG, estava em torno de 6.550 pessoas e 532 pardas. Em um total de 42.037 habitantes, representava, assim, 16,85% da população da cidade²⁹.

Os grupos sociais dominantes ao liderarem ações que iam configurando o espaço urbano (ocupados por negros, brancos, pobres e ricos, convivendo diariamente entre conflitos e harmonia), por meio da modernização dos equipamentos e por meio das mudanças que a cidade ia sofrendo, proclamavam um discurso de convencimento com intenção de legitimar as práticas que anunciavam e que deveriam ser cumpridas. “[...] A polícia, instrumento nomeado pelo poder, tem o dever de exercer o controle do corpo social. Coibir os abusos, disciplinarizar para o trabalho por meio de campanhas morais saneadoras, [...] cooperando para o progresso.” (MACHADO, 1990, p. 62). Era por meio dessas estratégias políticas e sociais coercitivas que procuravam moldar o cidadão dentro de um perfil civilizador.

Mendicidade: De entre as muitas providências que se impõe ao Sr. Delegado de polícia e ao poder municipal, para o bom e regular policiamento da cidade

²⁹ Dados IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

salienta-se a proibição da mendicidade a indivíduos validos e sadios, que por ahí andam a explorar a caridade pública, sem outra razão, além da ociosidade a que se acostumaram. É preciso, pois, que o Sr. Delegado cohibindo a vagabundagem, procure joeirar os mendigos dos ociosos e distribuindo chapas aos necessitados, para poderem mendigar, obrigue os demais a procurarem ocupação [sic]. Isto além de justiça é um acto de caridade (MENDICIDADE, 1908, p. 02).

Tal projeto de civilização e de disciplinarização existiam em uma cidade que, apesar de a classe dominadora tentar evitar vir à tona para não correr o risco de manchar sua imagem, era repleta de conflitos vindos dos diferentes grupos sociais (pobres, negros, trabalhadores autônomos, prostitutas, pequenos comerciantes) que compunham a cidade, em que cada um procurava defender a sua classe e os seus interesses.

Por meio das regulamentações legais dos códigos de postura, estava explícita a preocupação em manter a população disciplinada e civilizada. Com isso, a construção da imagem da cidade era possível por meio do esforço de revelação e ocultação. “Revelação consistindo em dar visibilidade aos aspectos que confirmam o projeto político, [...] e ocultação de indícios que porventura possam maculá-lo. Logo a existência do Código de Posturas era uma garantia de regulamentar o funcionamento social imprimindo civilidade” (DANTAS, 2001, p.38).

Apesar dos conflitos, a elite local obteve certo sucesso ao criar esse conjunto de práticas que atendiam aos seus interesses presentes, principalmente em regulamentos e códigos de postura. Possuíam ainda o apoio da imprensa local que “sugeriam”, por meio dos artigos de periódicos, o modo pelo qual a cidade deveria espelhar-se e passar também a reproduzir o mesmo exemplo exposto.

Havia, ainda, o discurso de que somente por meio da educação se conseguiria alcançar o progresso. Por meio de campanhas em anúncios nos jornais e revistas, procuravam aliciar o maior número de alunos, com o objetivo de conduzi-los à civilidade e, em consequência, levar Uberabinha ao crescimento.

Com a educação, seria possível, portanto, formar o novo cidadão, difundir os recém-criados símbolos da pátria, como bandeira, hino, heróis, brasão etc., bem como ampliar o grau de conscientização e participação política desse cidadão republicano. A educação cumpriria, por esse caminho, abrangente papel civilizador e poderia ser considerada como uma proposta emblemática do partido republicano (GONÇALVES NETO, 2010, p. 192).

Com esse intuito de chegar à civilização por meio da educação, apresentamos, a seguir, alguns dados relacionados ao nível de instrução em Uberabinha. No ano de 1920, sua

população era composta por 24.420 habitantes, sendo 10.347 alfabetizados e 14.073 analfabetos. De acordo com Jornal A Tribuna,

Uberabinha possuía em 1920 [...] 4.390 em idade escolar de 07 a 14 anos, 1228 das quaes estudavam, 3.505 que não estudavam. O número de analfabetos era de 14.073 [...]. Nesta época a nossa população orçava por 24.420 habitantes dos quaes 14.195 era do sexo masculino, 1060 estrangeiros. (UBERABINHA, 1925, p. 02).

A partir dos dados obtidos do recenseamento de 1920, Uberabinha possuía 57,9% de sua população analfabeta, enquanto a média de analfabetismo no estado de Minas Gerais era de 79,3% e no Brasil como um todo 75% de analfabetos. Com esses dados, os políticos da cidade procuraram aumentar o número de escolas, com intuito de dar continuidade ao processo de desenvolvimento e de progresso da cidade por meio da educação.

Fundada em bases positivistas, a construção de novas escolas criava possibilidades de conduzir a cidade ao crescimento. Portanto, no ano de 1925, o município já possuía nove escolas Municipais: Burity, Marimbondo, Paraíso, Tenda, Machados, Pereiras, Quilombos, Sucupira, e Noturno.

Em 1915 foi inaugurado o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Na década de 1920 surgiu a maioria das escolas privadas na cidade como: o Colégio São José, do Professor José Avelino; o Colégio Bandeira, do Sr. Eduardo Martins Marquez; a Escola Confessional, Colégio Nossa Senhora da Conceição, dirigida pela professora Alice Paes; a Escola Ruy Barbosa, da professora Juvenilia Ferreira dos Santos; o Colégio Santa Rita de Cássia, da professora Clélia Alvim; o Collégio Amor às Letras, do professor Jerônimo Arantes; Externato Spenser, da professora Iolanda Paes; o Gymnásio de Uberabinha, do professor Antônio Luiz da Silveira, tendo anexos, a Escola Normal e o Instituto Comercial, que após 1929 passaram a fazer parte do quadro de escolas públicas.

Apesar do elevado número de estabelecimentos educacionais na cidade, não era comum encontrar, nas fotografias dessas escolas, a presença do aluno negro ou até mesmo de professores e de professoras negros.

Sendo assim, na seção 4, “O Negro e a Educação de Uberabinha/Uberlândia” abordamos alguns desses estabelecimentos de ensino, buscando, por meio das fotografias, a presença/ausência do sujeito negro, seja como aluno(a) ou professor(a) nas escolas da cidade.

3 O NEGRO NA IMPRENSA UBERLANDENSE: EM BUSCA DE VESTÍGIOS

A escolha por trabalhar com fotografias, revistas e jornais impressos do final do século XIX e até meados do século XX, se deu pelo fato de acreditarmos que esses materiais nos permitem conhecer uma sociedade remota, que não tivemos oportunidade de vivenciar e de nela conviver. Tanto os discursos textuais quanto as imagens estampadas nas diferentes matérias jornalísticas nos possibilitam conhecer parte da realidade da sociedade desse período.

[...] como registro e testemunho do passado, o jornal expressa não uma voz, mas vozes variadas: do dono do jornal (o editorial), do repórter-redator (a notícia), de comentadores e analistas (artigos de opinião), do leitor (seção de cartas), do repórter-fotográfico (as fotografias) etc. Mais que isso, o jornal hierarquiza essas vozes mediante uma estruturação em cadernos, páginas e seções cuja composição gráfica dá “tons” distintos para cada voz. Os cadernos hierarquizam a importância de cada assunto para o jornal. A página hierarquiza os assuntos em seções maiores e menores. A manchete diz ao leitor o que o jornal quer que ele leia primeiramente na página (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 230).

Nesses artigos, percebe-se o que era considerado bom ou ruim; moderno ou atrasado; quais pessoas e atitudes eram admiradas ou reprovadas, o que era considerado moral ou imoral; quais os problemas o país enfrentava naquele momento, seja na área da saúde, da economia ou na Administração Pública; como era pensada a educação do país; enfim, os jornais nos permitem observar diversas faces da sociedade de um determinado período. Entretanto, é preciso que fiquemos atentos ao utilizar a imprensa escrita como fonte de pesquisa histórica. Precisamos assumir uma postura crítica e buscar entender quem produzia os textos, para qual público-alvo e com quais intenções foram feitos. Assim,

[...] é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. [...] Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articulam segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários financiadores, leitores e grupos sociais que representam (MACIEL, 2004, p. 15).

Lembre-se, ainda, que o sujeito que escreve fala de um determinado local e em um determinado tempo para algum receptor, que, por sua vez, também está carregado de

subjetividades. Pode-se, então, dizer que nenhuma produção é neutra, ou livre de interferências externas.

Ao pesquisarmos no ArPU documentos que apresentassem, de alguma forma, o sujeito negro na sociedade local, encontramos um em específico que parecia direcionado à população negra uberlandense. Trata-se de a edição de nº 21 da revista *Uberlândia Ilustrada*, publicada em 1956. A revista, que se mantinha por meio de matérias pagas, teve essa edição em especial patrocinada pela “Sociedade da Gente de Cor de Uberlândia”, com o intuito de divulgar matérias com homens e mulheres negros uberlandenses. A capa da edição traz a fotografia da Miss Negra, ganhadora do concurso Roland Salvador, promovido por essa revista com o apoio dos clubes *José do Patrocínio* e *Zanz-Bar Clube*.

Apesar de sua grande divulgação na cidade, o concurso não teve destaque nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia*, considerado o principal da cidade. Essa omissão nos remete à hierarquia de valores da sociedade da época. O silêncio do jornal é o mesmo de diversos outros âmbitos sociais, o que invisibiliza e segrega a população negra para as margens da sociedade. Desse modo, o concurso foi divulgado somente pela revista *Uberlândia Ilustrada*, nº 21, cujos exemplares foram patrocinados pela “Sociedade da gente de Cor de Uberlândia”, evidenciando que assuntos relacionados à “gente de cor” devem ser tratados em espaços específicos direcionados e conquistados para eles e por eles.

Figura 11 – Capa Revista Uberlândia Ilustrada, nº 21, 1956.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

A revista afirmou em uma nota que o concurso para eleição da Miss Negra teve grande repercussão na cidade, principalmente pela ordem e pela eficiência de seus organizadores, como se a competência da população negra fosse algo incomum ou quase impossível de se ver. A nota destaca, ainda, as características das candidatas portadoras de beleza não negra, “fugindo do tipo original da raça”.

Apresentam-se candidatas ao concurso as senhoritas Roland Salvador, pelo Clube “José do Patrocínio” e Maria Abadia, pelo “Zans Bar Clube”, ambas possuidoras de perfeitas características de beleza feminina, fugindo do tipo original da raça (CANDIDATAS, 1956, p. 9).

Dizer que a aparência das candidatas ao concurso Miss Negra “[...] fugia do padrão original da raça”, induz o leitor a compará-las conforme o padrão de beleza europeia, padrão esse imposto e reproduzido desde o final do século XIX, resquícios da *Ideologia do Branqueamento*³⁰ para a população brasileira, em que se esperava, por meio da imigração de europeus para o Brasil, clarear a população até o ponto em que a população negra desaparecesse.

De acordo com essa ideologia, pessoas de pele clara possuem mais chances de ascensão na sociedade do que as de pele escura. As mulheres negras que eram consideradas mais bonitas eram as que possuíam a maior quantidade de características europeias possível, (lábios e nariz finos, cabelos lisos, olhos claros, pele clara), ou aquelas com a menor quantidade possível de fenótipos africanos. Trataremos com mais detalhes sobre branqueamento e eugenia na subseção 3.3.

O artigo que se segue, na íntegra, faz parte da mesma edição da Revista *Uberlândia Ilustrada*. Apesar de ser uma edição patrocinada pelos negros, o espaço foi pouco aproveitado como espaço de reivindicação ou para trazer a realidade da população negra uberlandense.

Ao contrário, assim como a matéria destinada ao Concurso Miss Negra não valorizava as características africanas, a matéria a seguir destaca as fazendas, os fazendeiros e coloca a

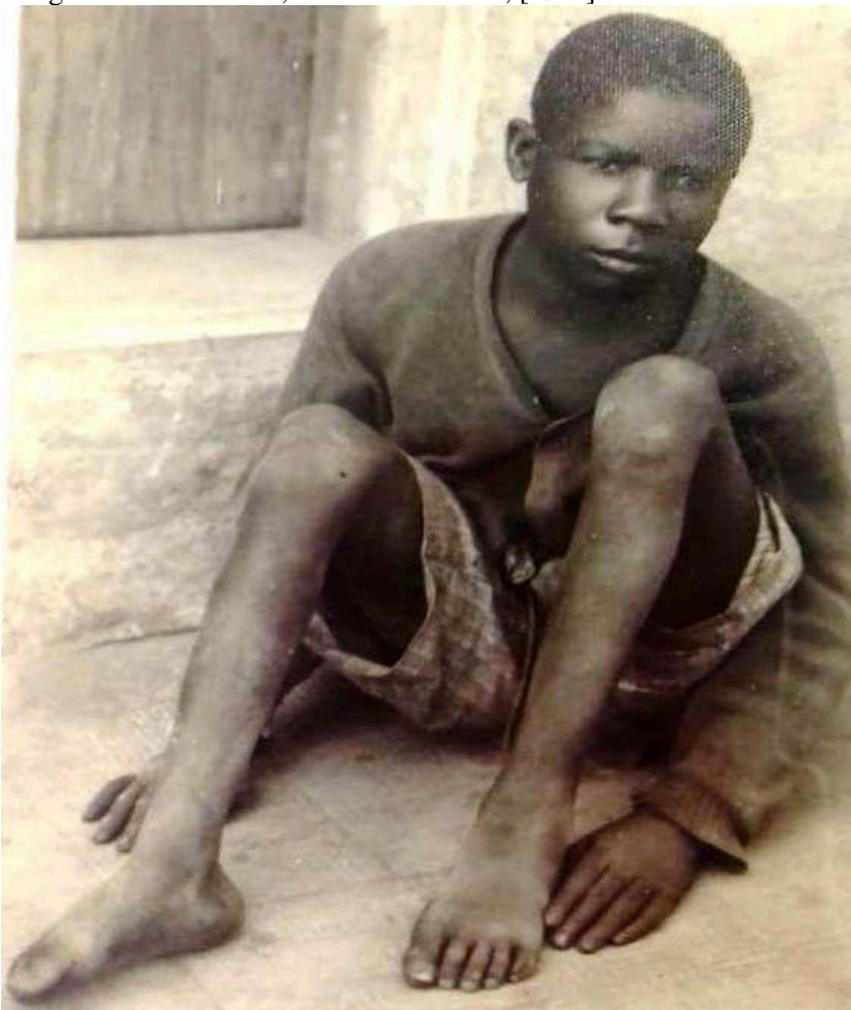
³⁰ O termo ‘branqueamento’, segundo Andreas Hofbauer, foi a incorporação dos modos dos brancos e perda dos modos e cultura africana além do clareamento no fenótipo da cor da pele e dos traços da população. Com base nas ideias de eugenia surgidas na Europa do século XIX o governo incentivou a vinda de europeus para o Brasil, como mão-de-obra livre, assalariada, com intuito de diminuir a proporção das pessoas negras através da miscigenação com o europeu branco. Esse movimento foi apoiado pela elite e pelos intelectuais da época, com isso, não houve significativa preocupação em integrar o negro recém-liberto nessa nova sociedade republicana.

população negra escravizada, na mesma esfera que os animais domésticos, trazidos para o trabalho árduo a ser realizado na nova região.

O negro de Uberlândia, 1818 – 1956. Primeiros escravistas – Fazendas e Senzalas. Expressão de elementos Negros civilizados na vida social da cidade. - Os primeiros entrantes mineiros, pelo Sertão da Farinha Pôdre [sic], julgado do Desemboque, que adquiriram terras devolutas, por concessão de Sesmarias foram os Pereiras da Rocha e Alves Rezende, de 1818 a 1821. Anos depois vieram os Carrejos, Barbosas, Morais, Gomes Martins Machado e Cabral de Menezes e Dias que constituíram as primeiras famílias dos povoados da região inculta, onde fica hoje o município de Uberlândia. **Incluídos aos animais domésticos que trouxeram para o trabalho agrário, vieram os negros escravos.** Demarcaram-se os grandes latifúndios dos primeiros fazendeiros. Abriram-se as valas profundas como Tapume na divisão das propriedades: tombaram-se os primeiros troncos da floresta nativa ao impulso do machado devastador: abriram-se os primeiros caminhos da navegação para o trânsito dos carros de bois e tropas tradicionais: floriram-se as plantações de gêneros alimentícios nas roçadas predominado nosso trabalho rude a força do braço possante do negro escravo. As antigas fazendas do município, mais providas de escravos foram: São Francisco de João Pereira da Rocha; Maribondo, de Manoel Alves Carrejo, Fazenda do Panga e Brinquinho, de Antônio Alves dos Santos e Honorato José Bernardes na freguesia de Santa Maria; Capim Branco, de Pedro Machado Rodrigues Silva. (O NEGRO DE UBERLÂNDIA, 1956, p. 21, grifo nosso).

Segundo Dângelo (2005), nesta matéria especial sobre o negro em Uberabinha/Uberlândia (1818/1895) cujo subtítulo: “Primeiros escravistas – Fazendas e Senzalas – Expressão de Elementos Negros civilizados na vida social da cidade”, a avaliação realizada sobre o passado da cultura negra estava ligada à mesma idealização de um local feito por algumas personalidades, nesse caso, os fazendeiros e escravistas locais. “Dentro dessa lógica, foram essas personalidades que promoveram as condições sociais para que assimilado à vida urbana, o ex-escravo tivesse acesso à civilização e ao trabalho”. (DÂNGELO, 2005, p. 75).

Figura 12 – Frederico, o Pretinho da vila, [194?].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes. ArPU.

Como a maioria das imagens dos negros encontrados no ArPU, a Figura “Frederico, o Pretinho da vila” que faz parte da coleção Jerônimo Arantes, recebeu pouca descrição. Nesse caso específico, somente o nome do garoto, “Frederico”, aparece anotado na fotografia, acrescida da explicação: “o Pretinho da vila”. Professor Jerônimo, apensar do cuidado em preservar diferentes tipos de documentos sobre a história da cidade de Uberabinha/Uberlândia, não demonstrou zelo em anotar a localização, a identificação ou mesmo as datas em que foram produzidas, principalmente, as fotografias dos homens, mulheres e crianças negras. A maioria das notas que acompanham as imagens dessa população, quando existem, são muito vagas.

A legenda é a voz que falta, e espera-se que ela fale a verdade. Mas mesmo uma legenda inteiramente acurada não passa de uma interpretação, necessariamente limitadora, da foto à qual está ligada. E a legenda é uma luva que se veste e se retira muito facilmente (SONTAG, 2004, p. 63).

Esse silenciamento da ausência de informações nas imagens dos sujeitos negros é algo com que tivemos que lidar durante boa parte deste trabalho, momentos em que ficamos, assim, somente com a imagem isolada no tempo e no espaço para tentarmos analisá-la. Na ânsia de conseguir mais informações sobre a figura de “Frederico, o Pretinho da vila”, localizamos sua imagem também em uma matéria da Revista *Uberlândia Ilustrada*. Ou seja, a imagem de “Frederico” foi visualizada em mais de um local do acervo no ArPU. A primeira vez, na Coleção de fotografias do professor Jerônimo Arantes, todavia sem data. Após mais algumas semanas de pesquisa, a imagem de “Frederico” foi identificada também na Revista *Uberlândia Ilustrada*, da edição de janeiro de 1952, na seção “Tipos Populares” acompanhada do poema a seguir:

Frederico (O Pretinho da vila)

Vejo sempre esse pretinho,
a engatinhar devagarinho
pelas ruas da cidade.
Falando a toda gente
Numa expressão sorridente
implorando a caridade.

Ninguém nega um carinho
a esse pobre pretinho,
sempre sujo e mal trajado.
Vai ele a vida passando,
arrastando, sempre arrastando
o corpo as mãos apoiado.

Seus pais são pobres também,
nenhum recurso eles têm
para o filho amparar.
Por esse motivo triste
ele no trabalho persiste,
pelas ruas a esmolar.

Esse Pretinho – o Frederico –
ganha do pobre e do rico,
o que à vida necessita.
Não podendo caminhar,
vive ele a rastejar,
cumprindo a sorte maldita (FREDERICO, 1952, p. 16).

Não foi possível identificar o autor desse poema, no entanto, por meio dos versos, pudemos conhecer um pouco mais sobre esse garoto negro, morador da cidade. Nota-se, no entanto, certa divergência entre a fotografia de Frederico e os versos do poeta, pois o autor diz

que Frederico “Falando a toda gente, em uma expressão *sorridente* implorando a caridade.”, enquanto na fotografia, ao contrário de um garoto sorridente, vemos uma criança com semblante triste, ou talvez, até mesmo preocupado. Foi após ter acesso ao poema³¹ da Revista *Uberlândia Ilustrada* de 1952, que ficamos sabendo sobre o estado de saúde de Frederico, que por ser filho de pais pobres, apesar da deficiência física, devia trabalhar (pedindo esmolas) para poder ajudar no sustento da família. Ao final do poema, o autor fala do conformismo de Frederico “[...] não podendo caminhar, vive ele a rastejar, *cumprindo a sorte maldita*”.

A Figura 12, apesar de conter apenas a informação do nome da criança, ainda assim, torna-se algo raro, pois na maioria das fotografias analisadas em que aparece a figura do negro, não consta nenhuma informação. Diferentemente das imagens de “importantes” personalidades da cidade como políticos, empresários, fazendeiros e seus descendentes, o colecionador fazia anotações de diversas informações, como, por exemplo, nome, sobrenome, idade, nome dos pais, nome da fazenda onde nasceu etc.

Ver a imagem de uma criança com semblante sério, ou talvez triste, trajando roupas esfarrapadas, sujo, de pés descalços, sentado à beira da calçada, nos fez pensar, inicialmente, que não se tratava de uma criança que frequentasse uma escola. Pelo contrário, parecia passar grande parte do seu dia na rua, brincando ou até mesmo trabalhando. Foi somente após termos conhecimento do poema, *Frederico, o Pretinho da Vila*, que ficamos sabendo que ele passava o dia pedindo esmolas em busca do sustento.

Os jornais da época, sem ter conhecimento dos reais motivos que levavam algumas crianças e jovens a ficarem pelas ruas da cidade, sem o hábito de frequentar a escola, os consideravam um problema constante para a sociedade local.

O artigo a seguir revela o modo pelo qual essas crianças que ficavam “vadiando” pela Uberabinha, a grande maioria sem ter o acolhimento da família ou do Estado, eram vistas por grande parte da população:

Não há jornal, de capital ou interior, que não registra sempre o clamor público contra os meninos vadios. A ociosidade, conduzindo ao caminho do abusismo esses jovens desocupados, fornece bom contingente numérico as estatísticas criminaes . Por toda a parte são os meninos malcriados; garotos quebradores de vidraças, espantalhos dos meninos bons, ladrõezinhos até do pão que fica na janela pela manhã. O palavão que faz corar o dito imoral por excellencia, vivem na boca desses meninos com mais expressão que ébrio adultério desordeiro. [...] Nas reuniões públicas, nas vilas, nas vias e

³¹ Com relação ao poema sobre Frederico, na seção “Tipos Populares” da revista *Uberlândia Ilustrada*, não foi possível sabermos se se trata ou não da história verídica de Frederico.

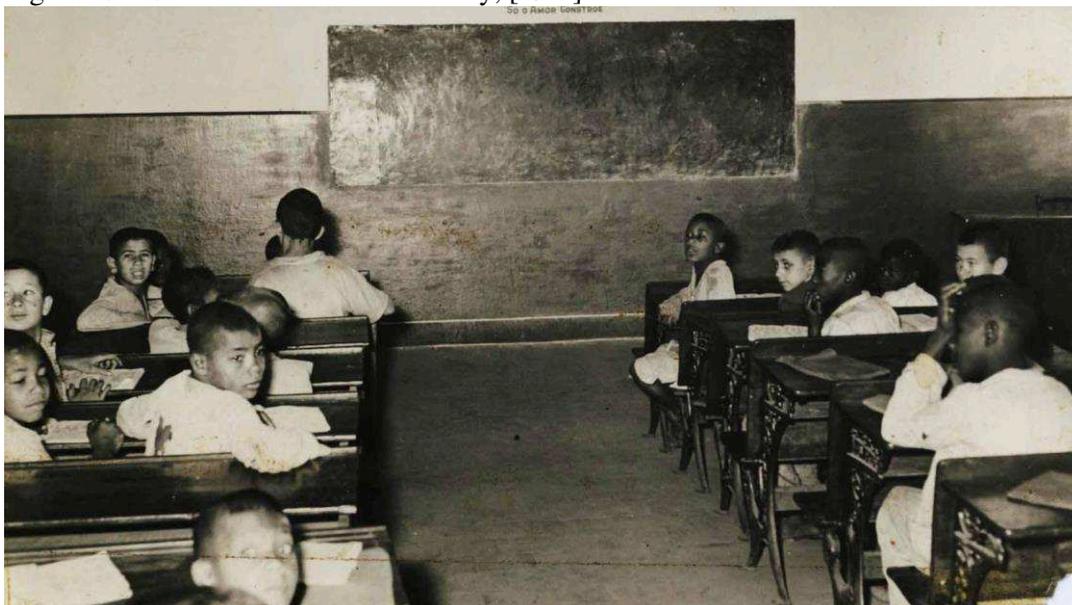
praças dos arraiais e cidades, nos galinheiros dos theatros [sic], nos circos de cavalinhos, nas gares das estações, nos templos religiosos, em toda a parte, esse jovem canalha aparece invariavelmente plantando a desordem e anarquia [sic]. (NÃO HÁ JORNAL, 1915, p.01).

Outra reportagem, agora de 1935 reforça o mesmo pensamento a respeito de crianças classificadas como “vadias”.

Trata-se da vadiagem desenfreada de uma grande parte de menores desta cidade, na maioria pequenos desclassificados, sem pais nem tutores, aos joguetes de uma permissão criminosa que os conduz pouco a pouco à nulidade moral e física, e que os botará amanhã, fatalmente, á margem da vida como indesejáveis elementos nocivos á sociedade (TRATA-SE DA VADIAGEM, 1935, p. 1).

Segundo Silva (2010), a sociedade uberlandense (principalmente as autoridades locais) há muito tempo esperava por colocar em prática o discurso moderno da filantropia. Buscavam soluções que beneficiassem a população, ou melhor, que, de certa forma, segregassem parte da população que incomodava e desfigurava a cidade. Com isso, apresentaram a proposta de construção de um local que representasse o lar para os menores que ficavam “vadiando” pelas ruas. Esses locais tinham em seu discurso proporcionar, além do “acolhimento”, uma “boa educação” para esses menores, ou seja, a casa serviria “[...] de recolhimento dessas crianças, afastando-as dos meios prejudiciais e encaminhando-as a educação sadia de estabelecimento regenerador” (PATRONATO DE MENORES, 1943, p. 01).

Figura 13 – Sala de aula Patronato Burity, [194-].



Fonte: Arquivo João Quituba. (CDHIS-UFU).

Com isso, oficialmente, foi inaugurado, no dia 4 de maio de 1948 pelo então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, o Patronato Buriti de Uberlândia. As Figuras 13 e 14 correspondem, respectivamente, aos Patronatos Buriti e Rio das Pedras. Nelas, nota-se a presença expressiva de meninos negros classificados pela sociedade uberlandense como órfãos e/ou delinquentes.

Figura 14 – Natal Patronato Rio das Pedras, [195-].



Fonte: Arquivo João Quituba. (CDHIS-UFU).

O Patronato Rio das Pedras (Figura 12) foi instalado no município de Uberlândia-MG em 1953. De acordo com as autoras Ribeiro e Silveira (2015), os patronatos foram criados em várias regiões do Brasil e estiveram ligados ao cuidado com a criança (gênero masculino), quando era considerado órfão, abandonado ou delinquente.

Percebe-se que o objetivo de criação dos patronatos possuía, além do assistencialismo, o objetivo de solucionar a sensação de incômodo da sociedade burguesa frente aos menores que perambulavam pela cidade. Ou seja, a cidade que se pretendia modernizar deveria ser limpa, organizada e sua população ser detentora de bons costumes.

No trabalho de Tadeu dos Santos, *À luz do moleque Bastião-Grande Otelo: "Arranhando" Uberabinha, 1915/1930* de 2005, ele traz a figura de Grande Otelo, menino negro, pobre, que viveu em Uberabinha no início do século XX, perambulando pelas ruas da cidade. Foi adotado várias vezes; entrava e saía de abrigo para menores. Por meio da história

de vida de Grande Otelo, pode-se ter ideia de como era o cotidiano de muitas meninas e meninos negros vindos de famílias carentes.

Grande Otelo: artista uberlandense. Sebastião Bernardes de Souza Prata – “Grande Otelo” – nasceu no município de Uberlândia, no dia 18 de outubro de 1915, onde residiam seus pais, Francisco de tal-vulgo Chico das Pratas e D. Maria Abadia. Seu pai tomou o sobrenome de Prata, por se domiciliar na fazenda de José Prata e o Sebastião passou a ser tratado em família, como Pratinha ou fiinho e pelos amigos Tiziu, pássaro prêto. Órfão de pai aos dois anos, juntamente com seu irmão Francisco Pinto passou a ser criado e educado por Antônio Pinto e sua esposa, D. Marieta, residentes na rua Silviano Brandão. [...] Criança, com vontade de dar o seu passeio, fugiu de casa e foi parar no Abrigo de Menores de onde tornou a fugir, comendo aqui e ali, onde lhe davam comida. [...] Ao fazer uma visita aos colegas do “Abrigo de Menores”, de lá não o deixaram sair, quando numa bela tarde ali apareceu a senhora de Antônio Queiroz à procura de uma menina para ajudar na cozinha, porém a pedido de seu filho Zezito a senhora foi obrigada a levar Grande Otelo – com licença do juiz -, para brincar com o garotinho que se havia encantado com o pretinho. [...] Em seguida Sebastiãozinho frequentou o Grupo Escolar do Arouche, a Escola Modelo Caetano de Campos e o Liceu Coração de Jesus, de onde saiu muito sabido, chegando alguém a dizer-lhe: “você quando crescer vai ser um moleque pernóstico”. (TEIXEIRA, 1970, p. 206-207).

Acreditamos que devido, principalmente, às dificuldades financeiras das famílias negras uberlandenses, os pais, ao saírem em busca do sustento, precisavam deixar seus filhos à mercê da própria sorte. Sem ter um adulto ou responsável para cuidar e vigiar, essas crianças poderiam sair para as ruas e passavam o dia à porta dos comércios mais movimentados, pelas praças, jardins e parques, em busca de diversão. A história da infância de Grande Otelo reflete bem a realidade dessas crianças pobres e negras da cidade. Por conseguinte, a ida para a escola poderia não ser tão atrativa como a liberdade das ruas de Uberabinha/Uberlândia.

3.1 Crianças negras trabalhadoras

As Figuras 15, 16 e 17 trazem imagens de crianças negras pela cidade de Uberabinha/Uberlândia, em diferentes décadas, executando algum tipo de trabalho. Apesar de sabermos que a pobreza e a miséria também afetavam as famílias não negras no início do século XX, nos acervos fotográficos consultados (CJA, CJQ, CON no ArPU e CDHIS) não encontramos imagens de crianças brancas trabalhando. Isso não significa que crianças brancas

pobres não trabalhassem. O que se pode afirmar é que, por algum motivo, elas não foram fotografadas, ou então, se fotografadas, não foram arquivadas pelos colecionadores.

Figura 15 – Lenhadores, [193?].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Possivelmente, devido aos mais de três séculos de escravidão, grande parte da população negra tinha dificuldade em sair da situação de pobreza. Com isso, desde muito cedo, as crianças partiam em busca de alguma atividade que lhes proporcionasse renda, com o intuito de ajudar no sustento familiar. Muitas não conseguiam frequentar a escola pelo fato de estarem cansadas devido às obrigações e afazeres diários, outras por não possuírem o hábito ou o exemplo dentro da família de alguém que frequentasse a escola.

Sem dúvida alguma a grande maioria dos negros e mulatos no Brasil é exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam os outros grupos subordinados. Mas, além disso, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial. (HASENBALG, 1979, p. 20).

Para o autor, tais desigualdades são devidas, principalmente, às oportunidades desiguais de ascensão após a abolição, ou seja, “[...] a mobilidade social ascendente, experimentada pelos brasileiros de cor depois da abolição foi tão restrita que desigualdades raciais acentuada têm sido perpetuadas até o presente.” (HASENBALG, 1979, p. 21).

Figura 16 – Crianças puxando carrinho de animal, [192?].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Cogitamos, ainda, que um dos motivos da falta de consciência em colocar e manter os filhos na escola poderia estar relacionado ao baixo capital cultural das famílias dessas crianças negras e pobres, em que a falta de escolaridade dos pais e responsáveis refletia-se na ausência de dedicação e de preocupação em querer que esses jovens permanecessem na escola e tivessem a oportunidade de serem escolarizados.

Florestan Fernandes (1978) apresenta posturas das famílias negras a respeito da educação. O autor trata do momento próximo à abolição, em que, segundo ele, a população negra se encontrava em um estado de “desorganização sociopática”. Ou seja, nesse primeiro momento, não havia espaço nem compreensão para dar o devido valor à educação.

Os pais ignoravam a existência e a utilidade das escolas. Ou a criança abandonada, que se via impelida para o trabalho prematuro e a precocidade no vício. Ao acaso alguém aconselhava o amigo a colocar o ilho na escola ou incitava a própria criança a requeitá-la. Coisa de prática difícilíssima. Ir à escola exigia uma vida organizada e disponibilidade de recursos. [...] Essa situação operou, visivelmente, como fator de inércia, mantendo no “meio negro”, indefinitivamente, o desinteresse pela alfabetização, imperante no meio rústico brasileiro (FERNANDES, 1978, p. 219-220).

Figura 17 – Casa Comercial Tônico Rezende, Praça Dr. Duarte – 1910.



Fonte: Coleção João Quituba. (CDHIS-UFU).

Assim, o cotidiano familiar da maioria dessas crianças negras e pobres estaria cercado de pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar uma escola e com isso não conseguiam, muitas vezes, perceber a importância de introduzirem os próprios filhos em uma educação formal. Segundo Dubet (2008), instigar uma criança ao estudo está ligado ao sistema de recompensas, por meio dos exemplos e encorajamento, seja por parte dos pais ou mesmo pelos professores.

3.2 Imagens e Personagens negros no cotidiano da cidade

Figura 18 – Descendente de escravos, Fazenda Tenda, de Felisberto Carrejo, [192?].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

A Figura 18 mostra uma mulher negra, trabalhando no tear, em um local precário. Na legenda que acompanha a fotografia, que está arquivada no ArPU, não aparece seu nome, mas aparece o local (Fazenda Tenda) e o nome do proprietário, Felisberto Carrejo, que nem mesmo aparece na fotografia. A informação que, para o colecionador, parece ser relevante de preservar é a ligação da jovem negra com o antigo sistema escravocrata ao descrevê-la como *descendente de escravos*. Essa atitude que insiste em associar a população negra ao seu passado de sujeitos escravizados é algo que se vê, diariamente, nos discursos racistas, nos livros didáticos e em grande parte da mídia.

Figura 19 - Grupo de pessoas. [19??].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Ao ver essa imagem do *Grupo de pessoas*, lembramo-nos da introdução do livro *A Introdução do Negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (1978), no qual ele declara que:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus descendentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1978, p. 15).

Assim, analisando a Figura 19 visualizam-se as condições em que vivia boa parte das famílias recém-libertas da condição de escravizado. Tanto as vestimentas quanto o cenário paupérrimo da habitação não nos permitiram identificar qual o ano aproximado em que a

fotografia foi feita. A cena da família negra pobre poderia perfeitamente se encaixar desde a década de 1910 até, talvez, as décadas de 1950 ou 1960.

A desolação estampada no rosto do *Grupo de pessoas*, uma família que nem mesmo o nome parece ser merecedor (segundo o fotógrafo ou colecionador) de ser mencionado na descrição da legenda, traz escancarada a miséria e o abandono como sendo os companheiros diários não somente desse homem, dessa mulher e dessas crianças negras, mas, como nos diz Fernandes (1978), de toda uma população de negros brasileiros que foi deixada sem preparo, sem meios morais e materiais para seguir no novo regime republicano.

As fotos são, é claro, artefatos. Mas seu apelo reside em também parecerem, num mundo atulhado de relíquias fotográficas, ter o status de objetos encontrados — lascas fortuitas do mundo. Assim, tiram partido simultaneamente do prestígio da arte e da magia do real. São nuvens de fantasia e pílulas de informação. (SONTAG, 2004, p. 43).

Figura 20 – Carnaval de rua, 1952.



Fonte: Coleção Oswaldo Naghettini, ArPU.

A Figura 20, da Coleção Oswaldo Naghettini, traz a cena do *Carnaval de rua*. Nesse período, início da década 1950, o espaço permitido à população negra participar das comemorações do Carnaval era a rua. Nessa fotografia, nota-se a presença maciça de negros e

de alguns poucos brancos. Diferentemente da Figura 20, a Figura 21 *Carnaval no Salão de festas Praia Clube*, não identificamos nenhuma pessoa da raça negra dentro do clube privado.

No entanto, ao procurarmos pela presença de homens ou mulheres negras na fotografia 21 encontramos três mulheres “fantasiadas” de *Blackface*³². Ao pintar o rosto de tinta preta, exagerar no tamanho da boca, do nariz, colocar enchimentos pelo corpo, usar perucas que tentam imitar cabelo crespo e sair para festejar carnaval demonstra a falta de respeito para com o fenótipo da população negra. Essas atitudes trazem humilhação e constrangimento à comunidade negra, pois se veem representadas por meio de imagens caricatas e estereotipadas, por isso:

Imagens fotográficas são peças comprobatórias numa biografia ou numa história em andamento. [...] Sempre o Documento Humano mantém o presente e o futuro em contato com o passado. Porém aquilo que a fotografia fornece não é apenas um registro do passado, mas um modo novo de lidar com o presente (SONTAG, 2004, p. 92).

Figura 21 – Carnaval no Salão de festas Praia Clube, [195?].



Fonte: Coleção Oswaldo Naghettini. ArPU.

³² Black Face foi uma prática iniciada entre os atores brancos norte-americanos durante o final do século XIX e meados do século XX. Esses homens utilizavam tinta preta para maquiar o rosto e ridicularizavam as características faciais e comportamentais dos negros americanos que eram proibidos de atuar. O Black Face, como gênero teatral, teve fim com o movimento por direitos civis dos negros nos Estados Unidos após a década de 1960. No entanto, no Brasil, essa atitude que constrange a população negra pode ser vista até os dias atuais, nos programas humorísticos e principalmente na época do carnaval, quando os foliões se “fantasiam” de homens e de mulheres negras.

Assim, entendemos que o racismo é frequentemente encontrado na sociedade, disfarçado por representações humorísticas como nas charges, ou por comediantes nos programas de televisão, nas telas do cinema e também por meio de piadas e apelidos criados por amigos de escola e colegas de trabalho cujo objetivo é depreciar, humilhar e menosprezar a figura do negro.

[...] O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo são alguns aspectos dessa ideologia. O racismo brasileiro, na sua estratégia, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos (MUNANGA, 1996, p. 215).

A matéria a seguir faz parte da seção humorística do Jornal *O Relâmpago*. Nela, o autor censurava certo pedido de namoro feito por uma moça negra a um moço branco.

Por isso aqui só são empregadas as brancas, negras não.

Sabe o leitor que mais; a fuma uma hora desta,
 estará mais tiritica comigo,
 porque dei-lhe uma resposta ‘cubuta’!
 Sabe o leitor como? Ei-la:
 Estas negras d’agora,
 Não são bem negras não,
 Ellas usam pós de arroz,
 Parecem cinza com carvão.
 Mettem-se a namorar,
 E deixam as brancas no fogão.
 Negra: por favor te peço.
 Não sejes teimosa não.
 Deixe-me por Deus, deixe-me,
 Vá labutar c’os ‘tição’.
 Em resposta a tua carta,

Toma N, ã, O, não. (POR ISSO AQUI, 1920).

Essa seção do jornal *O Relâmpago*, dizia ser “[...] dedicada aos rapazes e às gentis senhora de nossa fina elite Uberabinhense”, continha o caráter racista atrelado ao repertório de fofocas sobre moradores da cidade.

Portanto, usar o racismo em atitudes de escárnio é uma atitude que vai, além de reproduzir, naturalizar e perpetuá-lo, também contribuir para silenciá-lo e incapacitá-lo, pois o praticante desse tipo de racismo muitas vezes alega que tudo não passou de “brincadeira”. Usa esse argumento a seu favor, com o intuito de se proteger de possíveis acusações de discriminação.

Os autores Elias e Scotson (2000), na obra *Os estabelecidos e os Outsiders*, pesquisaram uma pequena comunidade observando a maneira como determinado grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para segregar, marginalizar e estigmatizar membros do outro grupo. Aqui utilizamos o estudo desses autores fazendo um paralelo entre as pessoas brancas (estabelecidos) e negras (outsiders).

O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsiders as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção em direções opostas faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”. [...] A estigmatização, portanto, pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. Embora sejam necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar, esta última, por si só, é uma arma nada insignificante nas tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder. (ELIAS; SCOTSON, 2000, pp.23-24).

A humilhação sofrida em momentos de deboche é algo que fica marcado para sempre na vida de crianças, jovens e adultos negros. “[...] em todos esses casos, os indivíduos ‘superiores’ podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos carentes de virtudes, julgando-se humanamente inferiores”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19). Na subseção a seguir abordaremos um pouco sobre o cerne do racismo surgido principalmente a partir das ideias de superioridade europeia, sobre o pensamento eugenista e branqueamento da população brasileira em busca de regenerar a Nação.

3.3 Eugenia e Branqueamento: em busca da “regeneração” da Nação

A frase a seguir, de Arthur Neiva³³, é deplorável, no entanto, reflete a realidade cotidiana em relação ao pensamento social brasileiro daquele tempo: “Se não queremos maior influxo de sangue negro ou amarelo, tal atitude não é proveniente do preconceito racial, mas porque desejamos formar no futuro uma civilização brasileira branca” (NEIVA, 1944, *apud* LENHARO, 1986. p. 120). Isto é, o racismo quase nunca é assumido, aparece em diversos

³³ Artur Neiva nasceu em Salvador em 1880, médico, cientista e escritor, passou a trabalhar com Oswaldo Cruz (sanitarista) no Rio de Janeiro a partir de 1906. Defendia a imigração europeia como fator positivo do desenvolvimento do País mediante o “branqueamento” da população.

momentos da história, sendo praticado de diferentes formas, em múltiplos espaços e camadas sociais, o que muda são os subterfúgios utilizados pelos racistas nas variadas ocasiões.

Vale ressaltar que nossa tarefa é procurar por outras formas de reflexão sobre as subjetividades marcadas pela depreciação da cor, da língua, da religião, ou da capacidade intelectual e científica do sujeito negro com a finalidade de desconstruir esse racismo tão arraigado em nossa sociedade.

Em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de 1952, o psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon trouxe com maestria as marcas deixadas pelo dominante discurso colonial. Ele nos convoca a buscar um processo de descolonização que vai além dos rompimentos de laços de dependência político-administrativos. Nesse livro, Fanon, que era negro, fez uma crítica mordaz à negação do racismo contra o negro que está presente em grande parte do mundo moderno.

Para o autor, a verdadeira (des)alienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Ou seja, só há complexo de inferioridade após esse duplo processo, inicialmente com o econômico e, em seguida, pela interiorização dessa inferioridade. (FANON, 2008, p. 28). A seguir, ele expressa como se sente ao ter essa consciência da própria negritude.

A vergonha, a vergonha é o desprezo de si. A náusea. Quando me amam dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam acrescentam que não é pela minha cor ... aqui ou ali sou prisioneiro do círculo infernal. [...] A evidência estava lá, implacável. Minha negritude era densa e indiscutível. Ela me atormentava, me perseguia, me perturbava, me exasperava (FANON, 2008, p. 109).

Foi justamente das profundezas do inconsciente da população europeia que se elaborou um emblema excessivamente negro, onde estavam adormecidos os impulsos mais imorais. “Como todo homem se eleva em direção à brancura e à luz, o europeu quis rejeitar este não-civilizado que tentava se defender” (FANON, 2008, p. 161).

Assim que a civilização europeia entrou em contato com a população negra, os declararam como “povos selvagens” e que continham o “princípio do mal”. Ou seja, na visão do europeu, o negro tem uma função de representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. “No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome”. (FANON, 2008, p. 161). Toda essa leva de adjetivos negativos que foram, durante anos, relacionados à população afro-brasileira, contribui para a perpetuação do racismo,

dificultam sua eliminação de uma vez por todas, não somente do ambiente escolar como também dos demais setores da sociedade.

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério por meio do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e essas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor. (Sir Alan Burns, *apud* FANON, 2008, p.110).

Ao final do texto, o autor em seu desabafo, parece querer apenas um direito: exigir do outro um comportamento humano. E um único dever: de jamais renegar sua liberdade. “Eu, homem de cor, só quero uma coisa: que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem, que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre” (FANON, 2008, p. 191).

Com o início das primeiras décadas da República, surgiram, na área médica e nas instituições de saúde pública brasileira, inquietações com relação às condições de saúde e de higiene, não somente no interior do país como nos centros urbanos. Temos também, nesse período, a preocupação com o destino da raça brasileira. “As idealizações médicas formuladas no projeto sanitário a ser implementado tinham como meta reverter as nefastas perspectivas que avaliavam o brasileiro como inferior e, por isso, incapacitado para atingir alguma civilidade” (MOTA, 2003, p. 19).

A bibliografia que trata sobre a imagem do sujeito negro no final do Século XIX e início do XX, em sua maioria, menciona as influências que esses estudos desenvolvidos com as pesquisas nas áreas da Antropologia e da Biologia, tiveram para instituir as teorias raciais. Nessas teorias, encontramos como verdade absoluta a superioridade da raça branca e, por conseguinte, a inferioridade de todos aqueles que não fazem parte dela. Deste modo, ao entrarmos em contato com textos de autores brasileiros, como Monteiro Lobato e outros, que refletiram e escreveram sobre o período anterior e posterior à abolição no Brasil, nota-se o quanto nossos pensadores sofreram influências dos intelectuais europeus, principalmente quando se tratava dos conceitos que esses europeus elaboraram a respeito da figura do negro.

A influência externa, oriunda de uma Antropologia eurocêntrica pré-ariana, motivava os homens influentes da Primeira República a acreditarem que pertenciam a uma raça superior, cujo modelo de civilidade, de cultura e de intelectualidade deveria servir como um

modelo a se seguir e a ser almejado, contribuiu para que se formasse uma imagem do negro como sendo algo impuro, exótico, diferente. Essa “diferença” que os negros possuíam em comparação aos brancos europeus, foi tratada como inferioridade e produziu, assim, práticas e políticas de inferiorização contra o africano e o afrodescendente que são reproduzidas até nos dias atuais.

Sendo assim, essas ideologias inventaram o “Ser Negro” fazendo com que se considerasse impossível pensá-lo fora das teias de ideias tecidas ao redor de sua natural inferioridade ou de seu exotismo. Por isso essa invenção totalmente datada, apresenta-se como ontologia de um ser que sempre, sem começo nem fim, foi inferior, foi sombra e negatividade (SANTOS, 2004, p. 17).

Na tentativa de compor uma “raça superior” no Brasil, o apoio e a participação de determinados estrangeiros, juntamente com suas “potencialidades genéticas”, teve lugar de destaque para a execução desse “plano regenerador”. Na opinião dos defensores da eugenia, os europeus “[...] seriam a principal salvação do povo brasileiro pelo ‘sangue superior’ de que eram dotados e pelas suas posturas ditas civilizadas e progressistas” (MOTA, 2003, p.18).

A palavra *eugenia* provém do grego, formada pelos radicais *eu*, bom e *genia*, descendência. Significa “bem nascido”. Ela defendia que raças superiores e de melhores linhagens conseguem sobressair-se melhor ao ambiente. Essa teoria, tal como foi idealizada, era a aplicação de “boas práticas de melhoramento” ao aperfeiçoamento da espécie humana.

Esse termo foi difundido por Francis Galton, médico, filósofo e naturalista, que acreditava que o conceito de seleção natural das espécies de Charles Darwin (1809 – 1882) na obra *A Origem das Espécies*, de 1859, poderia também ser adaptado e usado com seres humanos. Galton foi o primeiro a sugerir o valor da reprodução humana com controle, utilizando, em 1883, pela primeira vez a palavra *eugenia*, considerando-a produtora do aperfeiçoamento da espécie.

Sua pesquisa buscava evidências de que a capacidade intelectual era hereditária, com isso, tentava justificar a exclusão dos negros, dos imigrantes asiáticos e dos deficientes da sociedade moderna e civilizada. Neste estudo em específico, buscamos entender a ligação do racismo contra a população negra que se constituiu no final do século XIX, quando a ideia de raça, por meio de uma definição biológica, seria avaliada por critério social e político de distinção. Esse discurso etnocêntrico seria o maior incitador do pensamento eugênico.

Respeitável figura da Eugenia ligada ao campo da Criminologia, o professor universitário Cesare Lombroso, nascido em 1835, em Verona, teve significativa importância

para se compreender a violência praticada contra a população negra. O Professor Lombroso, guiado pelos estudos evolutivos e genéticos, acreditava que os criminosos tinham características físicas comuns.

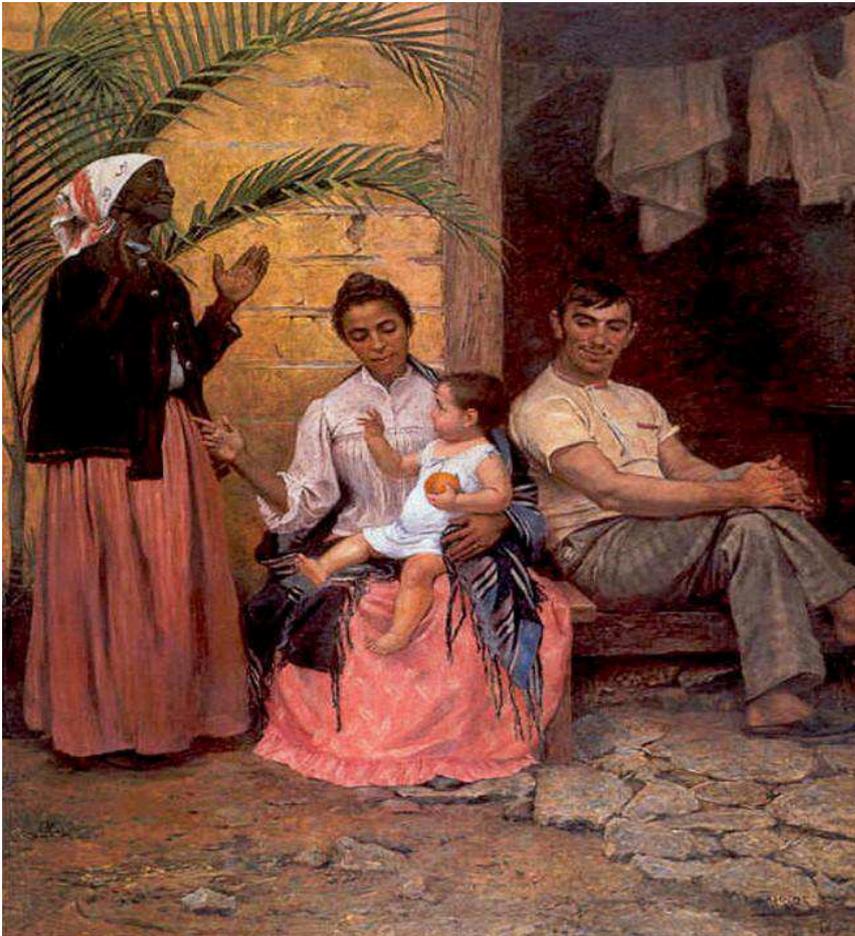
A referência à cor diferente da pele e a outras características inatas ou biológicas dos grupos que são ou foram tratados como inferiores por grupos estabelecidos tem a mesma função objetificadora, [...] o sinal físico serve de símbolo tangível da pretensa anomia de outro grupo, de seu valor humano inferior, de sua maldade intrínseca. Assim como a fantasia do estigma azul, a referência a esses sinais “objetivos” tem uma função de defesa da distribuição vigente de oportunidades de pobres, bem como uma função exculpatória. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 36).

Aqui no Brasil, seu mais fiel seguidor foi o médico baiano Nina Rodrigues. Por meio da antropologia física, das características físicas, lábios grossos, cabelo crespo, formato do crânio, nariz largo, tom de pele mais escura, Nina Rodrigues criou uma linha do pensamento da Criminologia baseada nos tipos/fenótipos dos acusados. Com ela eram indicados, após a análise, aqueles sujeitos que possuíam propensão à violência e a cometer crimes. A leitura desses autores; Lombroso, Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, são excelentes oportunidades para que, ao adentrarmos na História da “limpeza da raça”, possamos refletir sobre as condições do mundo na atualidade, em que persistem e avançam as ideias discriminatórias e segregacionistas, como justificativas para as desigualdades sociais.

O projeto eugenista iniciou-se então no Brasil, no ano de 1914, por meio do professor Miguel Couto, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Grande parte dos problemas de saúde do Rio de Janeiro, no período pós-abolição da escravatura, e no início da República, eram de alguma forma, relacionados à comunidade negra. As teorias defendidas e desenvolvidas por Miguel Couto serviram de justificativa para o médico sanitariano Renato Kehl, considerado o pai da eugenia no Brasil, defender uma “higiene social”. O médico acreditava que a melhoria da raça brasileira só seria possível com o predomínio da raça branca.

Ou seja, a Eugenia seria a concretização “redentora” de um projeto contemporâneo e moderno. “Ora, na adaptação médica, negros e indígenas não eram somente inferiores, mas também sua miscigenação com o branco contribuía à degeneração da ‘raça neolatina’”, (MÜLLER, 2008, p. 27).

Figura 22 – Tela “A Redenção de Cam” de Modesto Brocos, 1895.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

A tela *A redenção de Cam* (1895), de autoria do pintor espanhol Modesto Brocos, retrata bem a ideia de que o branqueamento da população seria algo benéfico para Nação. Nela estão retratadas três gerações de uma família e suas distintas gradações de cor da pele, em um movimento clareador, que vai desde a avó negra, passa pela filha parda e pelo neto branco. Representa, ainda, o modo pelo qual os governantes idealizavam a miscigenação da população brasileira (em sua maioria parda e negra) com o branco europeu como sendo a solução para a “regeneração” da Nação.

O título dessa obra faz referência à passagem bíblica do livro de Gênesis, em que Noé profere uma maldição sobre seu filho Cam e a toda a sua descendência, por ele ter zombado de sua nudez e embriaguez. Como punição, Noé o amaldiçoou dizendo que Cam seria “[...] o último dos escravos de seus irmãos”.

A sina de Cam circulou repetidamente durante os séculos XVI até o XVIII, quando representantes católicos e protestantes se viram confrontados com a generalização e com a banalização do trabalho forçado dentro das colônias, utilizando a população africana. “[...] O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo” (BOSI, 1992, p. 258).

Ou seja, a crença de que os descendentes de Cam seriam os povos de pele escura localizados em determinadas regiões da África, serviu por muito tempo como justificativa de ideólogos e de comerciantes para legitimar e justificar, principalmente durante o período colonial e ao longo do império, o tráfico de africanos não só para o Brasil, como para os demais locais para onde foram mandados na condição de escravizados. O pecado de Cam seria, então, usado como pedra fundadora de uma circunstância imutável e a justa punição divina de todo um povo.

No quadro, a imagem da matriarca negra aparece com semblante comovido, em sinal de adoração, eleva as mãos para o alto em agradecimento pelo nascimento do neto branco, em seu olhar parece refletir a esperança de que o neto será poupado dos dissabores e dos estigmas de quem possui a pele negra, afastando-o assim das memórias de um passado escravocrata. O poeta Olavo Bilac assim descreveu a cena: "Vede a aurora-criança, como sorri e fulgura, no colo da mulata – aurora filha do dilúvio, neta da noite. Descendentes de Cam, que o poeta associa à pele escura, relacionando o fenótipo do negro como alguém que recebeu uma “praga” e inversamente, vemos os adjetivos enaltecendo de quem possui a pele clara, “[...] redimido, libertado da danação”.

Paralelamente aos diversos problemas ligados à área da saúde, do sanitarismo e dos problemas urbanos, cresceram os estudos no campo da Microbiologia que ajudaram a acabar com algumas epidemias. Com isso, facilita-se o investimento e as pesquisas atreladas às “modernas teorias científicas”. Essas teorias anunciavam o “melhoramento humano”.

Prometia ainda, além de proteger a “boa” linhagem da classe dominante, elitista, regenerar a população degenerada, por meio da Educação e da higiene. É justamente nesse cenário cercado pelas expectativas de modernidade e de progresso do Brasil que a eugenia se infiltrou e passou a ter a atenção e a dedicação de estudiosos, intelectuais de diferentes campos, (médicos, professores, intelectuais e políticos), principalmente aqueles que buscavam a “cura” para o atraso do País. “Entre os expoentes da luta médica e sanitária, a certeza era

uma só: A Medicina e o Sanitarismo estavam aptos a resolver as mazelas brasileiras, diagnosticando os males e indicando os caminhos a serem trilhados” (MOTA, 2003, p. 24-25).

Segundo Müller (2008, p. 29), “[...] A ênfase no combate aos vícios, que se verifica nos programa de ensino de moral e cívica [...] tem a influência desse pensamento médico. Esses vícios deveriam ser combatidos desde a infância. A escola, e não a caserna evitaria a degeneração da raça”.

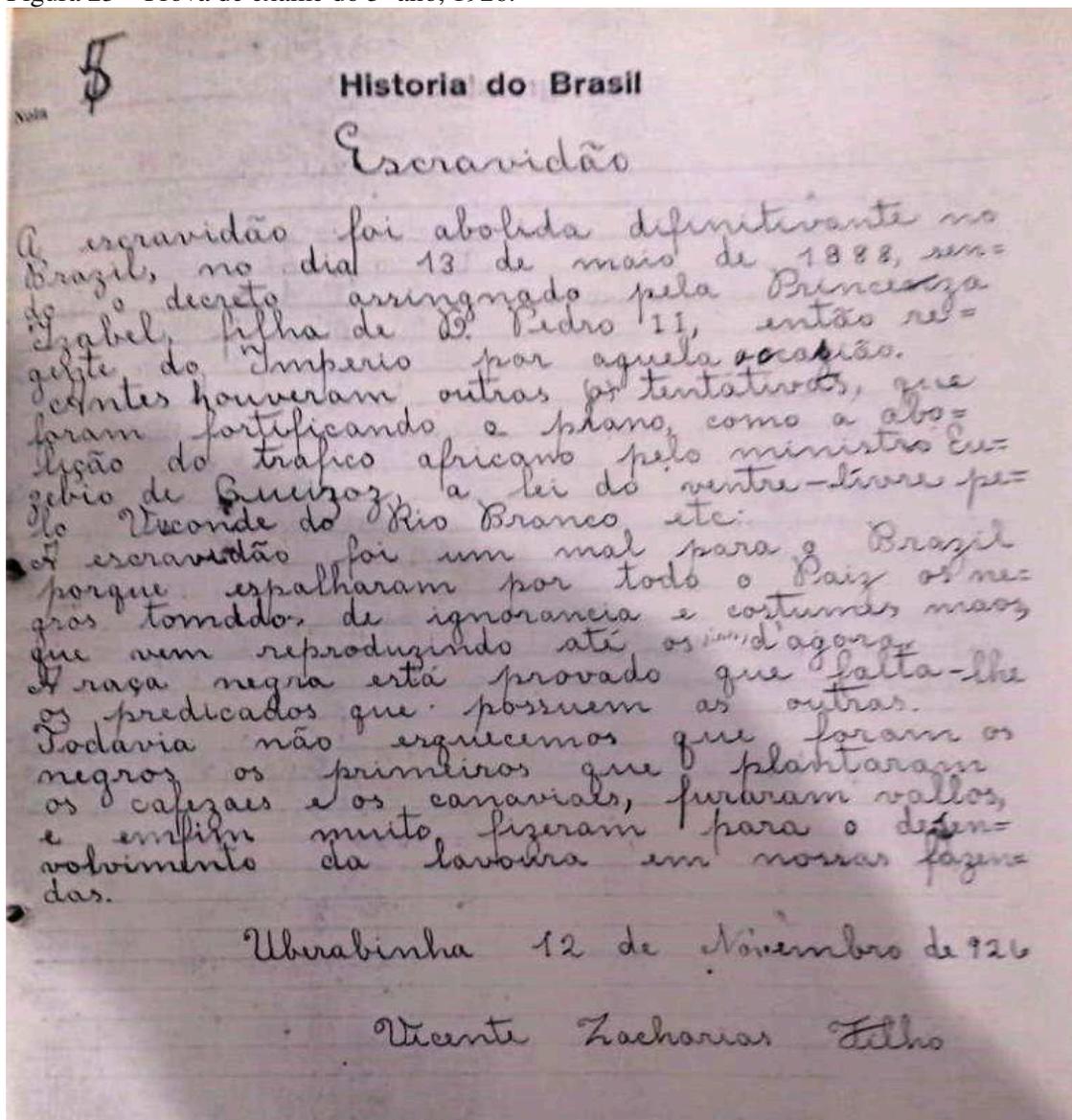
Sendo assim, na próxima seção, trataremos sobre *o Negro e a Educação*, analisando imagens em busca da presença e/ou ausência de professoras(es) e de alunas(os) negros nas instituições escolares de Uberabinha/Uberlândia.

4 O NEGRO E A EDUCAÇÃO DE UBERABINHA/UBERLÂNDIA

Quando se é judeu e se sofre o preconceito, ainda assim se é parte da sociedade de raça branca. Mas quando se é negro e se sofre o racismo, não se pode arrancar do corpo a própria pele [...] (Sartre, 1968).

Iniciamos essa seção trazendo a imagem de uma redação de título “Escravidão”, redigida no ano de 1926 por um aluno cujo sobrenome (Zacharias) pertencia a famílias abastadas e tradicionais de Uberabinha.

Figura 23 – Prova de exame do 3º ano, 1926.



Na redação, o aluno expressa sua versão sobre o que teria sido a escravidão no Brasil, mostra sua concepção dos heróis da abolição e o que representava a presença dos negros (na condição de homens livres) na sociedade em que ele vivia, na década de 1920. Para o aluno Vicente Zacharias Filho, autor da redação, “[...] a escravidão foi um mal para o Brasil porque espalhou por todo o país os negros tomados de ignorância e costumes maos que vem reproduzindo até os dias d’agora”. Seguindo os preceitos das teorias eugenistas, escreve: “A raça negra está provado que falta-lhe os predicativos que possuem as outras raças”.

[...] crescer como membro de um grupo outsider estigmatizado pode resultar em déficits intelectuais e afetivos específicos. Um dos fatores capazes de modificar o impacto da situação nos membros dos grupos outsiders é sua posse de uma tradição cultural própria. Tal tradição, especialmente quando incorpora, como no caso dos judeus, uma vigorosa relação como saber livresco e uma alta valorização das realizações intelectuais, torna a probabilidade de proteger as crianças desses grupos, até certo ponto, do efeito traumático exercido em seu desenvolvimento pela exposição à estigmatização perpétua por parte do grupo estabelecido – à humilhação não apenas delas mesmas, mas também de seus pais e de todo o grupo cuja imagem e valor constituem uma parte vital de sua autoimagem, de sua identidade individual e auto avaliação (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 31).

Pode-se notar o preconceito escancarado do autor na escrita da redação quando ele expõe adjetivos que desqualificavam a população negra: “negros tomados de ignorância”; “costumes maos”; “a raça negra [...] falta-lhe predicados que possuem as outras”. Isso nos faz lembrar de Regina Pahim Pinto quando diz que:

O negro é desvalorizado, tanto do ponto de vista físico, intelectual, cultural como moral; a cor negra e os traços negroides são considerados antiestéticos; a sua cultura e os seus costumes africanos são reputados como primitivos; há uma depreciação da sua inteligência e uma descrença na sua capacidade; coloca-se em dúvida sua probidade moral e ética (PINTO, 1987, p.19).

Seguindo a análise da redação, o autor descreve ainda: “Todavia não esquecemos que foram os negros os primeiros que plantaram os cafezaes e os canaviaes, furaram vallos e enfim muito fizeram para o desenvolvimento da lavoura em nossas fazendas”. Ou seja, grande parte da população brasileira, mesmo após a abolição da escravatura, continuava delegando a contribuição dos negros para o país, quase que exclusivamente pela sua mão de obra braçal.

Negros do passado. Negros que não vivem mais.

[...] Vocês, negros do passado, dentro da humildade em que viveram, muito fizeram ajudando construir o arraial da nossa origem. Foram vocês negros do passado, que abriram o primeiro rego da água derivado da nascente farta para abastecer os primitivos povoadores do Arraial de S. Pedro de onde Uberlândia veio.

[...] e para cercar o cemitério, carregaram as pesadas pedras que muraram o nosso primeiro campo santo, onde nossos avós dormiram o sono eterno. [...]

Foram vocês, negros escravos dos primeiros agricultores que desbravaram a terra virgem, para a plantação das primeiras lavouras, espalhadas hoje por essa imensa região do nosso próspero município (NEGROS DO PASSADO, 1956, p. 18).

Essa matéria cujo autor não foi possível identificar, dedicada à “Gente de cor”, faz parte da revista *Uberlândia Ilustrada* de 1956. A edição, que foi na época patrocinada pela *Sociedade da Gente de cor de Uberlândia*, continua exaltando a contribuição do trabalho braçal dos negros. Nela, o autor fez referências somente aos negros do passado. E sobre os negros do presente (1956), será que houve alguma alteração na atuação da população negra, ou melhor, houve mudança na forma com a qual os demais moradores de Uberlândia viam as contribuições dos negros e negras para a sociedade uberlandense?

Na dissertação de Luiz Carlos do Carmo (2000), já citada neste trabalho, vimos que “a função de preto”, até a década de 1960, continuou sendo pautada basicamente por trabalhos braçais. Isto é, os negros eram os trabalhadores quase que exclusivos na função de calçar as ruas da cidade, nas charqueadas, nas fábricas de banhas, nas funções de chapa e demais trabalhos que a maioria dos brancos se recusava a executar.

O calçamento das ruas, que fazia parte do processo de urbanização da cidade, auxiliava a tentativa de se formar a imagem de *Cidade Jardim*. Ou seja, o processo de embelezamento da urbe estava, entre outros aspectos, vinculado ao calçamento das ruas, que colocava Uberlândia no rol de cidades progressistas, urbanizadas e limpas.

Além do texto escrito, a redação, buscamos pela presença do negro nas fotografias da coleção do professor Jerônimo Arantes e João Quituba que mostravam alunos, professores e escolas. Ao obter acesso a esses documentos, pudemos observar que a presença ou ausência dessa população era mais expressiva conforme algumas situações. Assim, na próxima subseção, selecionamos imagens em busca da figura do docente negro nas fotografias de algumas instituições escolares da cidade.

4.1 Professoras negras e a Construção da Pátria

A Figura 24 a seguir, intitulada “*Alunos e professores do Colégio Nossa Senhora*”, trata-se de um dos colégios particulares da cidade de Uberlândia. Criada em 1935, esta instituição ofereceu durante 36 anos o curso normal às moças de Uberlândia. “[...] As alunas, quase em sua totalidade, faziam parte de uma clientela de poder aquisitivo bastante elevado, com isso o curso era norteador de pompas e muitos eventos, os quais ficaram registrados em revistas, jornais e gravados na memória da sociedade” (DOMINGOS, 2000, p. 38).

Figura 24 – Alunos e professores do Colégio Nossa Senhora, [194-].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes. ArPU.

Ao se observar a fotografia, pode-se notar como era marcante a ausência de alunas e professoras negras nesse colégio. Em um total de quase 90 pessoas que aparecem na imagem, apenas uma freira aparenta ser de origem negra (apontada na fotografia). Segundo Domingos (2000, p. 09), o Colégio Nossa Senhora “[...] tratava-se de um colégio religioso e elitista que preparava as moças da ‘nata’ da sociedade para serem perfeitas esposas e mães, muito mais do que professoras primárias”. Por se tratar de uma instituição voltada para a elite da sociedade uberlandense, a mensalidade não deveria ser algo fácil de ser custeada. Com isso, já se exclui grande parte das alunas negras e pobres desse recinto.

Figura 25. Professores e alunos do Liceu de Uberlândia, 1937.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Na Figura 25, *Professores e alunos do Liceu de Uberlândia* do ano de 1937, não localizamos nenhum sujeito negro, seja como professor, seja como aluno, frequentando esta instituição de ensino. Já na próxima figura, *Professoras das Escolas Municipais*, em um total de 21 professoras e seis professores, somente uma professora aparenta ser da raça negra.

Mesmo que vagamente partilhada, porém inteligível em todas as formas de interlocuções, uma representação negativa da população negra e, insisto, das mulheres negras, consolidou-se nas instituições de ensino. As fotos no que se refere ao branqueamento do magistério são documentos exemplares das mudanças significativas que ocorreram com o passar dos anos e com a instituição gradativa da “modernização” do ensino. Também em relação às vestes e “poses” – nas atitudes das professoras diante do fotógrafo – houve mudança apreciáveis. Foi assim que pude perceber que paulatinamente, ia sendo delineada a figura da construtora da nação (MÜLLER³⁴, 2008, p. 33).

³⁴ Professora Maria Lúcia Rodrigues Müller, em sua obra *A cor da escola: imagens da primeira República*, de 2008, pesquisou sobre fotografias de professoras negras na Primeira República no estado do Rio de Janeiro e no Mato Grosso. Seu trabalho nos auxiliou a compreender melhor sobre as imagens em que apareciam (ou não) as professoras negras no acervo de Jerônimo Arantes.

Figura 26 – Professoras das Escolas Municipais, [194?].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

A autora parte do suposto de que não eram somente as condições de maior ou menor pobreza que colocavam barreiras ao ingresso de profissões de maior valor simbólico, como as de professores. A hierarquização ocupacional, segundo Müller (2008), era, antes de ser reflexo de condições econômicas, obra do mesmo tipo de diferenciação cultural criada com as questões do corpo.

Da mesma forma pela qual a aparência de saúde, de doença, da beleza ou feiura eram criações simbólicas da “superioridade” e de “inferioridade” raciais, eram também as representações com relação a “pouca inteligência dos negros e à sua incapacidade para os estudos acadêmicos”. Tudo isso fez parte de um conjunto de representações sociais, provenientes da difusão das teorias racistas surgidas no final do século XIX até o início do século XX. Ou seja, inicialmente o magistério primário poderia ser confiado a homens ou mulheres. Depois, a preferência recaiu sobre as mulheres que tivessem ou não cursado a Escola Normal. Ao longo desse período, a origem racial e social parecia não ser um impedimento total. O que mais importava eram as condutas “moralmente aceitáveis”.

Ao final do processo, já nos anos 20, os padrões definidos pelas reformas educacionais para a professora da Escola Normal, como da exigência do “mérito”, e de que a professora pudesse apresentar um biótipo “saudável”. Em nenhum momento as regras referem-se às moças negras. No entanto,

depois quase não se encontram moças escuras nas fotos de normalistas do Instituto de Educação. De resto, essa tem sido uma Característica das relações raciais no Brasil. A discriminação racial não foi institucionalizada. Manteve-se no âmbito das relações, justificando hierarquias sociais e raciais (MÜLLER, 2008, p. 45).

Assim, segundo a análise da autora, foi a partir da década de 1920 que tivemos, mais expressivamente, a ausência de professoras negras atuando nas instituições de ensino do país. A ênfase dispensada à aparência física das professoras do magistério vinha, então, institucionalizar os anseios das elites em relação ao branqueamento da população brasileira. “Não é obra do acaso, nem por falta de condições intelectuais, que quase não se veem alunas não-brancas nas antigas fotos do Instituto de Educação. Não aparecia mais a figura da ‘degeneração da raça’ ou a ‘inferioridade de negros e mulatos’” (MÜLLER, 2008, p. 86).

Com o início dos anos 1930, em termos simbólicos, já considerada como “construtora da nação”, elas seriam preparadas e representadas como “heroínas”, “missionárias” e líderes sociais, ou seja, as professoras primárias haviam alcançado um perfil moderno e europeizado.

4.2 A presença/ausência do aluno negro nas escolas uberlandenses

Os documentos selecionados para esta subseção também fazem parte do acervo fotográfico de Jerônimo Arantes. Aqui procuramos por vestígios da presença/ausência do aluno negro pelas escolas da cidade. Assim, seguiremos os rastros nas fotografias.

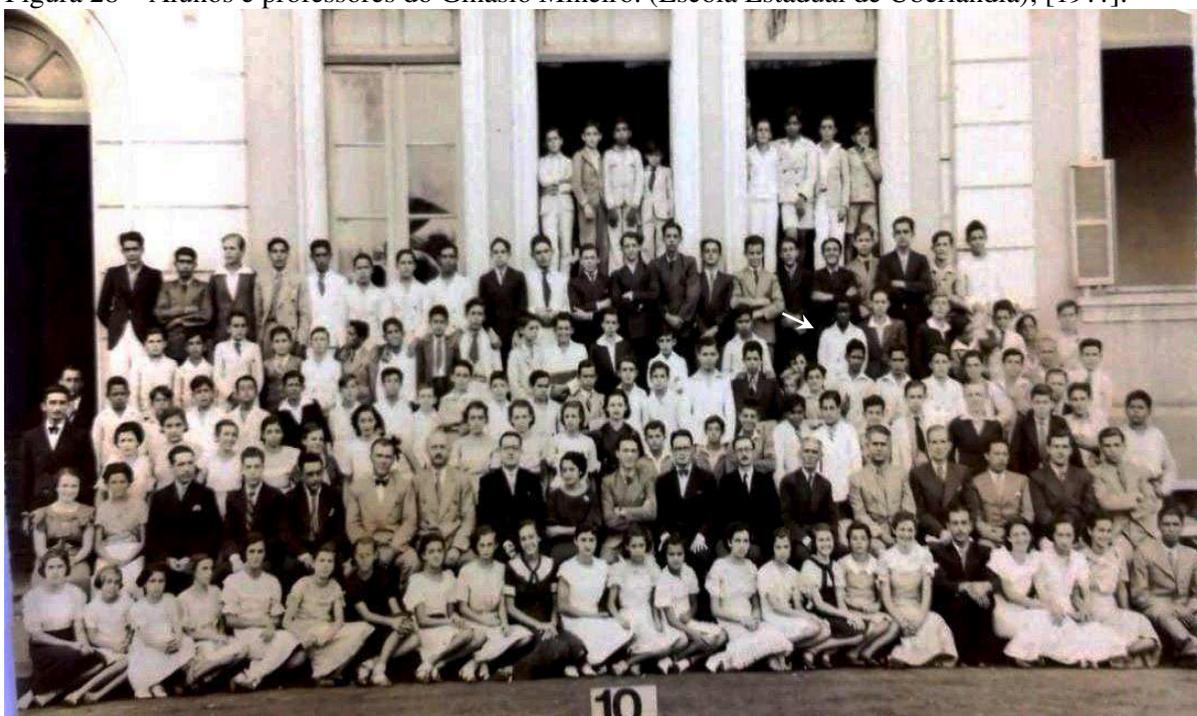
Figura 27 – Alunos e diretora Alice Paes. Colégio N^a. S^a. da Conceição, 1922.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Na fotografia acima, *Colégio N.ª. S.ª. da Conceição, 1922*, temos a imagem de uma escola particular, situada na região central da cidade, que funcionava em período diurno e tinha como diretora a Professora Alice Paes. Nessa escola, nota-se a ausência completa de alunas e de alunos negros. Assim como a próxima imagem Figura 27: “Alunos e professores do Ginásio Mineiro, (Escola Estadual de Uberlândia)” também é notável a grande porcentagem de alunos e professores brancos frequentadores do Ginásio Mineiro.

Figura 28 – Alunos e professores do Ginásio Mineiro. (Escola Estadual de Uberlândia), [19??].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes. ArPU.

Ao analisar a fotografia acima (Figura 28) com mais de 140 pessoas, dentre elas professores, diretores e alunos, somente um deles (aparentemente um aluno) aparentava ser de origem negra. De acordo com Ghantous (2006), a atual *Escola Estadual de Uberlândia*, conhecida popularmente por *Museu*, recebeu diversas nomenclaturas desde sua fundação, no ano de 1912. O primeiro nome que recebeu, no início de sua construção foi *Gymnásio Mineiro de Uberabinha*, após 1929, ano em que foi estadualizada, mudou para *Ginásio Mineiro de Uberlândia*.

Com o Decreto Federal n.º 14.962 de 6 de março de 1942, passou a funcionar como Colégio, mudando novamente o nome, agora para *Colégio Estadual de Uberlândia*. “O *Gymnásio Mineiro de Uberlândia*, uma das mais antigas instituições do município de

Uberlândia, assumiu papel importante na condução da educação pública da cidade” (GHANTOUS, 2006, p. 25).

No entanto, pela escassez de rostos negros, também na Figura 27 mesmo se tratando de uma importante instituição pública da cidade, acreditamos que, de alguma forma, o ingresso e/ou permanência de alunos negros nesta escola foram dificultados.

Na verdade, as tendências predominantes de absorção do homem e da mulher “negros” no sistema ocupacional da cidade não favoreciam uma consciência nítida da importância da instrução em face do estilo de vida social emergente. Em regra, eram ocupações que exigiam aptidões manuais, facilmente adquiríveis no trabalho. [...] Arranjando o emprego, a aprendizagem se processaria fatalmente, no serviço (FERNANDES, 1978, p. 220).

De acordo com a citação acima de Florestan Fernandes (1978), entendemos que uma das possíveis razões para a ausência do aluno negro nos colégios seja, sobretudo, a busca e necessidade do trabalho formal que a maioria desses jovens em idade escolar possuía, ficando assim, em segundo plano, o aprendizado acadêmico. Entretanto, essa característica não é uma regra fixa, pois, aquele único jovem negro na Figura 27 nos mostra que, de alguma forma, sua família ou até ele próprio via na educação formal uma opção diferenciada daqueles que só almejavam o trabalho, geralmente ligados a tarefas manuais.

Apesar de Florestan ter feito o estudo sobre negros na cidade de São Paulo, durante o período logo após a Abolição da Escravatura e início do século XX, acreditamos que esse movimento ou tendência foi semelhante nas demais regiões do país.

Figura 29 – Grupo Escolar Bueno Brandão, 1935.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes. ArPU.

A fotografia do *Grupo Escolar Bueno Brandão*, turma de 1935, apesar de ser uma escola pública, está localizada na região central de Uberlândia. Traz em um total de 43 alunos, somente dois garotos, localizados na fileira mais alta, que são negros. Com isso, vê-se que a dificuldade de acesso da criança negra à escola ia além da mensalidade. A localização da referida escola poderia ser um fator que dificultava o acesso ou a assiduidade dos alunos, geralmente as crianças mais carentes (negros, pobres), que habitavam em bairros mais periféricos da cidade.

As imagens a seguir Figuras 29 e 30 são de escolas em que encontramos em maior quantidade a figura do aluno negro. São elas, em sua maioria, fotografias de escolas Rurais e Noturnas.

Figura 30 – Escola Rural Alvorada, 1930.



Fonte: Coleção João Quituba, (CDHIS-UFU).

Ao se analisar o acervo de fotografias, tanto no ArPU quanto no CDHIS, nota-se que não existia um padrão único de construção das escolas rurais de Uberlândia. Grande parte dessas escolas se encontrava em construções não muito bem conservadas.

Fosse em virtude da falta de recursos, fosse em função da debilidade de interesse demonstrada por parte do poder público em investir na educação

escolar do homem do campo, as escolas rurais do município de Uberlândia permaneceram, durante o tempo que cobre esta pesquisa, mergulhadas em toda sorte de problemas (LIMA, 2004, p. 122).

De acordo com Tannús (2017), durante a Era Vargas, as autoridades municipais faziam de tudo para organizar e controlar a rotina das escolas. Entre os inspetores escolares da cidade, o professor Jerônimo Arantes é, sem dúvida, o personagem mais fácil de identificar, pois sempre fazia questão de se posicionar para ser fotografado entre os alunos e professores. “Presente em cerca de 120 fotografias, ele construiu uma sólida reputação entre os educadores da cidade, ao longo de quase quarenta anos na docência, inspeção e chefia do Serviço Municipal de Educação e Saúde”. (TANNÚS, 2017, p. 77).

Figura 31 – Escola Municipal Rural Pontal, [19??].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Ao se observar as fotografias das escolas Rurais *Alvorada* e *Pontal* (Figura 30 e Figura 31) pode-se notar um número significativo de alunos e alunas negros, diferentemente das imagens das escolas urbanas de Uberabinha/Uberlândia que atendiam no período diurno, em que a presença do negro muito baixa. Além da presença do aluno negro, também se pode notar a marcante falta de estrutura e de recursos necessários para atender minimamente alunos e professores que dependiam dessas instituições escolares rurais.

Acreditamos que o expressivo número de alunos negros encontrados nas imagens das escolas rurais esteja diretamente ligado à profissão dos pais, pois muitos, por possuírem pouca ou nenhuma escolarização, trabalhavam nas fazendas e nas lavouras da região, locais onde se encontravam as escolas rurais.

Até a primeira metade do século, era alarmante a situação das escolas funcionando com o trabalho de professores semialfabetizados, sobretudo no que dizia respeito ao ensino rural, em que era grande a dificuldade em selecionar, em seu meio, profissionais formados, tanto em razão da baixa qualificação dos seus habitantes quanto em função dos obstáculos existentes ao acesso às fazendas onde se localizavam as escolas tais como: precariedade nos meios de transporte e insalubridade das residências e/ou alojamentos. Somava-se a todo esse despreparo, a ausência de condições mínimas que pudessem facilitar-lhes a execução das tarefas, assim como o descaso com que eram tratados esses profissionais pelo poder público: baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego (LIMA, 2006, p. 3).

Assim como as escolas Rurais, a quantidade de meninos e meninas negros frequentando as escolas noturnas é maior em comparação à quantidade de alunos negros nas escolas que funcionavam no período matutino.

Figura 32 – Grupo Escolar Noturno Municipal Augusto César, 1938.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Figura 33 – Grupo Escolar Noturno Municipal Augusto César, [194-].



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Possivelmente, por conta das difíceis condições financeiras dessa população, a maioria não podia se dar ao luxo de frequentar uma escola durante o dia. Assim, por diversas vezes, a solução seria frequentar os cursos noturnos, em escolas que disponibilizassem aulas também neste período, ou seja, esse aluno/trabalhador frequentaria a escola após sua jornada de trabalho. Nas imagens 32 e 33 do *Grupo Noturno Municipal Augusto César*³⁵, pode-se notar que a presença de alunos negros e mais velhos é a maioria.

Na imprensa local, havia sempre a preocupação com a educação da população uberabinhense por meio dos artigos e da Coluna *Pela Instrução*. Eles traziam as pretensões e as angústias da busca de uma educação que contribuísse com o novo Governo, que almejava o progresso e a modernidade, também por meio da educação. A imprensa era usada também para fazer propaganda das tantas escolas particulares que foram sendo construídas na cidade.

Pela Instrução [sic]; [...] as nossas escolas públicas resentem-se de tudo. Falta-lhes mobiliário, hygiene [sic], material, e fim, tudo porque o ensino está completamente desorganizado. E já que a escola pública deixou de ser o santuário sagrado onde deveria arder incessantemente a pyra do amor pátrio, voltemos nossas vistas para o ensino particular, que será o único capaz de

³⁵ Segundo Silva (2019), até o ano de 1946 a escola se chamava Escola Noturna Municipal Benedito Valadares. A partir de 1947 recebe o nome de Grupo Escolar Noturno Augusto César.

formar o espírito e o coração da formosa mocidade uberabinhense. Anuncia-se agora, para breve e com bons fundamentos, a notícia da fundação de um collegio e se tal acontecimento se der, será uma grande victoria para essa cidade. (PELA INSTRUCÇÃO, 1908, p. 04).

A insatisfação devida à escassez de mobiliário e material didático, salas insalubres, a constante busca e reivindicação por melhores prédios escolares e bons professores são pedidos frequentes nos jornais da cidade.

No depoimento que se segue, o Senhor Herberto relata a dificuldade de se estudar no seu tempo de juventude (década de 1930 a 1940). Para ele, em 1997, ano do seu depoimento, o acesso a um curso superior era mais fácil.

[...] Hoje tá mais fácil pra um nego conseguir lugar ao sol... gente, antigamente era bem mais difícil. Eu entrei no ginásio com dezesseis anos já, ué. Na idade de terminar eu estava começando o ginásio. Que num foi falta, primeiro, meus pais em um tinham condições e cê sabe num tenho condições estuda antigamente era mordomia de poucos. Agora não, qualquer um estuda. Dependê, é só querê. O que está difícil, cê vai na Universidade cê vê dois. Mais cê vai num, num congado e na escola de samba cê têm milhares de negros. É isso que me, meu ódio é esse. Chega de submissão, chega! (com a voz ganhando em volume)... ce vê eu formei depois de velho, depois de velho. Meus filho foi vase de uns vinte e três, vinte e dois, vinte e quarto ano. A médica formou com vinte e quatro ano (CARMO, 2000, p. 164).³⁶

Ele relata ainda um episódio envolvendo sua filha médica negra e uma senhora já idosa, que acreditamos ser branca. Nesse depoimento, vemos o preconceito velado, da senhora admirar, ou melhor, espantar-se pelo fato de uma moça negra ser uma médica e não uma enfermeira como deduziu.

[...] Olha um dia desse chegou uma senhora aqui, minha patroa, minha patroa tem um butequinho aqui, ela faz saldado, faz festa e tal e minha filha que é medica tava lá, bateno um papo com a mãe. Chegou uma dona lá de dinheiro, minha filha tava bem vestida, coisa e tal conversano coma mãe. Aí ela disse, ‘minha filha, olha, ... cê num quer trabaia pra mim não?’ ... Minha filha olhou para mãe, olhou para a mãe dela assim, e disse. “Uai, trabalho, a senhora tem hospital?” diz que essa velha perguntou a ela, meio envergonhada: ‘Ah que bom, votem tem profissão, né..., é enfermeira?’ Aí minha filha respondeu ... “Não, eu sou é médica.” Olha, a mulher desmontou... (e repetiu a resposta da filha) Minha filha falou “não, eu trabalho, a senhora tem hospital? Ah, num sabia que ocê era enfermeira. Não nun sô enfermeira, eu sô médica”. (CARMO, 2000, p. 163).

³⁶ Depoimento do Senhor Herberto, morador negro do bairro Martins, concedido a Carmo (2000, p. 164), em Uberlândia, no dia 05 de setembro de 1997.

Em nota, Carmo (2000) explica que o senhor Herberto faleceu antes do término de sua dissertação. Segundo o autor, o depoente foi o primeiro negro a trabalhar na agência do Banco do Brasil de Uberlândia. Casado, pai de quatro filhos formados, sendo uma médica, um engenheiro, um advogado e um arquiteto, dizia nunca ter sofrido preconceito pelo fato de jamais ter-se rebaixado. No entanto, durante as conversas sobre seu tralho demonstrou situações difíceis que o tomavam de emoção.

Figura 34 – Escola Noturna Benedito Valadares, [195?]. Turma feminina.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

Figura 35 – Escola Noturna Benedito Valadares, [195?]. Turma Masculina.



Fonte: Coleção Jerônimo Arantes, ArPU.

As Figuras 34 e 35 são fotografias da Escola Noturna Benedito Valadares, a primeira da turma feminina, a segunda da turma masculina, com suas respectivas professoras. Como já

mencionado, é justamente nas escolas noturnas em que encontramos o maior número de alunos e alunas negros da cidade e com idade mais avançada.

A entrada tardia do aluno negro nas escolas parece ser algo comum. Temos aqui mesmo, neste trabalho, o exemplo de Grande Otelo que, quando mais jovem vivia fugindo de casa e dos abrigos e só passou a frequentar a escola formal após ser adotado pela família de Antônio Queiroz. “[...] a senhora de Antônio Queiroz foi obrigada a levar Grande Otelo, com licença do juiz. [...] Em seguida Sebastiãozinho frequentou o Grupo Escolar do Arouche, a Escola Modelo Caetano de Campos e o Liceu Coração de Jesus, de onde saiu muito sabido”. (TEIXEIRA, 1970, p. 206-207). Também no depoimento do Senhor Herberto, temos o exemplo de sua entrada tardia no ensino regular. “Eu entrei no ginásio com dezesseis anos já, ué. Na idade de terminar eu estava começando o ginásio”. (CARMO, 2000, p. 164).

O tema sobre o ingresso tardio do aluno negro na educação formal é algo que carece e merece dedicação e atenção, entretanto, neste trabalho em específico, não foi possível fazer um levantamento de dados e documentos em tempo hábil para análise, com isso, fica a intenção e o desejo de pesquisar o assunto em futuros trabalhos.

4.3 O legado do Professor Jerônimo Arantes para a Educação de Uberlândia

Desde o surgimento de Uberabinha/Uberlândia, MG, circulavam aqui, ideias, anseios, utopias e sentimentos compartilhados e desejados igualmente por outras cidades do País. De acordo com Carvalho (2004, p. 11) tudo isso “[...] cimentava a vida coletiva em torno dos embates ideológicos políticos, partidários, educacionais etc., posto que diferentes grupos e classes sociais se situavam para construir a esfera pública, bem como para disputar a hegemonia de sua perspectiva”. Assim, a cidade que surgiu no alvorecer da República, trouxe, conseqüentemente, os elementos formadores das ideias republicanas de ordem e progresso, considerados como elementos essenciais para se alcançar o desenvolvimento material e social.

Entretanto, surgiram muitas dificuldades para se conseguir esse tão sonhado desenvolvimento. Carvalho (2004) explica que foi preciso ir em busca do consenso em torno da cidade ordeira e hospitaleira, capaz de refletir os princípios morais condizentes com a nova ordem republicana implantada no País.

Com isso, as discussões a favor da criação de um espírito educativo na cidade teve grande importância. Ou seja, “[...] via-se na disseminação da Educação, por intermédio de

instituições públicas, a possibilidade de materializar os fundamentos de uma sociedade voltada para os princípios de civilidade, modernidade, ordem e progresso” (CARVALHO, 2004, p. 15). Uma figura bastante expressiva desse período para a Educação da cidade foi o professor Jerônimo Arantes.

A ordem tem seu fundamento no carácter objetivo da inoaviabilidade das leis naturaes. A ordem artificial, desprezado ponto de vista subjectivo, repouso necessariamente sobre a ordem natural e resulta do conjucto das leis reaes. A correlação que se nota entre a existência e o movimento, transportada para o campo social, se manifesta igualmente entre a ordem e o progresso a ordem se torna, assim, a condição permanente do progresso, do passo que este constitue sempre o objectivo daquela. Enfim, não se compreende o progresso sinão em uma sociedade em que a ordem assume, a cada passo um estado de maior perfeição (CAMPOS, 1921, p. 01).

As Figuras 36 e 37 trazem, respectivamente, imagem da primeira escola de Uberabinha, na residência de Felisberto Carrejo, 1840, e a primeira escola pública de Uberabinha, na praça da Matriz, em 1892. Assim teve início a Educação em Uberabinha.

Figura 36 – A Histórica casa da Escola da Tenda em “Carrejos”, 1840.



Fonte: Arantes, 2003, p. 32.

Nas proximidades de sua humilde morada, foram construídas outras tantas, conseguindo formar um núcleo residencial, que tomou a denominação de povoado dos Carrejos. Sentindo necessidade de ministrar instrução à

mocidade sempre crescente na região, Felisberto Carrejo³⁷ instalou, em sua própria residência, a primeira escola de alfabetização dentro do território, que tomaria o nome de município de São Pedro de Uberabinha. Por falta de livros escolares o professor organizava a “carta-mão”, manuscrito das primeiras lições, que eram dadas aos alunos com o indispensável “pegamão”, para que o suor dos dedos não estragasse a carta manuscrita pelo mestre. Nessa fonte cristalina onde a mocidade bebia o néctar delicioso da sabedoria, foram construídos muitos alicerces de monumentos culturais (TEIXEIRA, 1970, p. 21).

Figura 37 – *Escola Pública de Uberabinha, 1892.*



Fonte: Teixeira(1970, p. 53).

A 13 de janeiro de 1863, foi instalada a primeira escola pública provincial do distrito de São Pedro de Uberabinha, com sede no arraial, na praça da matriz, no sobrado construído pelo professor nomeado Antônio Maximiano Ferreira Pinto (TEIXEIRA, 1970, p. 30).

Nesta última seção, mas não menos importante, escolhemos analisar a importância da trajetória do professor Jerônimo Arantes para a Educação do município. Além da profissão docente, Jerônimo Arantes era funcionário público (Inspetor Municipal de Educação e chefe

³⁷ Felisberto Carrejo era professor, no ano de 1835, juntamente com seus irmãos, Luiz, Francisco e Antônio Carrejo passaram a comprar terras da sesmaria de José Joaquim da Silva, fixando residência em definitivo na Fazenda da Tenda, onde instalou a primeira escola da região (TEIXEIRA, 1970).

do Serviço de Educação e Saúde do Município), considerado ainda como memorialista, historiador e jornalista pelos moradores de Uberabinha/Uberlândia.

Graças à sua profissão de “historiador, memorialista, arquivista”, foi possível desenvolvermos este trabalho, pois grande parte das fotografias utilizadas neste estudo pertencem ao acervo Jerônimo Arantes, depositados no ArPU. Apesar de a maioria das imagens que aparecem o negro neste acervo possuir falhas de anotações e detalhes sobre datas, personagens, etc. ainda assim, nos foram de grande auxílio.

A diversidade e a produção do trabalho desse intelectual estiveram presentes também na imprensa local, na coleção de documentos e recortes sobre a cidade, na produção de uma literatura escolar, além de publicações de livros e artigos sobre a História de Uberlândia. Como funcionário público durante os anos 1933 a 1961, trabalhou na fiscalização dos trabalhos educacionais, foi inspetor municipal de ensino e chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município.

Teve ainda fôlego e iniciativa de produzir e editar, durante três décadas, a revista *Uberlândia Ilustrada*, nela escrevia sobre os acontecimentos e os moradores da cidade. Após sua instalação em Uberabinha, abriu, em sua própria residência, uma escola primária, que chamou *Colégio Amor às Letras*, em 1919, que funcionou até 1933.

De acordo com Lima (2004), até o momento de sua aposentadoria, em 1959, Jerônimo Arantes realizava diversas atividades em meio à sua ocupação principal que era a Educação escolar. Trabalhou não somente na esfera particular, mas também na pública municipal, atuando principalmente na escolarização das crianças, na alfabetização de adultos além de trabalhar na árdua tarefa de fiscalização das escolas mantidas pela prefeitura.

A escola fundada por Jerônimo Arantes *Amor às Letras* em (1919) fazia parte de um conjunto de escolas privadas de ensino que vigorou na região até os anos de 1940. Essa tendência demonstrava, entre diversos outros fatores, o desinteresse do Estado para com a responsabilidade de propiciar escolas públicas, gratuitas a população uberlandense. Embora a escola *Amor às Letras* fosse uma instituição particular, praticava o ensino laico. Diferente da maioria das escolas particulares, a escola *Amor às Letras*, era subvencionada pela Câmara Municipal. Ela custeava a matrícula, bem como as mensalidades de alguns alunos carentes.

Figura 38 – Arantes e alunos do “Colégio Amor às Letras, 1919.



Fonte: Acervo Delvar Arantes, (LIMA, 2004, p. 45).

Na fotografia anterior, (Figura 38) embora se observe a pose ativa do professor Arantes e o caprichado e cuidado no vestuário de alguns alunos, pode-se notar quatro dessas crianças sentadas à frente do lado direito da fotografia, apresentam-se descalças, aparentemente vinham de famílias pobres e provavelmente, seriam alunos subvencionados pela Prefeitura.

Apesar da imagem (figura 38) não ilustrar nenhuma criança negra, possivelmente, através da parceria do *Colégio Amor às Letras* com a Câmara Municipal de Uberabinha, jovens negros moradores da cidade tiveram oportunidade de frequentar uma escola regular.

No *Colégio Amor às Letras* também funcionava o curso noturno, essa turma ocorreu durante os anos de 1924 a março de 1927 e era regulada pelo poder público municipal (por isso o nome da escola ser Escola Municipal de Uberabinha – noturna), Nessa escola noturna, havia somente um professor que lecionava para todas as “séries”, conhecido como professor polivalente. Durante os anos 1925, 1926 e início de 1927, o próprio professor Arantes assumiu a regência da turma.

[...] analisando alguns exames aplicados aos alunos na primeira, segunda e terceira séries no final do ano em que o professor Arantes assumiu a regência da classe noturna, constatamos que, pelo menos naquele período, os conteúdos avaliados nas disciplinas buscavam uma aproximação com a realidade dos alunos, em

geral, oriundos da classe trabalhadora, conforme um artigo de jornal publicado na década de 1920 a propósito do início das aulas noturnas da escola municipal. O referido texto, ao convidar a população a se matricular, mencionou a origem social de alguns alunos a quem se destinava a escola noturna: “É necessário que a classe caixeral, os operários, os carroceiros, os empregados municipais ou de fábrica, todos, enfim, se capacitem ...” Além desse documento, em alguns termos de visita do Colégio Amor às Letras, há menções acerca da origem social desses alunos que possibilitam inferir que eram, na sua maioria, trabalhadores. Há, por exemplo, uma referência ao fato de os alunos se atrasarem para as aulas em virtude de estas se iniciarem às 18h, quando muitos deles ainda estavam saindo do trabalho (LIMA, 2004, p. 54).

Professor Arantes utilizava em suas aulas, segundo Delvar Arantes, os teatros, ou “teatrinhos”, como ele denominou. Essa metodologia era usada principalmente, nos cursos noturnos, pois eles eram frequentados por alunos adultos, na sua maioria, trabalhadores, que necessitavam de bastante estímulo para conseguirem permanecer na sala de aula após extenuantes jornadas de trabalho. “Parece que essa estratégia didática era mesmo eficaz para cativar os estudantes, pois mesmo após deixarem o curso noturno, alguns egressos da escola de Arantes ainda continuavam atuando nas peças montadas pelo ex-professor” (LIMA, 2004, p. 58). Como já mencionamos na seção 4 *O negro e a educação de Uberabinha/Uberlândia*, nas fotografias que ilustram as escolas noturnas, havia um número expressivo de alunos negros. Provavelmente professor Arantes atendeu em sua escola noturna jovens negros trabalhadores.

Arantes foi um professor que conseguiu aliar sua profissão docente com diversas outras atividades de pesquisas, se preocupando com questões sociais, auxiliava e buscava recursos para atender aos alunos de baixa renda. Foi em busca de conhecimentos que iam muito além do saber escolar, procurava inserir didáticas que facilitassem o aprendizado, principalmente, de alunos geralmente negligenciados pelas instituições de ensino. (Alunos trabalhadores, sem muito tempo e disposição para aprender devido o cansaço) com atividades culturais, teatros etc.

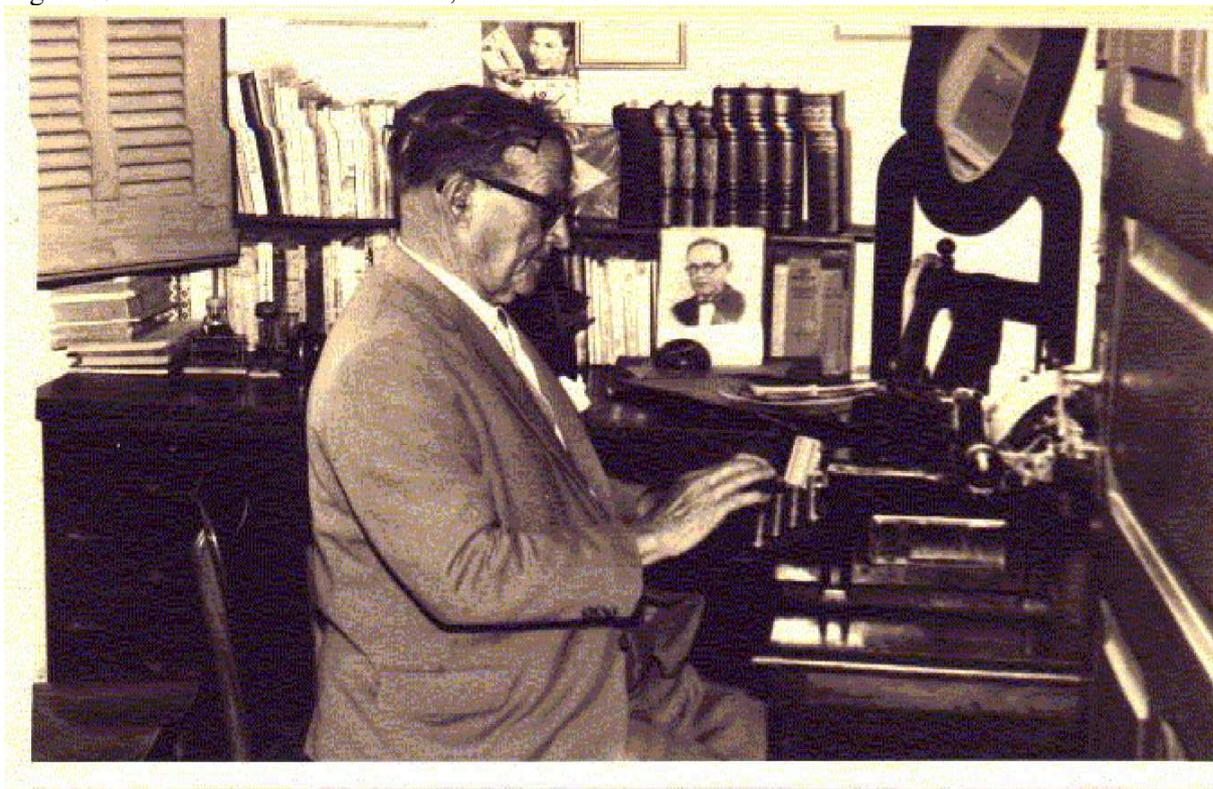
Também pela análise da sua literatura escolar, compreendemos que as suas preocupações com o ensino extrapolavam o âmbito da escola, pois, mais do que servir como instrumento pedagógico para o professor, o conteúdo abordado em seus livros revelava uma preocupação em contribuir para um projeto de urbanização que cristalizasse o ideal de uma cidade ordeira, dinâmica e próspera.

O desempenho de Arantes pela educação em Uberabinha/Uberlândia o acompanhou do início ao fim da carreira no serviço público. Essa dedicação foi reconhecida pela imprensa local, como a revista *Elite Magazine*:

O trabalho deste educador é um exemplo vivo de patriotismo e dedicação ao ensino – ao qual ofertou uma existência toda. Seu nome será muito pequeno, se computarmos os haveres materiais que conseguiu em tantos e tantos anos de trabalho. Mas se agiganta o valor de sua pessoa, se analisada pelo prisma do verdadeiro, do legítimo valor moral. Para nós, todo mestre é um grande, um herói de grandes batalhas. Assim consideramos o professor Jerônimo Arantes. (O TRABALHO, 1959).

De acordo com Lima (2004) Arantes apresentava um entusiasmo exacerbado quando falava sobre a Educação escolar: estava sempre elogiando o trabalho dos colegas docentes, elogiava o desempenho dos alunos, fotografava as escolas da cidade e fazia questão de posar para o fotógrafo junto com demais professores e alunos.

Figura 39 – Arantes em seu escritório, aos 73 anos de idade.



Fonte: Acervo Delvar Arantes. Uberlândia, 1965 (LIMA, 2004, p. 36).

Seu esforço para recompor a história de Uberlândia é digno de admiração, pois perde horas rebuscando velhos e poeirentos livros em arquivos, naquela paciência beneditina indispensável a esse gênero de trabalho. De seu esforço,

surge a história de Uberlândia, que ele tem narrado em sucessivos números de 'Uberlândia Ilustrada', a sua revista tão querida. (SEU ESFORO, 1958).

Deixou escrito sua história, tinha prazer em organizar diariamente a sua documentação, apoiava as ações do poder público local no que dizia respeito às políticas implementadas para o bem da Educação no município. Professor Jerônimo deixou um legado para aqueles que pretendem pesquisar sobre a história de Uberlândia, sobre educação e diversos outros temas, através de seu precioso acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso País adiou o quanto pôde o dever de libertar os negros da condição de escravizados. Como nos lembra Cavallero (2001, p. 07), nós, brasileiros, carregamos a desprezível marca de ser a última nação a abolir a escravidão, até os dias atuais é necessário lutar para que tenhamos uma democracia substantiva. “[...] A reflexão sobre nossos próprios valores, crenças, comportamentos é imprescindível para compreendermos o racismo, a discriminação e preconceito racial na sociedade, bem como seus efeitos em nossas vidas.”

Nas escolas, o racismo se expressa de várias formas, seja por meio da negação das tradições africanas e afro-brasileiras, ou ainda, por meio do não reconhecimento dos costumes, da filosofia de vida, da posição no mundo e da humanidade do negro.

Se desejamos uma sociedade com justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em um território de equidade e respeito; um espaço adequado à formação de cidadãos. Entrar em um sério debate sobre esses elementos implica a definição de uma política educativa a qual rompa com o *status quo*, conteste os fatos de maneira profunda e consciente, evidencie a inexistência de uma democracia racial em nosso País. (CAVALLERO, 2001, pp. 7-8).

No Brasil, após a abolição da escravidão no ano de 1888, as diferenças raciais ganharam novas roupagens. Anteriormente a esse acontecimento, a sociedade era organizada basicamente entre os senhores *versus* escravizados. Em seguida, ela passou a se basear na relação capital *versus* trabalho. Diversos discursos a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre foram aclamados e debatidos, em muitos deles carregados da ideia de civilidade que tinha os europeus como seus principais representantes, que legitimavam a ideia da migração europeia, visando ao branqueamento da população brasileira. Com isso as características do racismo brasileiro vão sendo tecidas.

O discurso colonial [...] vai passar a impregnar o imaginário social, em que o preconceito e a discriminação racial ganham contornos próprios nas expressões do cotidiano. Daí, então, a importação das teorias racistas europeias e sua utilização para justificar as desigualdades raciais. (OLIVEIRA, 2006, p. 3).

Portanto, após 13 de maio de 1888, não se pensou no desenvolvimento de políticas que efetivamente pudessem integrar os ex-escravizados à sociedade brasileira. Como já vimos, os anos iniciais da República foram um período com intensos debates da elite a respeito de como

deveriam ser criados os caminhos para se alcançar a tão “sonhada” modernidade e o progresso para o Brasil.

Aos poucos, a escola passou a ser o local indicado para se “formar” a nação brasileira, pois, até então, essa mesma elite acreditavam que em nosso País ainda não se havia formado o povo brasileiro, o que tínhamos era “um amontoado de populações degeneradas”. De certa forma, nesse mesmo período, ocorreu, com o movimento eugenista, a tentativa de se clarear a população brasileira. Esse processo de branqueamento também foi visto no magistério junto às professoras normalistas. Iniciado na década de 1920, esse processo atinge seu ápice quando a Escola Normal foi extinta e substituída pelo Instituto de Educação no ano de 1932.

Abolida a escravidão, transformados todos em cidadãos, a contraposição à igualdade formal entre brancos e negros foi reinventada através da desigualdade no âmbito da cultura. A distinção entre um e outro grupo, uma vez que não podia ser dada a nível jurídico, passou a ser construída em termos simbólicos, visando demarcar diferenças. No Brasil, o preconceito é de marca. A aparência de maior ou menor negritude confere ao indivíduo maior ou menor facilidade de transito social aqui os mecanismos de discriminação e evitação racial são mais sutis (MÜLLER, 2008, p. 48).

Sendo assim, a partir do fenótipo como: tipo de cabelos, formato dos lábios, cor da pele, formato do corpo, ligados ainda à posição social ou à classe econômica a qual pertença, poderá branquear ou escurecer uma pessoa no Brasil.

Durante a pesquisa deste trabalho, perguntamo-nos: Quais foram os processos que levaram grande parte da população brasileira à construção de um imaginário social contaminado de conceitos negativos contra todo um grupo racial?

Assim, ao tentar responder essa questão, procuramos apontar, por meio da exposição dos fatos e documentos, (fotografias, textos dos jornais e revistas, testemunhos orais) o modo pelo qual o racismo, a discriminação e a segregação contra a população negra foram construídos ao longo dos anos na cidade de Uberabinha/Uberlândia pois:

A capacidade de transformar, de subverter o conjunto de lógicas segregacionistas e discriminatórias muitas vezes, não as rejeitando diretamente, pode denunciar não a incapacidade de luta e/ou de visão da exploração que se sofre, mas talvez, a única arma e/ou opção de luta, às vezes, silenciosa, sinuosa em que as tensões, os conflitos, bem como a disseminação de poder fluem, evidenciando, para além da derrota, a constância do embate múltiplo e difuso (CARMO, 2000, p. 170).

Esperamos que o leitor, com este trabalho, possa saber um pouco mais a respeito do processo de integração/segregação do negro recém-liberto da condição de escravizado, na sociedade uberlandense. Por meio dos artigos dos jornais e revistas, ou ainda, com os depoimentos de antigos moradores da cidade, que esse leitor tenha conhecimento dos espaços de lazer, de trabalho e de Educação que a população negra frequentava ou que lhe eram “permitidos” conviver durante as primeiras décadas da República.

Nosso intuito foi apresentar a forma como esses indivíduos estiveram, durante anos (1889-1960), apresentados na imprensa local, por meio dos jornais, revistas e fotografias. Material esse que, em significativa maioria, foi organizado pela elite da cidade.

Ao trazer para este trabalho alguns desses documentos históricos produzidos em Uberabinha/Uberlândia, procuramos salientar qual imagem a população local nutria a respeito do negro e que papel lhe foi delegado/destinado dentro de uma cidade que se dizia estar disposta a impulsionar o progresso e a modernidade a todo custo.

Através das inúmeras imagens analisadas (mais de 1300 no total) de fotografias relacionadas ao negro e às instituições escolares da cidade, observamos que o número de alunos negros nas escolas rurais e nas escolas noturnas era mais expressivo do que nas escolas particulares e nas escolas públicas situadas na região central da cidade, que atendiam nos períodos matutinos, nessas, quase não se via a presença dos alunos negros. Os artigos analisados nos jornais locais que tratavam sobre a figura do negro aparecem, em sua grande maioria, relacionando-os a algo inferior ou de pouca qualificação.

Com isso, no decorrer da pesquisa foi possível nota, além da ausência de uma democracia racial na cidade, a tentativa de determinada camada da população (classe dominante local) em excluir, constranger, segregar e impedir que os negros tivessem livre acesso a determinados espaços sociais da cidade (tidos como reservados à elite uberlandense) como os clubes, calçadas, cinema, bares, prostíbulos etc.. No entanto, esses moradores negros uberlandenses não ficaram acomodados com essa situação de preconceito e racismo direcionada à sua gente, passaram a recriar seus próprios espaços sociais, tanto para o lazer, quanto para o trabalho, os cultos religiosos e instrução escolar.

A permanência das desigualdades, ao longo dos anos, representa um desafio, não apenas para a população negra, mas para toda a sociedade brasileira, que ainda “vende” uma imagem de democracia racial e de oportunidades iguais para todos. Contudo, o cotidiano de desigualdades e de violência mostra que ainda se está longe de atingir a democracia para todos, em especial porque

há permanentemente a tentativa de esconder a verdadeira face do Brasil, um país racista e nas mãos de poucos. (SILVA, 2006, p. 71).

Segundo Florestan Fernandes (1971) a segregação racial no Brasil só poderá ser superada a partir do momento em que os negros tiverem as mesmas oportunidades que os brancos. Assim, nosso desejo foi tentar por meio do trabalho *O Negro na “Cidade Jardim”*: *modernidade, educação e segregação na sociedade Uberlandense/MG (1889-1960)* trazer experiências vividas pelo sujeito negro em Uberlândia, resgatando vestígios dessa trajetória, para melhor compreender que:

O reconhecimento da pluralidade, o respeito pelas identidades e pelas diferenças não é uma questão romântica e meramente retórica: exige a representação dos outros, dos excluídos, nas instituições públicas e nos diversos setores da vida nacional. Só a partir dessa confissão corajosa é que o Brasil pode buscar os caminhos da mudança e procurar instrumentalizar a política de combate às práticas discriminatórias, incluindo as representações institucionais dos excluídos (SCHAWARCZ; QUEIROZ, 1996, p. 218).

Como nos diz professora Petronilha³⁸ “[...] não devemos repetir o que criticamos por isso nós³⁹ temos que *deseuropeizar* o estudo. A libertação do Negro não é para se tornar como o dominador, mas para reconstruir a parte da nossa História comum, a África brasileira⁴⁰”.

³⁸ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva nasceu em Porto Alegre em 1942. Doutora em Ciências Humanas foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2002-2006. Nesta condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É conselheira do World Education Research Association (WERA) representando a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). É docente no Departamento de Metodologia do Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros NEAB/UFSCAR e milita em grupos do Movimento Negro.

³⁹ Nessa passagem Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva refere-se a (nós) aos professores, ou seja, nós educadores, como propagadores do conhecimento devemos no ofício da profissão docente, procurarmos “deseuropeizar” o ensino. Desconstruir essa educação eurocêntrica que foi e ainda está tão presente dentro nos nossos currículos, nos planos políticos pedagógicos e na escola como um todo.

⁴⁰ Palestra de encerramento do X Congresso de Pesquisadores Negros, realizado na Cidade de Uberlândia, em 17 de outubro de 2018.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ALÉM, João Marcos. Representações coletivas e História política em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, p. 79-102, jan./ jun. 1991.

ALVES, Josefa Aparecida. **Sociabilidades urbanas:** o olhar, a voz e a memória da Praça Tubal Vilela (1930-1962). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

ANDRADE, Livia Marina de; FONSECA, Maria de Lurdes Pereira. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. **Revista Horizonte Científico**, [s.l.], v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/73288855/A-TRANSFORMACAO-NO-USO-DOS-ESPACOS-PUBLICOS-EM-UBERLANDIA>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

ANTRO. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 de julho de 1955, capa.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos meus sonhos:** memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: Editora Edufu, 2003. DOI: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-273-1>.

ARANTES, Jerônimo. **Polêmicas em defesa do patrimônio histórico de Uberlândia.** Uberlândia: Editora Edufu, 2011.

BACHELARD, G. A noção de obstáculo epistemológico: o primeiro obstáculo: a experiência primeira. In: BACHELARD, G. (org.). **A formação do espírito científico.** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996. p. 17-68.

BARBOSA, Pedro. Os modos de organização política da comunidade negra de Uberlândia. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 1, p. 1-23, 2008.

BENTO, Maria Aparecida. A identidade racial entre crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida (org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos jurídicos, políticos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/agosto-2012-pdf/11283-educa-infantis-conceituais>. Acesso em: 20 dez 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BOAS, Márcia Silva de Melo Villas. **Grupo Escolar 13 de Maio e a Educação primária na periferia de Uberlândia, MG, 1962-1971.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BONILHA, Tamyris Proença. **O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

BOSI, Alfredo. Sob o signo de Cam. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992. p. 246.

BOSI, Antônio de Pádua Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, p. 105-135, Verão, 2004.

BOSI, Antônio de Pádua. História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos 1912 a 1922. **Tempo da Ciência**, Toledo, v.12, n. 24, p.17-34, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/444>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAMPOS, Juca dos. Ordem e Progresso. **A Tribuna**, 1921, p. 01.

CARMO, Luiz Carlos do. **Função de preto**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945/1960. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CANDIDATAS. **Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, 1956, n. 21, p. 9.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana de O. B. de. O pensamento educacional do professor Honório Guimarães (Uberabinha, MG, 1905-1922). In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_02_10.pdf. Acesso em: 7 de jan. 2017.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana de O. B. de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha - MG 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Editora Summus, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na Educação infantil. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DÂNGELO, Newton. **Aquele povo feliz, que ainda não sonhava com a invenção do rádio**: cultura popular, lazeres e sociabilidade urbana- Uberlândia – 1900/1940. Uberlândia: Edufu, 2005. DOI: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-083-4>.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes**: (Uberlândia, 1900-1950). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano**: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha / MG, (1888-1929). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2009.

DANTAS, Sandra Mara. Três cidades, um projeto: a modernidade no Triângulo Mineiro. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, p.212-232, ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22228/rt-f.v10i2.633>.

DOMINGOS, Betânia Régia. **Escola Normal: História e memória de mulheres - Uberlândia - anos 60.** 2000. 100 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

DUBET, François. **O que é uma escola justa? : a escola das oportunidades.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Editora EDUBA, 2008. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523212148>.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo. Divisão europeia do livro, 1971.

FREDERICO. **Uberlândia Ilustrada,** jan., 1952.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Capital e interior: manifestação em prol Instrução Pública em Ouro Preto e Uberabinha (MG) nos anos iniciais da República brasileira. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 26, n. 02, p.189-208, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000200009>.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Versão eletrônica.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

JUSTINO, Rogério. **Imprensa, publicidade e educação: um estudo sobre a civilização dos costumes no interior do Brasil (Uberabinha, MG, 1919-1929).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LÉ COM LÉ. **O Binóculo,** Uberabinha, 30 de abril de 1916. n. 10. p. 04.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** 2. ed. São Paulo: Editora Papirus, 1986.

LIMA, Sandra Cristina F. **Memória de si, História dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961.** 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LIMA, Sandra Cristina F. Escola rural: história, memória e representações. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 3. p. 27-38, jan/dez 2004b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345>. Acesso em: 20 abr., 2019.

LIMA, Solange Ferreira de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 29-60.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2004.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Memória e história; espaços, costumes e tradições. *In*: DÂNGELO, Newton. **Aquele povo feliz, que ainda não sonhava com a invenção do rádio: cultura popular, lazeres e sociabilidade urbana – Uberlândia – 1900/1940**. Uberlândia: Editora Edufu, 2005. p. 13-14.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – (Uberlândia – 1965 a 1980)**. 1990. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1990.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. *In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 14-40.

MENDICIDADE. **Jornal O Progresso**, n. 22, 16 de fevereiro de 1908.

MORAES, Mário. **Espaços, práticas e valores de sociabilidade: hierarquias e resistências em Uberlândia- M.G. (1920-1940)**. 2010. 103 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v.10, n.32, p. 22- 40, dez. 2009.

MÜLLER, Maria Lúcia de Rodrigues. **A cor da escola: imagens da Primeira República**. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2008.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. *In*: SCHARCZ, Lilia Moritz & QUEIROZ, R. da S. (org.) **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora Edusp, 1996, p. 212-229.

NÃO há jornal. **O Brasil**, Uberabinha, 01 de julho de 1915.

NEGROS do passado. **Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, 1956.

NUNES, Leandro José. **Cidade e imagens: progresso, trabalho e quebra-quebras – Uberlândia – 1950 1960**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

O NEGRO de Uberlândia. **Revista Uberlândia Ilustrada**, n. 21, 1956.

O TRABALHO. **Elite Magazine**, Uberlândia, n. 16, p. 08, maio 1959.

OLIVEIRA, Carmem Lúcia de Oliveira. **Imaginário, racialização e identidades percebidas de mulheres negras escolarizadas**. (Uberlândia, 1950-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

OLIVEIRA, Júlio César de. **O último trago, a última estrofe: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Vanessa Alves de; INACIO FILHO, Geraldo. A organização da instrução pública na cidade de Uberabinha-MG: representações de educação e de civilidade na primeira República brasileira (1888-1930). **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4071> . Acesso em: 14 jan. 2018.

OS FREQUENTADORES. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 setembro, 1940, p. 02.

OUVIMOS. **A Tribuna**, 07 de março de 1920, p. 01.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. **Relações sociais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade**. 2018. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018.

PATRONATO de menores. **O Repórter**, Uberlândia, 1943, p. 01.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro: do romantismo a vanguarda**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

PELA instrução. **O Progresso**, v. 24, Uberabinha, 24 de maio de 1908, p. 04.

PINTO, R. P.; SILVA, P. B. S. Educação do negro: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 62, p. 3-34, agosto, 1987.

POR isso aqui. **O Relâmpago**, Uberabinha, 16 de set., 1920.

RIBEIRO, B. O. L. ; SILVA, E. F.; SILVA, M. A. Alves . Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 13, p. 219-232, 2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Editora Annablume, 1998.

SANTOS, Tadeu Pereira dos. Do maxixe à chanchada: Grande Otelo, cultura popular e o meio artístico do seu tempo. 1915 a 1970. **Cadernos de pesquisa da FUCAMP**, Campinas, v.3, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/7-Do-maxixe-%23U00c3%23U00a0-chanchadas-Tadeu.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, Tadeu Pereira dos. **À luz do moleque Bastião-Grande Otelo**: arranhando Uberabinha 1915/1930. 2005. 177 f. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo**. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1968.

SCHAWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. **Raça e diversidade**. São Paulo: Editora Edusp, 1996.

SEU ESFORÇO. **Elite Magazine**. Uberlândia, n. 06, maio, 1958, p. 48.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana (org.). **Território e segregação urbana**: o lugar da população negra na cidade. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 10, set., 2019.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia**: da Cidade Jardim ao portal do cerrado: imagens e representações no Triângulo Mineiro. São Paulo: 1995. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da Boca do Sertão à cidade Jardim. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 9, n. 18, p.95-124, jun. 1997.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. In: BRITO, D. de S.; WARPECHOWSKI, E. M. (org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 142-177.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. **Memórias migrantes e outras histórias Tijucanas**. Uberlândia: Editora Fapemig, 2014.

TABOCAS. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 de julho, 1955, p. 01.

TELLES, Edward. Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, [s.l.], n. 24, p. 5-22, 1993.

TANNÚS, Márcia Cristina. **Memórias, histórias e representações das escolas rurais do município de Uberlândia - MG na Era Vargas (1930-1945)**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil central: história da criação do município de Uberlândia**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

TIPOS. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 de abril de 1956, p. 06.

UBERABINHA. **A TRIBUNA**, Uberabinha, 22 de setembro de 1925, p. 02.

UMA TAXA extra. **O Repórter**, Uberlândia, 22 de fev. de 1947, p. 04.

TRATA-SE da vadiagem. **O Repórter**, Uberlândia, 1935, p. 01.

UMA CIDADE. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 de março de 1953, p. 03.

Outras obras consultadas

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a autoestima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2004.

ALÉM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, p. 79-102, jan./ jun. 1991.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. Campinas, São Paulo: Editora Papyrus, 1999.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Grupos escolares em Minas Gerais: Um estudo de caráter regional e demográfico sobre a Primeira República. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 11, n.2, p. 449-477. Jul./dez. 2012.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921). **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 59-94, abr. 1998.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora** São Paulo: Editora Selo Negro, 2009. (Coleção Sankofa—Livro 4).

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKI, C. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, história e história da África. **Sankofa**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 46-63. 2008. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723/91620> . Acesso em: 21 de jan. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2008.88723>.

BARROS, Rafaela; MELLO, Tatiana. A sutileza dos gestos na aceitação e na negação do outro: diferenças ou discriminação racial na Educação infantil? **Revista Práticas em Educação infantil**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 73-82, m a r. 2 0 1 7.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahí andão**: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder**: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BITTENCOURT, Alex Avelino *et al.* Sentimento de discriminação em estudantes: prevalência e fatores associados. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 2, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000008>.

BOAS, Márcia Silva de Melo Villas. **Grupo Escolar 13 de Maio e a Educação primária na periferia de Uberlândia, MG, 1962-1971**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

BONILHA, Tamyris Proença. **O não-lugar do sujeito negro na Educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CAMPOS, Walter de Oliveira. **A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950-1952)**: entre a democracia racial e o racismo velado. 2016, 156 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Paulista, Assis, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142869/campos_wo_dr_assis.pdf?sequenc e=3 . Acesso em: 26 de abril de 2018.

CAMPOS, H. G.; FARIA, R. de M. **História de Minas**. Belo Horizonte: Editora Lê, 2005.

CANDIDATAS. **Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, 1956, n. 21, p. 9.

CARVALHO, Carlos Henrique de; Carvalho, Luciana de O. B. de. **O pensamento educacional do professor Honório Guimarães** (Uberabinha, MG, 1905-1922). 23ª Reunião Anual ANPED, Caxambu. 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_02_10.pdf. Acesso em: 7 de jan. de 2017.

CARVALHO, Carlos Henrique de; Carvalho, Luciana de O. B. de. **República e Imprensa**: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha - MG 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2004.

- CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **A configuração do Grupo escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano.** (Uberabinha – 1911-1929). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.
- CHAMON, Carla Simone. Ensino de ofícios e meninos desvalidos: os alunos da escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais na década de 1930. **V Congresso Brasileiro de História da Educação.** Aracaju, 2008.
- COUTO, Daniela Honorato. **Cinema:** sociabilidade e lazer das classes populares em Uberlândia. 1909/1937. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- CROCHIK, José Leon. **Preconceito:** indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial, 1997.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino de ofícios nos primórdios da Industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes:** (Uberlândia, 1900-1950). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do Horizonte:** educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- ESTAS PRETAS. **Jornal O Progresso.** Ano VIII, n.363, de 04 de outubro de 1914, p.01.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** Tese (doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13. SP: Sociedade Brasileira História da Educação, 2007.
- FONSECA, Marcus Vinícius. “O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX: uma análise a partir da relação entre população e escolarização” in: **Educação e Pesquisa** (USP impresso), v. 35, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000300012>.
- FOSTER, Eugenia da Luz Silva. **Racismo e movimentos instituintes na escola.** 2004. 148 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, G.; ARAUJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. . História e memória educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. **História da Educação** (UFPel), Pelotas/RS, v. 1, n.2, p. 5-28, 1997.
- GHANTOUS, Daniella Soraya Resende de Araújo. **Gymnásio Mineiro de Uberlândia:** o processo de disciplinarização do espaço escolar (193-1945). 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

GIOPPO, Christiane. Eugenia: uma higiene como estratégia de segregação. **Educ. rev.** . Curitiba, n. 12, p. 167-180, dez. 1996. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 de out. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.167>.

GOFFMAN, I. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Márcia B. M. L. Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1963.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Editora Selo Negro, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Programa Ações Afirmativas na UFMG – **Brasil**: uma estratégia de resistência negra na diáspora africana. 2004. Disponível em: <file:///D:/Projeto%20faced%202016/NilmaGomes.pdf> . Acesso em: 10 de 05 ago. de 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Editora Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº.10.639/03 Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial**. 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>. Acesso em 12 de Maio de 2017.

GUSMÃO, N. M. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. In: **Cadernos de pesquisa**, Fundação Carlos Chagas n.107, julho, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200002>.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças Negras em imagens do Século XIX**. 2010. 144 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_8dff2178a844d778c9744e07501069e.pdf. Acesso em: 10 de set. de 2018.

LACERDA, João Batista de. Sobre os mestiços no Brasil. **Revista História, Ciência, Saúde** – Manguinhos. v. 18, n. 1. Rio de Janeiro, março 2011, p. 225 – 242.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA, Sandra Cristina F.. Escola rural: História, memória e representações. In: **Cadernos de História da Educação**. n. 3. p. 27-38, jan/dez 2004b. Disponível em: Acesso em: 20 abril, 2019.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LOTIERZO, Tatiana P. **Contornos do (in) visível: a redenção de Cam, racismo e estética a pintura brasileira do último oitocentos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MAPA. **Minas Gerais Antigo, 1927**. Disponível em: <http://www.minas-gerais.info/mapas/mapa-antigo.htm> . Acesso em: 11 de dez de 2017.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. In: **Espaço & Debates: Segregações Urbanas**. São Paulo: Imprensa da Fé. v.24, n.45 – jan./jul. 2004.

MARRIEL, Lucimar Câmara *et al.* Violência escolar e autoestima de adolescentes. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v. 36, n. 127, Abril 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0336127.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000100003>.

MORAIS, Renan Araújo. **Ensino profissionalizante na República Velha (1889-1930): a escola ideal e a escola real**. 2015. Disponível em: http://www.uniube.br/eventos/emie/arquivos/2015/anais_eletronicos/95.pdf Acesso em: 10 de jan. de 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa—Livro 4)**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Coleção Política da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Júlio Cesar de. **Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940-1960**. Uberlândia: Editora EDUFU, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo, Brasiliense, 2003.

PACE, A. F.; LIMA, M. O. **Racismo Institucional: apontamentos iniciais**. Revista do Difere, v. 1, n. 2, dezembro de 2011.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola – espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SEC, 2005.

PESSANHA, Márcia Maria de Jesus. O negro na confluência da Educação e da literatura. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações Raciais e Educação**: novos desafios. Coleção Política da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, R. P.; SILVA, P. B. S. **Negro e Educação**: presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: Editora Ação Afirmativa. 2001.

PRADO, E. M. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **Revista InterMeio**, Campo Grande, MS, v. 16, n. 31, p. 124-133 jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/44/39> . Acesso em: 29 de maio de 2017.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890 – 1930, 2. ed., São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, C. A. ; SILVEIRA, T. C. . A “Cidade dos Meninos”: Patronato Rio Das Pedras de Uberlândia - MG: 1951 a 1953. In: **III EHECO2015** - Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste, 2015, Catalão (GO). Uberlândia, 2015. p. 01-11.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **De batuques e trabalhos** – Resistência negra e a experiência do cativo – Uberaba, 1856/1901. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Dimensões da Liberdade: Borges Sampaio e os Escravos na Cidade de Uberaba, 1836/1888. **Olhares e Trilhas**. Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 71-86, 2005.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Memórias Cativas de um Triângulo Negro. **OPIS** (UFG). Catalão, v. 3, p. 87-99, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v3i1.9257>.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e Educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, Abril, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf> Acesso em: 20 Jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100008>.

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. **Negro, Educação e multiculturalismo**: São Paulo: Editora Panorama, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P.; NEGRÃO, Esmeralda V. **A situação educacional de negros (pretos e pardos)**. (Relatório de Pesquisa. Departamento de Pesquisas Educacionais/ Fundação Carlos Chagas). São Paulo, 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P.; NEGRÃO, Esmeralda V.. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63,1987.

ROSSATO, César; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudo de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Editora Summus, 2001.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do "Ser Negro": Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Pallas, 2002.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Editora Summus, 2001.

SANTOS, Tadeu Pereira dos. Do maxixe à chanchada: Grande Otelo, cultura popular e o meio artístico do seu tempo. 1915 a 1970. **Cadernos de pesquisa da FUCAMP**, v.3, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/7-Do-maxixe-%23U00c3%23U00a0-chanchadas-Tadeu.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

SANTOS, Tadeu Pereira dos. **Entre Grande Otelo e Sebastião: tramas, representações e memórias**. 2016, 598 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, História e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em: 14 de jan. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maira Nani. **Guia para Normalização de Trabalhos Técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. 5.ed. Uberlândia: Editora EDUFU, 2006.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: maios uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Editora Summus, 2001.

SILVA, Solange Maria. **Estratégias e Práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII**. Belo Horizonte, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SILVA JR., Hédio. Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Editora Summus, 2001.

- SILVA, Valneide Viana da. **Fundação de Amparo ao Menor (Patronato Buriti) - MG: realizações e dificuldades na assistência ao menor carente no município de Uberlândia - MG.** 2010. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- SOUSA, Andréia Lisboa. Personagens negros na literatura infanto-juvenil: rompendo estereótipos. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Editora Summus, 2001.
- SOUSA, João da Cruz e. O Livro derradeiro. In: **Poesia completa.** Florianópolis: Fundação Banco do Brasil, 1993.
- SOUSA, Cruz e. O Livro derradeiro. In: **Poesia completa,** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. p.378-381.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890/1910).** São Paulo: Editora EDUNESP, 1998.
- SOUZA, S. S.; LOPES, T. M.; SANTOS, F. G. S. Infância negra: a representação da figura do negro no início da construção de sua identidade. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3.** São Luis: Editora UFMA, 2007.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.,** Belém. v. 7,n. 3p. 745-760, Dec. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000300008&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 20 de nov. de 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300008>.
- UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica do município de Uberlândia,** MG, capítulo VI da Educação. art. 165. 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-organica-1-1990-Uberlandia-MG.pdf> . Acesso em: 28 de maio de 2018.
- VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. **Dias de violência – O Quebra de janeiro de 1959 em Uberlândia.** Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- VIEIRA, Flávio César. **Profissionalização docente e Legislação educacional: Uberabinha (1892-1930).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.
- VILELA, Cláudia Oliveira Cury. **A instrução para os desfavorecidos da sorte: obrigação ao trabalho no sertão da ignorância, MG-1889-1909.** 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- WERTHEIN, Jorge. Apresentação, p. 10. In: SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.** Brasília: Editora UNESCO, 2002.